



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

RODRIGO GALVÃO PINHO LINS

CHEGOU PARA FICAR?

Uma análise de sobrevivência das democracias, 1900-2015

Recife

2020

RODRIGO GALVÃO PINHO LINS

CHEGOU PARA FICAR?

Uma análise de sobrevivência das democracias, 1900-2015

Tese apresentada como requisito à obtenção do título de Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação do Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha.

Área de concentração: Democracia e Instituições

Orientador: Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

L759c Lins, Rodrigo Galvão Pinho
Chegou para ficar? uma análise de sobrevivência das democracias,
1900-2015 / Rodrigo Galvão Pinho Lins. – 2020.
178 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2020.
Inclui referências e apêndices

1. Ciência Política. 2. Democracia deliberativa. 3. Ciência política. 4.
Medida – Tempo. 5. Sustento – Democracia. I. Rocha, Enivaldo Carvalho
da (Orientador). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

(BCFCH2020-116)

RODRIGO GALVÃO PINHO LINS

CHEGOU PARA FICAR?

Uma análise de sobrevivência das democracias, 1900-2015

Tese apresentada como requisito à obtenção do título de Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco.

Tese aprovada em 28 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Ernani Rodrigues de Carvalho Neto (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Alexandre da Silva Júnior (Examinador externo)
Universidade Federal de Alagoas

Prof. Dr. Ranulfo Paranhos dos Santos Filho (Examinador externo)
Universidade Federal de Alagoas

*À minha família,
Lorena, Lara e Bruno,
Com muito amor.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos professores Enivaldo Rocha e Dalson Figueiredo por me ajudarem tanto e já há tanto tempo. A relação que construímos, no entanto, vai além dessa tese. Foram parceiros na elaboração de artigos, na condução de projetos nacionais e internacionais, além de atuarem como entusiastas de todo e qualquer projeto apresentado pelos seus orientandos. Arroz de polvo e cerveja também foram importantes.

Também gostaria de agradecer aos professores José Alexandre e Ranulfo Paranhos, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Não só pelos comentários precisos no momento da qualificação da minha tese, mas também por sempre toparem participar dos eventos que inventamos. A participação de vocês sempre os enriquece.

Agradeço ao “núcleo duro” do grupo de Métodos de Pesquisa em Ciência Política: Amanda Domingos, Anderson Henrique, Antônio Fernandes, Marcus Torres, Matheus Cunha e Willber Nascimento. Cada um, a seu modo, me instigou a ser um pesquisador melhor. No entanto, um agradecimento especial é devido à Amanda, Antônio e Willber, que não só embarcaram na aventura do Métodos em Pauta, mas que também tiveram muita paciência para me ouvir falar dessa tese.

Agradeço também a Aníbal Pérez-Liñán (*University of Notre Dame*) e Jessica Rich (*Marquette University*) por terem feito uma leitura profunda e apresentar comentários enriquecedores. Agradeço a Rachel Beatty Riedl (*Northwestern University*), Sarah Chartock (*The College of New Jersey*) e Kelly McMann (*Case Western Reserve University*), organizadoras do *Emerging School Workshop* de 2019. O evento, que faz parte das atividades da *Democracy and Autocracy Section*, da *American Political Science Association* (APSA), ofereceu um ambiente propício para o mais elevado debate acadêmico, onde fui muito bem recebido e tive a chance de apresentar e debater um esboço da minha tese. Parte do projeto da tese também foi apresentado no 9º congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política (Alacip) e, assim, um agradecimento também é devido.

Ainda agradeço ao *Berkeley Initiative for Transparency in the Social Sciences* (BITSS) e ao *Project TIER*, por meio de Richard Ball e Norm Medeiros, que atuam de forma assídua na disseminação de uma prática mais transparente e replicável nas pesquisas das Ciências Sociais. A participação em ambos os workshops foi determinante para que essa tese fosse elaborada de maneira replicável e transparente.

Agradeço também à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe). Primeiro, por me conceder uma bolsa de doutorado que me permitiu

ter certa tranquilidade durante os quatro anos necessários para concluí-lo. Segundo, por ter aprovado o projeto sobre o trabalho escravo contemporâneo que, junto com outros colegas, me permitiu desenvolver pesquisa na *University of Nottingham*.

Finalmente, aos mais importantes. Agradeço à minha esposa, Lorena, por entender que a dinâmica de vida de um pesquisador brasileiro é difícil e atabalhoada. Mas, principalmente, por servir como constante incentivadora, sempre me oferecendo força e amor. Sou extremamente sortudo por ter Lara e Bruno como filhos. Eles ainda não sabem, mas são a base de tudo aquilo que eu realizo. Se eu só conseguir ensinar uma coisa a vocês, que seja isso: a sede por conhecimento é arrebatadora. Pode consumir muita energia, mas também é a chave para abrir qualquer porta.

Agradeço aos meus pais, José e Sandra, e aos meus irmãos, Gabriela e Júnior, por terem construído um núcleo familiar amoroso e sempre aberto ao debate. Nossos almoços aos domingos serviram como uma prévia do que viria a ser os entraves acadêmicos. No nosso caso, multidisciplinar. Também agradeço aos amigos, Kleber e Lucas. O primeiro, constantemente me pressionando para que a pesquisa fosse a melhor possível; o segundo, rindo disso tudo e sempre me oferecendo um ambiente de tranquilidade para que pudesse tomar uma cerveja. Foram quatro longos anos, mas chegamos ao fim.

“Among the conditions of democracy, the one recalled least is that wrong ideas about
democracy make a democracy go wrong”

Giovanni Sartori (1987)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é entender de maneira mais compreensível como a democracia funciona. Começa com a análise do que é a democracia e como ela deve ser medida. Há um debate permanente sobre se a democracia deve ser medida de maneira categórica - na maioria das vezes de maneira dicotômica - ou se deve ser uma variável contínua. Apesar dos prós e contras constantemente associados às duas formas, concluo que isso não faz diferença significativa. Se a variável for medida de uma forma confiável e válida, ela deverá fornecer resultados semelhantes. Portanto, a decisão de como medir a democracia deve ser tomada com o desenho da pesquisa em mente. Depois de entender o objeto em estudo, o próximo passo é tentar encontrar sintomas de doença. A democracia está desaparecendo ao redor do mundo? Existem vários trabalhos defendendo o argumento de que a democracia está em declínio e que grande parte da culpa deve ser depositada no povo. A falta de apoio que estão dando ao regime está abrindo caminho para líderes populistas e nacionalistas. Embora a pesquisa não encontre razões robustas para acreditar que o apoio à democracia esteja em declínio, os líderes populistas podem prejudicar as instituições democráticas. Finalmente, se as democracias podem estar em risco, qual é um bom remédio para combater a doença de colapsos democráticos? Minha hipótese é que o número de partidos políticos com assento no legislativo desempenha um papel importante: um grande número de partidos políticos poderia criar uma situação de paralisações, enquanto o número mínimo possível - um - é uma característica das ditaduras de partido único. Portanto, a relação esperada entre a chance de sobrevivência democrática e o número de partidos políticos é não linear em forma de sino. No entanto, espera-se que essa relação seja moderada pela institucionalização dos partidos políticos. Essa institucionalização deve ter um efeito de “freio” no impacto dos partidos políticos.

Para testar a hipótese, eu construí dois modelos de análise de sobrevivência: um com a variável dependente contínua (1975-2018) e outro com a variável dependente categórica (1900-2008). Os resultados, no entanto, mostram que o número de partidos políticos tem apenas um efeito marginal no risco democrático. A institucionalização, por outro lado, é muito importante para a sustentabilidade da democracia.

Palavras-chave: Democracia. Populismo. Análise de sobrevivência.

ABSTRACT

This research's aim is to understand in a more comprehensible how democracy works. It starts with the analysis of what democracy is and how it should be measured. There is an ever-lasting debate on whether democracy should be measured in a categorical way – much of the time in a dichotomous way – or if it should be a graded variable. Despite the pros and cons constantly attached to both forms, I conclude that this makes no significant difference. If the variable is measured in a reliable and valid form, it should deliver similar results. So the decision of how measure democracy should be made with the research design in mind. Once I understand the subject under study, the next step is trying to find symptoms of illness. Is democracy fading around the world? There are several works championing the argument that democracy is in decline and much of the blame should be deposited on the people. Their lack of support they are giving to the regime is paving the way to populist and nationalist leaders. Although the research does not find robust reasons to believe that the support for democracy is declining, populist leaders could harm democratic institutions. Finally, if democracies may be at risk, what is a good medicine to combat the illness of democratic breakdowns? My hypothesis is that the number of political parties with seats in the legislative plays a major role: A large number of political parties could create a situation of gridlocks while the minimum possible number – one – is a characteristic of one-party dictatorships. So the expected relationship between the chance of democratic survival and the number of political parties is a non-linear bell-shaped one. This relationship is expected to be moderated by the institutionalization of political parties. This institutionalization should have a “break” effect on the impact of political parties. To test the hypothesis, I constructed two survival analysis models: One with continuous dependent variable (1975-2018) and another one with categorical dependent variable (1900-2008). The results, however, shows that the number of political parties have only a marginal effect on the democratic hazard. The institutionalization, on the other hand, is very important to the sustainability of democracy.

Keywords: Democracy. Populism. Survival analysis.

FIGURAS

Figura 1 – O processo de agregação	19
Figura 2 - Contestação e inclusividade.....	25
Figura 3 – A escada da generalidade de Sartori.....	28
Figura 4 – Citação dos bancos em livros.....	30
Figura 5 – ACLP no tempo.....	33
Figura 6 – Freedom House no tempo	35
Figura 7 – Polity IV no tempo.....	36
Figura 8 – Distribuição do Polity IV por regime, 1900-2015 (densidade).....	37
Figura 9 – Q-Q Plot para anocracias, 1900-2015	38
Figura 10 – V-Dem no tempo	39
Figura 11 – Correlação entre variáveis democráticas	41
Figura 12 – Cross-Correlation	43
Figura 13 – Auto-Correlation.....	45
Figura 14 – Quantis do V-Dem	50
Figura 15 – Ondas democráticas (sobre V-Dem)	55
Figura 16 – Insatisfação com a democracia na América Latina, 1996-2015.....	58
Figura 17 – Insatisfação com a democracia na América Latina, 1996-2015.....	59
Figura 18 – Ter um Sistema Político Democrático (EUA).....	60
Figura 19 – Ter um sistema político democrático (Europa).....	61
Figura 20 – Diferença entre ondas na Europa.....	62
Figura 21 – Diferença entre ondas (Europa)	62
Figura 22 – Correlação de pares para a América Latina, 1996-2015.....	65
Figura 23 – Comparecimento eleitoral na América Latina.....	68
Figura 24 – Comparecimento eleitoral na América do Norte	69
Figura 25 – Comparecimento eleitoral na Europa.....	70
Figura 26 – PIB per capita (Europa).....	71
Figura 27 – Participação política na América Latina	72
Figura 28 – Participação política na América Latina (média).....	73
Figura 29 – Participação política nos Estados Unidos	74
Figura 30 – Participação política na Europa	75
Figura 31 – Desacordo com casamento do mesmo sexo na América Latina, 2015.....	76
Figura 32 – Aceitação de homossexualidade.....	77
Figura 33 – Tolerância para com os homossexuais	78
Figura 34 – Populismo na América do Sul.....	82
Figura 35 – Populismo na América Central	83
Figura 36 – Populismo na América do Norte.....	84

Figura 37 – Populismo na Europa	84
Figura 38 – Cloud word e frequência de palavras de Trump	86
Figura 39 – Cloud word e frequência de palavras de Bolsonaro	86
Figura 40 – Cloud word and word frequency for Maduro	87
Figura 41 – Destino de líderes populistas (1990-2014).....	89
Figura 42 – Tipos de regime autoritário	90
Figura 43 – Resultados políticos para governos populistas	91
Figura 44 – Iniciativas populares e referendos.....	92
Figura 45 – Iniciativas populares e referendos (Suíça).....	93
Figura 46 – Diferença em democracia (2008 – 2018)	95
Figura 47 – Democracia na Líbia e na Tunísia.....	96
Figura 48 – Número de partidos	104
Figura 49 – Sobrevivência x nº de partidos.....	110
Figura 50 – Contagem de anos democráticos	115
Figura 51 – Densidade do nº de partidos.....	117
Figura 52 – Partidos e sobrevivência.....	122

TABELAS

Tabela 1 – Abordagens de democracia	23
Tabela 2 – Dados sobre democracia	31
Tabela 3 – Sumário dos dados	39
Tabela 4 – Correlação de democracia	40
Tabela 5 – Correlação de amostras	42
Tabela 6 – Cross-Correlations (lag=0)	43
Tabela 7 – Variáveis Independentes	46
Tabela 8 – Medidas e métodos	47
Tabela 9 – Modelos	48
Tabela 10 – Sumário dos resultados (democracia como referência)	49
Tabela 11 – Modelos Logit	51
Tabela 12 – Ondas de Huntington	54
Tabela 13 – Correlação V-Dem x casamento do mesmo sexo	77
Tabela 14 – Países deixados de fora	116
Tabela 15 – Resumo da institucionalização do partido	118
Tabela 16 – Resumo do Índice de Presidencialismo	119
Tabela 17 – Variáveis e fontes	120
Tabela 18 – Sobrevivência de democracias (VI contínua)	121
Table 19 – Sobrevivência de democracias (VI categórica)	123
Tabela 20 – Modelo linear	125

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	O QUE É DEMOCRACIA?	17
2.1	A DEMOCRACIA COMO PROCEDIMENTO: A CONCEPÇÃO MINIMALISTA	18
2.1.1	Construindo um conceito: <i>through thick and thin</i>	18
2.1.2	Apresentando a abordagem minimalista	21
2.1.3	Por que escolher um governante importa? Uma nova defesa minimalista	26
2.2	O QUE A DEMOCRACIA NÃO É?	28
2.3	A REALIDADE ATUAL DOS DADOS PARA A PESQUISA DEMOCRÁTICA	29
2.3.1	ACLP (DD)	31
2.3.2	Freedom House	33
2.3.3	Polity IV	35
2.3.4	V-Dem	38
2.3.5	Associação entre variáveis e validade de construto	40
2.4	MODELO	46
2.5	CONCLUSÃO	52
3	A DEMOCRACIA ESTÁ DESAPARECENDO?	53
3.1	DEMOCRACIA E SUAS ONDAS	54
3.2	OPINIÃO PÚBLICA E ENVOLVIMENTO DOS ELEITORES	56
3.3	ROBUSTEZ: ENGAJAMENTO POLÍTICO E MUDANÇA DE VALORES	66
3.3.1	Engajamento político: comparecimento dos eleitores e participação na política	67
3.3.2	Protestos como forma de participação política	71
3.3.3	Cultura cívica: dos valores materialistas aos pós-materialistas	75
3.4	O SURGIMENTO DA POLÍTICA POPULISTA	79
3.4.1	O que é populismo? O raciocínio “nós contra eles”	79
3.4.2	Analisando o populismo como discurso	81
3.5	EFEITOS QUE POPULISMO PODE TER NA DEMOCRACIA	88
3.5.1	O populismo está destinado a prejudicar a democracia?	88
3.5.2	O populismo leva à erosão democrática? Não tão rápido	91
3.6	TENDÊNCIA DE DEMOCRACIA	95
3.7	CONCLUSÃO	97
4	SOBREVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA: O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS	99
4.1	SOBREVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA: PARTIDOS E SISTEMAS DE GOVERNO	101

4.1.1	Formação de governo e partidos políticos	101
4.1.2	Por que não o número de partidos efetivos?	107
4.1.3	Institucionalização partidária	108
4.2	O CONSENSO ECONÔMICO: O QUE A LITERATURA NOS DIZ ATÉ AGORA?	110
4.3	DADOS E MÉTODOS	111
4.3.1	Análise de sobrevivência	112
4.3.2	Análise de sobrevivência: modelo padrão e o <i>split-population duration model</i>	113
4.3.3	A variável ‘democracia’	114
4.3.4	Número de Partidos e Institucionalização Partidária: a construção de dois modelos.	116
4.3.5	Controles econômicos e institucionais	119
4.3.6	Resumo dos dados	119
4.4	RESULTADOS.....	120
4.5	QUALIDADE DA DEMOCRACIA.....	124
4.6	DEFICIÊNCIAS.....	125
4.7	CONCLUSÃO	127
5	CONCLUSÃO	128
	REFERÊNCIAS	129
	APÊNDICE 1 – RELATÓRIO ESTATÍSTICO COMPLETO	152
	APÊNDICE 2 - <i>SPLIT-POPULATION DURATION MODEL</i>	166
	APÊNDICE 3 – ANÁLISE DE SOBREVIVÊNCIA EM R	169

1 INTRODUÇÃO

Na medicina, é comum os pesquisadores tentarem encontrar a cura para algumas doenças. Para tanto, são necessárias ao menos três etapas fundamentais: (1) classificar o assunto da pesquisa; (2) categorizar os sintomas da doença; e (3) verificar a eficiência do medicamento sendo testado. O paralelo da estrutura anterior com esta dissertação é o seguinte: as observações desta pesquisa são países democráticos. A diminuição do apoio popular ao regime e a ascensão de líderes populistas podem ser entendidos como um sintoma de uma “doença autoritária”. Finalmente, as hipóteses que testei no terceiro capítulo são os remédios que acredito poderem ajudar na estabilidade da saúde dos sujeitos.

Nos últimos anos, a Ciência Política testemunhou uma renovação no interesse da disciplina pela democracia. Embora isso possa parecer uma coisa boa, a razão para isso não é. Muitos desses trabalhos recentes são alarmistas. Eles afirmam que a democracia em todo o mundo está enfrentando uma recessão (DIAMOND, 2005), que os *millennials* são os culpados pela situação de risco da democracia (FOA & MOUNK, 2016), que estamos vivendo em uma era de “direitos sem democracia” (MOUNK, 2018), e que novos contratemplos podem chegar aos países considerados democracias consolidadas (LEVTSKY & ZIBLATT, 2018). E tudo isso pode acontecer de uma forma muito diferente da que o mundo está acostumado: sem tanques ocupando praças públicas, nenhum general tomando poder e sem que uma única arma seja disparada (LEVTSKY & ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2018). Tudo está acontecendo dentro da arena democrática (PRZEWORSKI, 2018).

Assim, esta tese tem um objetivo muito claro: explicar os determinantes da sobrevivência democrática. Para responder a essa pergunta, esta dissertação apresenta três etapas: três capítulos que podem ser lidos separadamente, mas que têm uma estreita relação entre si. Acredito que essa estrutura levará a uma leitura mais fácil e a um melhor entendimento do que está sendo proposto.

O primeiro capítulo trata da questão da concepção democrática, tanto teórica quanto metodologicamente. Tento não apenas apresentar o debate sobre os diferentes conceitos de democracia, mas também deixar claro o conceito que uso ao longo desta pesquisa. Quais “adjetivos” devem ser incluídos no conceito? E como os cientistas políticos devem medir isso? Chego à conclusão de que não importa que tipo de dados seja usado (se dicotômico ou contínuo), os resultados provavelmente serão semelhantes.

O segundo capítulo apresenta uma visão ampla da literatura alarmista. Como Przeworski coloca: “*When we think the situation is in some way threatening, we look for signals – harbingers of change*” (PRZEWORSKI, 2019, p. 12). Assim, apresento os principais argumentos apresentados pela literatura atual em ciência política. Ao analisar os dados sobre democracia, é possível ver uma tendência ascendente a partir de meados da década de 1980. Mas, dependendo da fonte de informação, os últimos anos representam apenas um movimento tímido de queda. Ao analisar o nível individual, os dados de diferentes pesquisas apresentam um interesse em declínio na política e um apoio mais fraco à democracia como regime político preferível. Por outro lado, o populismo parece estar aumentando, mesmo em países considerados democracias consolidadas. Este capítulo, então, tenta entender se a diminuição do apoio popular à democracia e a ascensão do populismo são apenas uma gripe ou se podem evoluir para uma pneumonia.

Finalmente, o terceiro capítulo trata especificamente da questão da sobrevivência democrática. Especificamente, testo a hipótese de que um número moderado de partidos políticos e um sistema partidário institucionalizado ajudam as democracias a se estabilizarem. Minha hipótese é que o número de partidos políticos e a chance de sobrevivência democrática tenham uma relação não linear, em forma de sino. Essa relação, no entanto, deve ser moderada pela institucionalização do sistema partidário. Se diferentes partidos estão entrando e saindo à cada eleição, a eficiência do número moderado de partidos diminui.

2 O QUE É DEMOCRACIA?¹²

A democracia é um assunto que tem recebido atenção constante desde que surgiu como um ideal de sistema político. Autores como Platão (2000), Maquiavel (1532), Jean-Jacques Rousseau (1762), Joseph Schumpeter (1942), Anthony Downs (1957) e Robert Dahl (1971) desenharam conceitos diferentes. Entre os cientistas políticos, Diamond (1999) argumenta não apenas que há divergência entre os pesquisadores sobre o número de democracias no mundo, mas também sobre como classificar um regime específico de acordo com suas características institucionais. Isso significa que diferentes características do sistema político podem ser usadas para medir a democracia.

Coppedge (2012) também reconhece a dificuldade de conceitualizar a democracia. Para o autor, esse desafio é porque “*nearly everyone values the label, but there are different reasonable and legitimate, yet incompatible, criteria for judging whether the label is deserved*” (COPPEDEGE, 2012, p.11). Para ilustrar sua perspectiva, ele afirma que existem seis tipos principais de democracia: socioeconômica; povos; participativo; representante; liberal; e deliberativo³.

Com o tempo, a representação e o significado da democracia foram se adaptando às novas realidades e necessidades enfrentadas pela população. Por exemplo, na Grécia e Roma antigas, democracia significava participação direta daqueles considerados cidadãos aptos para a tomada de decisões. Quando reaparece, já no século XVIII, a democracia ganha o caráter liberal dos filósofos políticos da época e segue com a busca de maior inclusão, como a luta para expandir o sufrágio para as mulheres.⁴ Desde que a democracia chegou aos países ocidentais - especialmente na Europa e nos Estados Unidos - essa forma de governo é vista como um método, focado na disputa eleitoral (SCHUMPETER, [1942] 2008). A partir daí os estudiosos começaram a trabalhar de diferentes maneiras para medir a democracia, especialmente os interessados em pesquisa quantitativa (ACHEN, 1977; BOLLEN, 1980;

¹ Este capítulo é uma versão muito modificada e atualizada de um artigo publicado, intitulado “O que é Democracia? Uma visão exploratória na ciência política”, In: *Revista Espaço Acadêmico*, vol. 17, nº 195, p. 9-22. 2017.

² Com o objetivo de elaborar uma pesquisa transparente e replicável, o banco de dados, o codebook e o script usados aqui estão disponíveis no Open Science Framework (<https://osf.io/pyzdt/>) e no GitLab (https://gitlab.com/linsprodrigo/chapter_1). Gostaria de agradecer ao *Berkeley Initiative for Transparency in the Social Sciences* (BITSS) e ao *Teaching Integrity in Empirical Research Project* (TIER) pelo treinamento.

³ Coppedge (2012) não é o único a listar diferentes formas de democracia. Tilly (2007) defende que existem quatro definições principais: “*constitutional, substantive, procedural and process-oriented*” (TILLY, 2007, p. 7).

⁴ Foi a partir do século XVIII, como aponta Abreu (2002), que a literatura em defesa do sufrágio feminino se desenvolve de maneira mais coesa. Foi em 1792, por exemplo, que Wollstonecraft publicou *The Vindication of the Rights of Woman*.

PRZEWORSKI & LIMONGI, 1993; BARRO, 1996; ALVAREZ ET AL., 1996; PRZEWORSKI ET AL., 2000; SVOLIK, 2015).

Dada toda essa variação em relação a um conceito essencialmente contestado (GALLIE, 1955), ainda é possível fazer pesquisas robustas sobre o assunto? Coppedge (2012) argumenta que sim. Seu conselho se aplica a estudiosos que tentam elaborar um projeto de pesquisa de alta qualidade - não importa em que área: o pesquisador precisa ter clareza sobre o que democracia (ou qualquer conceito) significa na pesquisa. Além disso, é importante ter conceitos e indicadores úteis⁵. E para isso, o pesquisador deve ter dados confiáveis e válidos (CARMINES & ZELLER, 1979; ZELLER & CARMINES, 1980).

O capítulo está estruturado da seguinte forma: primeiro, abordarei o problema da conceitualização da democracia como método e debatarei seus benefícios e deficiências. Em seguida, discutirei questões de medição, lidando com quatro conjuntos de dados: ACLP, Freedom House, Polity IV e Variety of Democracy (V-Dem). Por fim, usarei estatísticas descritivas para mostrar a correlação entre os conjuntos de dados e executarei um modelo com dados reais para mostrar como eles podem apresentar resultados semelhantes.

2.1 A DEMOCRACIA COMO PROCEDIMENTO: A CONCEPÇÃO MINIMALISTA⁶

Minhas intenções nesta seção são duas: (1) debater brevemente a diferença entre conceitos espessos e finos e mostra as vantagens e deficiências analíticas de cada abordagem; e (2) apresentar a concepção minimalista da democracia e fazer uma nova defesa dela.

2.1.1 Construindo um conceito: *through thick and thin*

Para construir um conceito, primeiro o pesquisador precisa entender o que é um conceito. Em termos gerais, seu construto é baseado em três aspectos: (1) o evento a ser definido; (2) as propriedades que os definem; e (3) seu rótulo (GERRING, 1999)⁷. Segundo Gerring (2012), um conceito deve responder à “*most basic question of social science research: what are we talking about?*” (GERRING, 2012, p. 112). Apesar da ideia

⁵Segundo Coppedge (2012), um conceito ou indicador útil é aquele que “*establish an easy and natural correspondence between the symbols in our minds and the observable features of the real political world that play important roles in causal processes*” (COPPEDGE, 2012, p. 13-14).

⁶Por minimalista, quero dizer que esse conceito inclui as características mínimas que um regime deve ter para ser classificado como uma democracia. Aqui, concentro-me apenas no conceito de democracia em si. A vasta literatura sobre democratização e os determinantes da consolidação não são discutidos aqui.

⁷A idéia triangular do conceito deriva do trabalho de Ogden e Richards (1923).

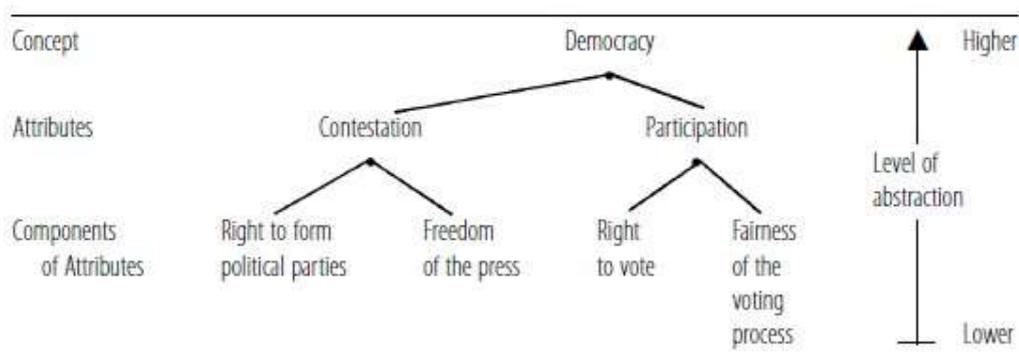
controversa de conceitos concretos e abstratos, Schedler (2012) argumenta que “*concrete concepts are not more observable than abstract ones*” (SCHEDLER, 2012, p. 22). Ou seja, os pesquisadores que lidam com conceitos abstratos, como autoestima e aqueles que trabalham com conceitos concretos, como os engenheiros, devem ser capazes de definir com precisão o evento ou observação sob escrutínio.

Então, ao construir e estruturar um conceito, o pesquisador tem uma decisão importante a tomar: construir um grosso (*thick*) ou fino (*thin*)? Conceitos grossos se referem a muitos aspectos do que observamos. Conceitos finos focam a atenção em apenas uma ou algumas características (COPPEDGE, 2012, p. 14).

Por um lado, o uso de conceitos mais finos possibilita que estudiosos comparativistas aumentem o tamanho da amostra. Esse tipo de conceito tende a ser mais teoricamente adaptável. Por outro lado, ao usar um conceito mais espesso, o estudioso tem mais informações, mas pode explicar apenas algumas observações. Assim, é possível afirmar que conceitos espessos são frequentemente impregnados de teoria.

Uma maneira simples de entender as diferenças entre noções espessas e finas é a seguinte: Os conceitos finos são mais comumente usados ao trabalhar com um *Large-N*, enquanto os conceitos grossos são normalmente usados na análise qualitativa de *Small-N* (COPPEDGE, 2007). Quanto mais grosso o conceito, maior é o nível de abstração (figura 1). Por esse motivo, os trabalhos quantitativos costumam usar conceitos finos.

Figura1 – O processo de agregação



Fonte: Munck & Verkuilen (2009).

Um conceito restrito em um nível mais baixo de abstração leva em consideração apenas um dos “componentes dos atributos”. Portanto, um pesquisador pode trabalhar com todos os países que têm “direito de voto”, por exemplo. No entanto, se o pesquisador subir e usa a “participação” como uma maneira de classificar um regime político, todos os países

precisam ter não apenas “direito ao voto”, mas também “imparcialidade no processo de votação”.

Indo um passo adiante e usando o conceito de “democracia”, todos os países precisarão ter ambos os atributos (“contestação” e “participação”) e, conseqüentemente, todos os atributos. Um país que tem participação ativa, mas não está aberto a contestação, não se encaixaria em uma concepção mais ampla de democracia.

Tendo isso em mente, os pesquisadores precisam lidar com uma troca entre a espessura de um conceito e sua aplicabilidade a uma variedade de observações. Eles deveriam usar um conceito que pode viajar para longe ou um que viaja mais perto, mas está melhor equipado (COPPEDGE, 2012)? Se o objetivo principal da pesquisa é construir um argumento geral e, conseqüentemente, lidar com mais países, o conceito mais fino deve ser usado. No entanto, se a principal preocupação é entender profundamente a dinâmica da democracia em alguns países, um conceito mais espesso deve ser elaborado.

Os argumentos para os diferentes conceitos têm conseqüências diretas no debate sobre confiabilidade e validade da medição. Para criar um modelo causal robusto, o pesquisador precisa ter medidas que sejam confiáveis e válidas para todas as suas variáveis. Uma medida confiável é aquela que apresenta consistência quando medida em diferentes circunstâncias⁸. Pode ser entendido como um instrumento que, quando utilizado por diferentes pesquisadores sobre o mesmo assunto, gera o mesmo resultado. Portanto, uma medida confiável da democracia deve ser aquela que não gera valores desviantes ao seguir regras de categorização pré-desenvolvidas (ZELLER & CARMINES, 1980).

No entanto, uma medida confiável não significa que a medida seja boa. Mesmo ao atingir o recurso necessário de repetibilidade, um conceito pode ser medido erroneamente repetidamente. Portanto, uma boa medida precisa não apenas ser confiável, mas também deve ser válida (ZELLER & CARMINES, 1980).

Por sua vez, validade significa que uma variável mede exatamente o que deveria (ADCOCK & COLLIER, 2001)⁹. Todas as principais características de um conceito devem ser incluídas. Portanto, se um “*set of indicants were perfectly valid, it would represent the intended – and only the intended – concept*” (ZALLER & CARMINES, 1980, p. 7). Não existe uma fórmula exata para testar o desempenho de uma medida, sendo os testes abstratos

⁸De acordo com o *Cambridge Dictionary of Statistics*, a confiabilidade é “*the extent to which repeated measurements on units (for instance people) yield similar results*” (EVERITT & SKRONDAL, 2010, p. 365).

⁹De acordo com o *Cambridge Dictionary of Statistics*, a validade é “*the extent to which a measuring instrument is measuring what was intended*” (EVERITT & SKRONDAL, 2010, p. 444).

(KELLSTEDT & WHITTEN, 2015). No entanto, existem alguns tipos de validade. Dois são relevantes para esta pesquisa: a validade de face e a validade de construto¹⁰.

A validade de face está relacionada à credibilidade da medida. Isso ocorre porque uma boa validade de face parece ser uma avaliação justa das qualidades em estudo (BOSLAUGH, 2012). Em outras palavras: validade de face é quando uma variável parece medir o que afirma. Como todas as medidas testadas neste capítulo são construídas pelos principais especialistas da área, isso pode ser entendido como um sinal de validade de face (BOSLAUGH, 2012).

A validade de construto de uma medida está relacionada ao grau em que a medida está relacionada a outras medidas com as quais deve estar associada, de acordo com a teoria (ZELLER & CARMINES, 1980; KELLSTEDT & WHITTEN, 2015). Isso é semelhante ao proposto por Elkins (2000).

É importante ressaltar que o nível de validade é reduzido quando ocorre um erro de medição, diferenciando a pontuação observada da pontuação real. Esses erros podem ser aleatórios ou sistemáticos. Embora o último possa ser entendido como um erro que “*consistently affects an individual’s score in one direction but has nothing to do with the construct being tested*” (BOSLAUGH, 2012, p. 393-394), o erro aleatório é o resultado do acaso. Portanto, um pesquisador não deve esperar que um erro aleatório afete a “*individual’s score consistently in one direction or the other*” (BOSLAUGH, 2012, p. 393), ou seja, o erro aleatório não deve gerar uma medida sistematicamente tendenciosa.

Em suma, para ter uma medida confiável e válida, é importante que o conceito a ser medido seja bem definido. É o que faço na próxima subseção: apresentar a idéia da abordagem minimalista da democracia.

2.1.2 Apresentando a abordagem minimalista

Existem duas abordagens contemporâneas da democracia: (1) o ideal populista (ou tradição popular), onde os cidadãos deliberam entre si; e (2) a seleção da liderança, com foco no método de como um líder assume o cargo (ACHEN & BARTELS, 2016). Enquanto o

¹⁰ Outros tipos de validade incluem: validade simultânea, validade de conteúdo e validade preditiva. Ver: Boslaugh, 2012. No entanto, um novo debate defende a validade sob uma visão unificada. Ver: Bandalos (2018).

primeiro dominou os debates nos séculos 18 e 19, sua inaplicabilidade empírica empurrou as sociedades modernas na direção de um governo representativo (DAHL, 1998)¹¹.

A idéia de democracia direta - ou participativa -, idealizada pelos antigos gregos e romanos (HELD, 2006), sofreu um revés significativo à medida que as cidades e os países se expandiam tanto em área quanto em população. Não era mais possível que os cidadãos usassem a democracia como um instrumento para alcançar seu bem comum por meio de uma ação coletiva bem comportada.¹² Os cidadãos não podiam se reunir para deliberar sobre questões importantes e coordenar a vida na sociedade (DAHL, 1998).

Essas dificuldades abriram o caminho para a democracia representativa. E estudiosos seguiram. A democracia deixou de ser interpretada como um resultado substantivo e passou a ser entendida como um procedimento. Assim, a institucionalização das eleições se tornou o ponto de corte essencial na conceitualização da democracia (O'DONNELL, 1996), e questões como desenvolvimento humano ou desigualdade são percebidas como medindo a qualidade da democracia, não a própria democracia (MUNCK, 2009). A ideia da democracia como método aparece pela primeira vez em Schumpeter (1942). Tentando criar uma noção mais realista de democracia, com classificação geral aplicável, Schumpeter cunhou a democracia de forma mais competitiva. Ele define o método democrático como o *“institutional arrangement for arriving at political decisions in which individuals acquire the power to decide by means of a competitive struggle for the people’s vote”* (SCHUMPETER, 1942, p. 269). Na sua visão minimalista, a democracia é o procedimento que os eleitores têm para escolher os tomadores de decisão. Schumpeter dirigiu suas críticas ao utilitarismo e sua busca pela "maior felicidade". Ele enfatiza a qualidade racional que os cidadãos devem ter para alcançar um bem tão maior. Ele continua argumentando que *“everyone would have to know definitely what he wants to stand for”* (SCHUMPETER, 1942, p. 253)¹³. Ou seja, toda decisão precisaria se basear em mais do que *“indeterminate bundle of vague impulses loosely playing about given slogans and mistaken impressions”* (ibidem). A abordagem minimalista inverte o papel do povo, sendo a principal a formação de um governo em si. Os objetivos que os eleitores podem querer alcançar se tornam de importância secundária.

¹¹ Como esta seção pretende debater a abordagem minimalista da democracia, não discutirei a visão deliberativa. Para ler mais sobre isso, consulte o volume editado por Elster (1998). Para trabalhos mais recentes e variados, ver: Thompson (2008); Gutmann e Thompson (2004); Altman (2015).

¹² Dahl (1998) argumenta que toda democracia em grande escala não cumpre os critérios democráticos: participação ativa, igualdade no voto, obtenção de entendimento esclarecido, exercício de controle final sobre a agenda e inclusão de adultos. Para ler mais sobre ação coletiva, ver: Olson [2011 (1965)] e Ostrom (1990).

¹³ Schumpeter dificilmente é o único - ou o primeiro - estudioso a observar os problemas da tradição popular. Lippmann afirma que os cidadãos têm um limite cognitivo. Ele argumenta que os eleitores precisam construir um modelo mais simples para lidar com a política. Ver Lippmann (1922; 1927).

Tabela1 – Abordagens de democracia

Abordagem	Características	Conceituação
Populista	Deliberação	Participação direta
Competição		
Schumpeter	Contestação	Circulação entre elites
Dahl (1971)	Contestação e inclusividade	Participação popular

Fonte: autor.

Alvarez et al. (1996) e Przeworski e seus co-autores (2000) se baseiam no trabalho de Schumpeter e classificam a democracia como um *“regime in which some government offices are filled as a consequence of contested elections”* (ALVAREZ ET AL., 1996, p. 4). Apresentam quatro regras para rotular um país como democrático: 1) o executivo deve ser eleito popularmente ou por um órgão que foi eleito popularmente; 2) o legislativo também deve ser eleito popularmente; 3) deve haver mais do que apenas um partido; e (4) deve ter havido uma alternância no poder seguindo as mesmas regras que colocaram o atual líder no cargo. Além disso, esse tipo de contestação deve ter três características: incerteza ex-ante; irreversibilidade ex-post; e repetibilidade. Isso significa que o resultado da eleição não pode ser conhecido de antemão. Ou seja: pelo menos um membro da coalizão dominante pode perder; que todos os partidos e coalizões devem aceitar os resultados; e essa eleição deve ocorrer periodicamente. Esse conceito também é fortemente influenciado por Lipset: *“(…) democracy (in a complex society) is defined as a political system which supplies regular constitutional opportunities for changing the governing officials”* (LIPSET, 1959, p. 71).

Esse foco eleitoral dado à democracia é fonte de conflitos. Se características importantes forem ignoradas¹⁴, essa abordagem poderia fazer com que o autoritarismo eleitoral - onde os ditadores manipulam as eleições para permanecer no poder - seja classificado como democracias (SCHEDLER, 2002). Isso ocorre porque mesmo os governos mais repressivos podem reivindicar ser democráticos (ACHEN & BARTELS, 2016). No entanto, Fisman e Golden (2017) argumentam que a regra de “alternância” de Przeworski et al. (2000) é suficiente para distinguir democracias competitivas reais daquelas em que o mesmo partido ou político está sempre ganhando as eleições. Ou seja: um país não é democrático se um partido político não perde uma competição. Schedler (2002) aponta para uma diferença: enquanto uma democracia eleitoral pode ser classificada como um regime em

¹⁴ Como Alvarez et al. (1996), Schedler considera a irreversibilidade ex-post uma característica importante da democracia eleitoral. Mas ele apresenta outras seis condições: 1) empoderamento; 2) fornecimento gratuito; 3) demanda livre; 4) inclusão; 5) isolamento; e 6) integridade. Todas essas condições fazem parte do que ele chama de “a cadeia da escolha democrática”. Um país só pode ser classificado como democracia enquanto essa cadeia permanecer *“whole and unbroken”* (SCHEDLER, 2002, p. 40).

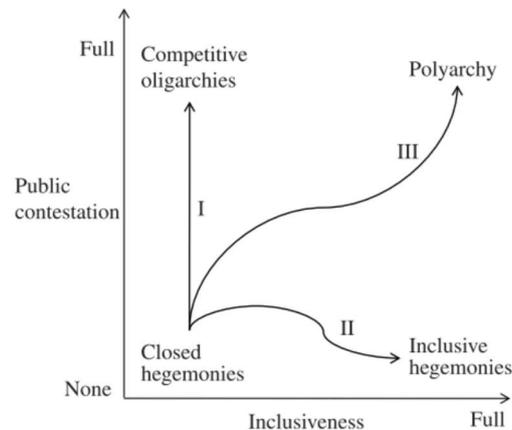
que os partidos perdem eleições (PRZEWORSKI, 1991), um “*electoral authoritarianism is a system in which the opposition parties lose elections*” (SCHEDLER, 2002, p. 47).

No entanto, o ideal de democracia de Schumpeter sofreu críticas. Um dos principais problemas creditados ao seu conceito é o fato de que a democracia é apenas uma circulação entre as elites (DAHL, 1989). Afirmando que todo *populus* deve ser capaz de se definir, e levando em consideração o fato de que a natureza humana não é racional, ele argumenta que o voto é contingente e que as pessoas com direito a ele variam de acordo com as características da sociedade (SCHUMPETER, 1942). Decisões importantes devem ser tomadas por políticos profissionais, não por cidadãos (MUNCK, 2009). Dahl é contrário a essa suposição e defendeu uma noção mais popular de democracia, distanciando seu conceito da ideia de tutela. Um de seus principais argumentos é a igualdade política. A participação ativa e a igualdade de voto devem ser concedidas a todos os adultos (DAHL, 1989).

Ainda existe outro problema com relação a essa versão minimalista da democracia: todos os direitos necessários para viabilizar eleições livres e justas foram deixados de fora da estrutura. Schumpeter (1942) faz apenas uma referência sutil à importância da liberdade de expressão e da mídia livre. Ele ressalta o fato de que, de acordo com seu método, todos podem competir pela liderança, os candidatos devem poder se apresentar aos eleitores, o que, por sua vez, deve levar à liberdade de discussão.

Dahl (1971), por outro lado, deixa esse ponto muito claro. Ele desenvolve um novo conceito de democracia processual: a poliarquia. Para ser considerado uma poliarquia completa, um país precisa exibir sete instituições: 1) políticos eleitos; 2) eleições livres e justas; 3) sufrágio inclusivo; 4) o direito de concorrer a um cargo; 5) liberdade de expressão; 6) fontes alternativas de informação; e 7) autonomia associativa (DAHL, 1989). As instituições 1 a 4 seguem a ideia de concorrência de Schumpeter e as instituições 5 a 7 se referem às condições necessárias para um processo organizado de seleção. Juntando todos eles, essas instituições mostram a preocupação de Dahl com os direitos políticos e principalmente com a igualdade política entre todos os cidadãos.

No entanto, para atingir esse conjunto de instituições, ele apresenta o procedimento democrático para eleger os políticos para seus cargos. Uma poliarquia é composta por duas dimensões: (1) contestação pública e (2) inclusão (figura 2). A contestação é a possibilidade de fazer oposição e desafiar a conduta do governo. Inclusão refere-se à proporção da população habilitada a participar da contestação e se engajar ativamente no processo de formulação de políticas.

Figura2 - Contestação e inclusividade¹⁵

Fonte: Dahl (1971)

Para ser classificado como poliarquia, um país deve ser simultaneamente ativamente inclusivo e também amplamente aberto à contestação pública. Não faz sentido ter, por exemplo, um sufrágio universal se os eleitores não puderem se opor aos governantes. A China serve como um ótimo exemplo. Com mais de 80 milhões de membros oficiais, o Partido Comunista é o único partido a governar a China desde que a República Popular foi proclamada em 1949¹⁶. Apesar da grande inclusão, o governo não pode ser contestado. É por isso que Dahl (1971) argumenta que os países não devem ser classificados com base apenas no seu nível de inclusão.

No entanto, Dahl (1971) destaca que as duas dimensões podem variar independentemente uma da outra. Os países podem ter diferentes graus de competição e inclusão. No entanto, uma poliarquia não pode ficar sem as duas dimensões. O conceito de poliarquia foi usado diretamente ou como inspiração por várias outras obras (O'DONNELL, 1996; MAINWARING, BRINKS & PÉREZ-LIÑÁN, 2001; TEORELL, 2010).

Tendo estabelecido o conceito de democracia processual, suas deficiências já devem ser aparentes: se o conceito não for bem construído, a exclusão de características essenciais da democracia e o foco na eleição podem levar a uma medição distorcida (isto é, uma medida inválida). Uma classificação vaga necessariamente tornará qualquer tipo de análise muito tendenciosa.

¹⁵ A Figura 2 representa três caminhos possíveis para a poliarquia: (1) contestação pública que precede a inclusão (quando um país se torna uma oligarquia competitiva); (2) inclusão antes da contestação (quando um país se torna uma hegemonia inclusiva); e (3) um salto direto de uma hegemonia fechada para uma poliarquia. Segundo Dahl, o primeiro caminho é o mais seguro. Ver Dahl (1971), capítulo 3.

¹⁶ <http://www.telegraph.co.uk/news/world/china-watch/politics/china-communist-party-strength/>

2.1.3 Por que escolher um governante importa? Uma nova defesa minimalista

Uma concepção minimalista da democracia deixa deliberadamente outras questões da democracia de lado. Proteção de direitos humanos, desigualdade de renda e estado de direito são alguns exemplos. Então, considerando todas as possíveis falhas, por que favorecer o conceito minimalista? A escolha de um líder é suficiente?

Przeworski (1999) foi muito claro quando fez sua defesa de uma democracia minimalista: as eleições ajudam a sociedade a processar conflitos sem um massacre. As eleições também reforçam a ideia de democracia como um equilíbrio¹⁷. Se nem o governante nem a oposição decidem tomar o poder, isso significa que ambos estão em melhor situação com o regime democrático (PRZEWORSKI, 2005). Ou seja: democracia é a luta pelo poder sem derramamento de sangue (PRZEWORSKI, 1999)

In the end, the miracle of democracy is that conflicting political forces obey the results of the voting. People who have guns obey those without them. Incumbents risk their control of government offices by holding elections. Losers wait for their chance to win office. Conflicts are regulated, processed according to rules, and thus limited. This is not consensus, yet not mayhem either. Just limited conflict; conflict without killing (PRZEWORSKI, 1999, p. 49)

Todo eleitor acredita que a democracia precisa alcançar fins específicos que são queridos por eles mesmos. Assim, a ideia de democracia pode variar de pessoa para pessoa. No entanto, o mecanismo de escolha dos representantes quase nunca difere da ideia de eleições competitivas, limpas e justas. Como Munck (2009) aponta, se um país é classificado como não-democracia pelo padrão minimalista, também será por uma concepção mais ampla.

A abordagem consensual tem duas premissas críticas: a primeira é a existência de um bem comum. A segunda é que esse bem comum pode ser alcançado por uma “deliberação racional” (PRZEWORSKI, 1999, p. 1). No entanto, os eleitores respondem a incentivos e podem até agir de maneira que se prejudique. O vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2017, Richard H. Thaler, e seu co-autor Cass R. Sunstein (2008), já mostraram a lógica por trás dessa alegação. Em certas situações, precisamos que o governo nos “empurre” na direção certa. Levando em consideração a democracia eleitoral, os cidadãos escolhem aqueles que podem elaborar como empurrá-los para - esperançosamente - uma situação melhor¹⁸. As

¹⁷Ou seja: “*the players are best responding to each other’s’ strategies. To say it differently, the players’ strategies are ‘mutual best responses’*” (WATSON, 2013, p. 97).

¹⁸ Um exemplo de como o governo pode influenciar a decisão dos cidadãos vem do Reino Unido. Em 2010, foi criada a *Behavioral Insight Team* - também conhecida como *Nudge Unit* (HALPERN, 2016). Eles têm

ciências sociais comportamentais fizeram um progresso considerável no estudo do comportamento dos atores - tanto políticos quanto econômicos - e como eles podem ser influenciados (GROSE, MALHOTRA & VAN HOUWELING, 2015; ALLCOTT & KESSLER, 2015; HALPERN, 2016; BENARTZI ET AL., 2017). Portanto, um nível de informação menos que completo e um governo que defenda sua decisão podem ser mais do que suficientes para fazer com que os eleitores ajam da maneira que os líderes desejam. Não apenas isso, mas os cidadãos parecem querer menos participação na política, dando o poder de decisão aos políticos (HIBBING & THEISS-MORSE, 2004).

Sem dúvida, a abordagem metodológica da democracia tem suas falhas, como já mencionado. Apesar de alguns esforços para avançar em direção a uma teoria democrática melhor adaptada (BOLLEN, 1990; ACHEN & BARTELS, 2016; BRENNAN, 2016)¹⁹, o ponto de vista eleitoral ainda é o conceito dominante de democracia na política comparada.

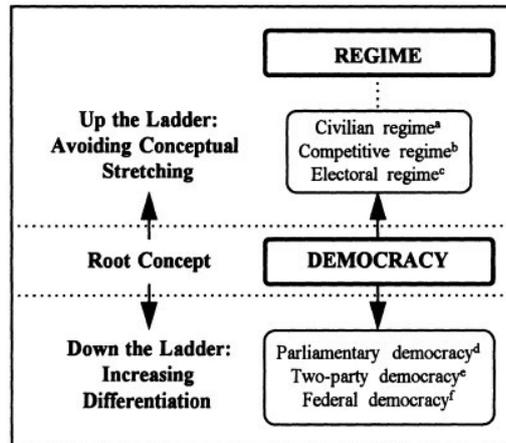
Além disso, ao lidar com a conceitualização da democracia, dois desafios precisam ser enfrentados: o aumento da diferenciação analítica entre as observações e o problema do alongamento conceitual. A escada da generalidade de Sartori (figura 3) aponta que descer a escada pode aumentar a diferenciação, enquanto subir pode evitar o alongamento conceitual (SARTORI, 1970; COLLIER & LEVITSKY, 1997). No entanto, ambos os objetivos não podem ser alcançados simultaneamente.

Collier e Levitsky (1997) sugerem a criação de um subtipo diminuído de democracia, como a democracia eleitoral. O subtipo diminuído de democracia não é *“full instance of the root definition of democracy employed by author who presents the subtype”* e *“might be seen as having fewer defining attributes”* (COLLIER & LEVITSKY, 1997, p. 437-438). Um conceito eleitoral de democracia pode ser entendido como uma democracia menos que perfeita, diminuindo a chance de ampliação conceitual. Além disso, um subtipo diminuído tem características menos definidoras, o que torna possível subir na escada da generalidade. Assim, o uso de um conceito mínimo de democracia - especificando o método eleitoral como característica distintiva do conceito - não apenas confere mais poder de generalização ao modelo, mas também evita o alongamento conceitual.

trabalhado, por exemplo, em maneiras de melhorar a inscrição no sistema de pensões (CRIBB & EMMERSON, 2016). Ver: <http://www.behaviouralinsights.co.uk/>.

¹⁹ Embora Achen e Bartels (2016) e Brennan (2016) concordem que a teoria contemporânea da democracia não é realista porque os eleitores não são atores racionais e informados, eles chegam a conclusões muito diferentes. Enquanto Achen e Bartels argumentam que o problema está em como o conceito de democracia é elaborado, uma vez que as identidades sociais não recebem crédito suficiente, Brennan defende uma forma inteiramente nova de governo: *“the rule of the knowledgeable”* (também conhecido como *epistocracy*).

Figura3 – A escada da generalidade de Sartori



Fonte: Collier and Levitsky (1997).

Na política comparada, o conceito procedimental de democracia - ou democracia eleitoral - tem muitos adeptos (O'DONNELL, 1996; PRZEWORSKI ET AL., 2000; MAINWARING, BRINKS & PÉREZ-LIÑÁN, 2001; BOIX, 2003; MUNCK, 2009; TEORELL, 2010; BOIX, MILLER & ROSATO, 2012; FISMÁN & GOLDEN, 2017).

Da mesma forma que Munck (2009), eu também coloquei a poliarquia no grupo minimalista de conceitos democráticos. Incluí mais características do que Przeworski e co-autores (2000), mas ainda deixa de fora uma gama essencial de adjetivos. No entanto, como Coppedge argumenta, a poliarquia não é o *“thinnest concept in the discipline, but it is thin enough to omit mention of many qualities that are commonly associated with democracy”* (COPPEDGE, 2012, p. 21). Dessa forma, a poliarquia dá um passo adiante em comparação com a medição da ACLP, mas não é um passo muito grande, para que possa permanecer fácil medir a democracia. Com tudo isso considerado, o que a evidência empírica nos diz? A seção a seguir tenta esclarecer o debate.

2.2 O QUE A DEMOCRACIA NÃO É?

Um trabalho sobre democracia também deve ser capaz de determinar o que não é democracia. Existe o antagonismo mais óbvio à democracia: em uma concepção simplista e menos que perfeita, pode-se argumentar apenas que um regime não democrático é um regime autoritário. Algumas definições mostram que a ausência de algumas instituições democráticas é muito comum na apresentação de autoritarismo. *“The basic rules the define dictatorial regimes are those, whether formal or informal, that really shape the choice of top leaders and*

important policies” (GEDDES, WRIGHT & FRANTZ, 2018, p. 5). Além disso, “*dictatorships are regimes without competitive elections, without rule of law, without political and civil rights, without regular alternation in power*” (GANDHI, 2008, p. 7).

Essencialmente, ditadura é qualquer país soberano que não tenha eleições livres e competitivas e um executivo eleito diretamente nas eleições presidenciais livres e competitivas ou indiretamente por uma legislatura eleita (PRZEWORSKI ET AL., 2000; BOIX, 2003; SVOLIK, 2012).

No entanto, os séculos 20 e 21 trouxeram diferentes tipos de metamorfose às ditaduras. A mera ocorrência de eleições não é um evento suficiente para considerar um país democrático. As ditaduras podem assumir várias formas, dependendo de qual grupo tomou o poder e como ele está estruturado (GEDDES, WRIGHT & FRANTZ, 2018). Mas, para manter a forma minimalista, consideramos a ditadura qualquer país que não tenha eleições livres e justas.

Em um ponto de vista mais sombrio, é necessário argumentar que algumas características comuns ligadas à democracia não são suficientes para um país ser democrático. A defesa dos direitos humanos e o combate à corrupção, por exemplo, estão muito associados à democracia. No entanto, isso não é necessário para avaliar a presença da democracia. Esse tipo de argumento está muito mais relacionado ao estudo da qualidade democrática.

2.3 A REALIDADE ATUAL DOS DADOS PARA A PESQUISA DEMOCRÁTICA²⁰

Há muitos dados e fontes que fornecem informações sobre a conceituação, a transição e a sobrevivência das democracias. Devido a essas múltiplas fontes de dados, as diferenças em como a democracia é medida tornou-se um campo em si (MUNCK, 2009). Um debate importante é se a medida deve ser dicotômica ou graduada (BOLLEN, 1990; ALVAREZ et al., 1996; COLLIER & ADCOCK, 1999; ELKINS, 2000; LÜHRMANN, LINDBERG & TANNENBERG, 2017). Alguns estudiosos vão além e afirmam que tipos diferentes de medidas devem levar a resultados diferentes (WEBER, 2013)²¹.

Escala binária e de três pontos levariam à perda de informações. Esses tipos de medidas não permitem que o pesquisador fale muito sobre suas observações (BOLLEN, 1990). Além disso, medidas dicotômicas uniriam países com diferentes qualidades de regime

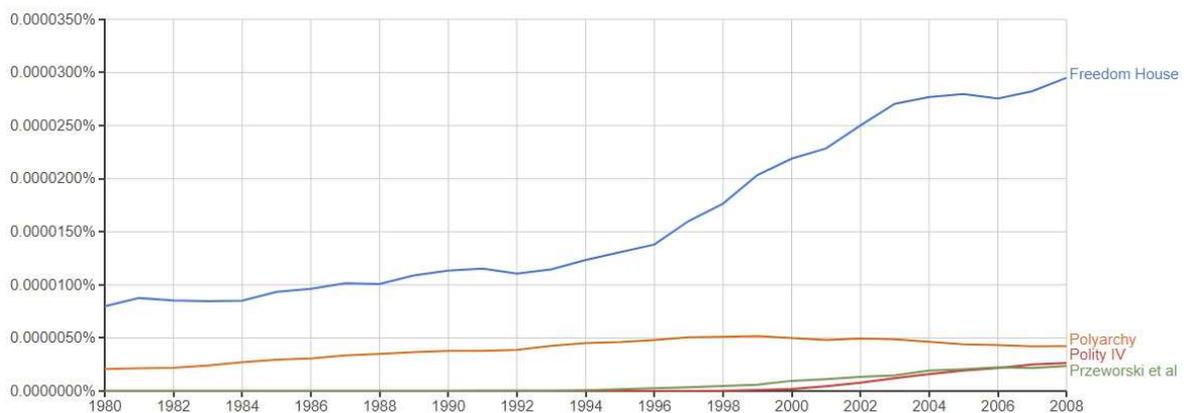
²⁰ Todos os gráficos e análises estatísticas neste trabalho foram feitos no software R, versão 3.5.1.

²¹ O debate entre variáveis dicotômicas e contínuas não se limita aos estudos da democracia. Uma literatura robusta tem escrito sobre os prós e contras de tais variáveis. Ver: Cohen (1983); Irwin e McClelland (2003); van Walraven e Hart (2008); DeCoster, Iselin e Gallucci (2009); e Kuss (2013).

(COPPEDGE et al., 2011). A abordagem dicotômica, em suma, seria “metodologicamente regressiva” (ELKINS, 2000, p. 293). No entanto, se um pesquisador medisse a democracia de maneira gradual, como defendido por Bollen (1990), ela deixaria de descartar as observações que não realizam eleições para os órgãos Executivo e Legislativo. As medidas classificadas não considerariam esses casos como não-democráticos, uma vez que uma medida graduada mede os graus de democracia (ALVAREZ et al., 1996; PRZEWORSKI et al., 2000). Pensando nesse debate, Collier e Adcock (1999) concluem que a decisão de usar uma medida graduada ou contínua deve ser tomada com base nos objetivos do estudo que está sendo conduzido. Skaaning (2018) chega a uma conclusão semelhante ao debater os tipos de dados: pesquisa observacional, codificada internamente, pesquisa especializada e pesquisa representativa. O autor mostra que todos esses tipos de medidas têm vantagens e desvantagens, mas “*there are several ways of countering the disadvantages identified*” (SKAANING, 2018, p. 112).

Entre todas as medidas atualmente em uso nos estudos democráticos, algumas se destacaram: ACLP, Freedom House, Polity IV e V-Dem²². Exceto pelo V-Dem, todas essas medidas deixaram de lado o quesito de participação da democracia (MUNCK & VERKUILEN, 2009). A Figura 4 mostra uma breve exibição das citações dos bancos de dados nos livros.

Figura4 – Citação dos bancos em livros²³



Fonte: Google Ngram Viewer.

²² Outros conjuntos de dados essenciais sobre democracia são: Vanhanen (2000); Hadenius (1992); Arat (1991); e Bollen (1980). Eu os deixei deliberadamente fora desta seção por duas razões: por causa da parcimônia e porque seu uso em trabalhos recentes não é tão frequente quanto o uso dos conjuntos de dados que foram incluídos.

²³ Em dezembro de 2017.

Algumas notas são necessárias para interpretar corretamente esses dados. Ele mede a porcentagem de aparência de uma sequência de palavras nos livros. Como a Freedom House foi fundada em 1941, faz sentido que sua linha comece nos anos 80 em um ritmo mais alto. A primeira vez que Przeworski e seus co-autores publicaram a classificação do regime da ACLP foi em 1996. O conjunto de dados do Polity IV - o mais novo entre os três representados no gráfico - correspondeu rapidamente à ACLP.

Como a pesquisa não encontrou o V-Dem, usei a palavra poliarquia. O projeto V-Dem usa o conceito de poliarquia de Dahl para elaborar sua medida. Portanto, a linha não indica as citações do banco de dados, mas o conceito sobre o qual o banco de dados foi construído.

Tabela2 – Dados sobre democracia²⁴

Banco	n	Tempo	Escala	Mensuração
ACLP	202	1946-2008	Dicotômica	0 – Autocracia; 1 – Democracia
Freedom House	195	1972-2016	Ordinal	1 – Livre; 2 – Parcialmente livre; 3 – Não-Livre
Polity IV	167	1800-2016	Gradual	-10 a 10
V-Dem	177	1900-2016	Gradual	0 a 1

Fonte: autor.

2.3.1 ACLP (DD)

O banco de dados aparece em quatro trabalhos diferentes. No mesmo ano, foi utilizado em Alvarez et al. (1996) e Przeworski et al. (1996), mas ganhou fama com o livro *Democracy and Development* (PRZEWORSKI et al., 2000). Finalmente, foi revisitado por Cheibub, Gandhi e Vreeland (2010). Essa medida é a operacionalização mais minimalista da democracia.

A conceituação binária que apareceu pela primeira vez em Alvarez et al. (1996) é um dos mais utilizados e serviu de base para Przeworski et al. (2000). Desde então, ele é chamado de modelo ACLP ou medição de *Democracy and Development* (DD). Mais adiante, Cheibub, Gandhi e Vreeland (2010) atualizaram o banco de dados para aumentar seu alcance. Os dados começaram em janeiro de 1946 e, na versão mais atual, chegam a dezembro de 2008. Apesar

²⁴Dadas as edições mais recentes em dezembro de 2017.

de algumas críticas²⁵, os dados de Alvarez et al. (1996) indicam muita consistência na mensuração da democracia.

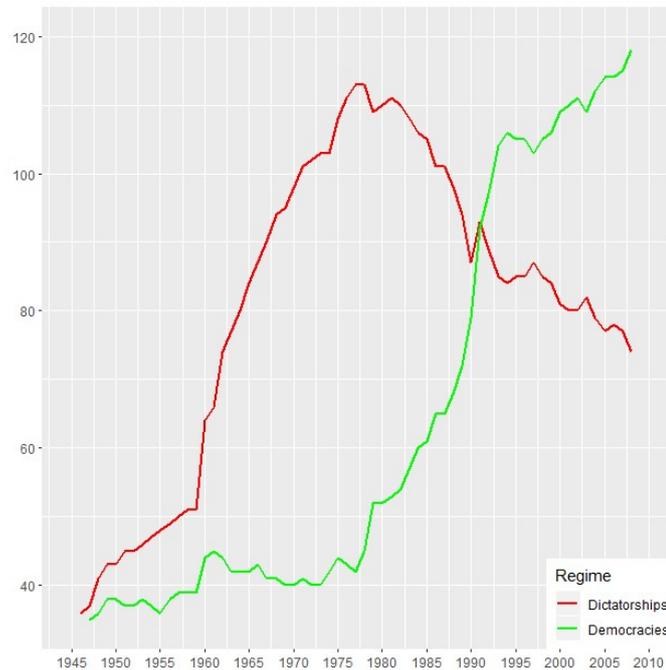
De acordo com o *Google Scholar* de um dos autores, considerando os quatro trabalhos juntos, o banco de dados foi citado 9.030 vezes²⁶. Foram 5.434 (60,2%) citações para o livro *Democracy and Development*; 1.512 (16,7%) citações de *Democracy and Dictatorship revisited*; 1.242 (13,8%) citações de *What Makes Democracy Endure?*; e 842 (9,3%) citações para *Classifying Political Regimes*.

A medida da ACLP enfrenta duas críticas principais. Uma diz respeito à falta de atenção dada à participação em massa no processo eleitoral. Como Norris (2008) ressalta, se a regra de codificação da ACLP for aplicada a países como a Grã-Bretanha logo após a Revolução Gloriosa em 1688, o país seria classificado como uma democracia, mesmo que apenas os proprietários pudessem votar. Isso ocorre porque a Revolução limitou o poder da monarquia, estabeleceu a soberania do parlamento e deu espaço a uma rotação entre Whigs e Conservadores como governo e oposição. A segunda crítica diz respeito às condições necessárias para tornar válida a competição entre as partes. A liberdade de imprensa e a proteção dos direitos humanos estão entre as condições necessárias que Norris (2008) defende. A Figura 5 mostra como a tendência dos regimes ao longo dos anos.

²⁵ Veja Munck e Verkuilen (2002), que pesquisam e avaliam os dados disponíveis sobre democracia. Alvarez et al. (1996) são acusados de omitir a participação e a definição da agenda. Cheibub, Gandhi e Vreeland (2010) fazem esforços semelhantes, apontando a necessidade de uma excelente medida democrática. Ambos os artigos apontam o índice da Freedom House como tendo as falhas mais significativas. Quanto às críticas de Munck e Verkuilen, Przeworski (1991), em nota de rodapé, afirma que a contestação por conflito é suficiente para explicar a dinâmica da democracia.

²⁶ Em dezembro de 2017. Ver: https://scholar.google.com/citations?user=n_c10uMAAAAJ&hl=en.

Figura5 – ACLP no tempo



Fonte: autor.

Há uma grande *gap* entre os anos 60 e meados dos anos 80. No entanto, após a terceira onda de democracia (HUNTINGTON, 1991), as linhas se cruzam e o mundo se torna majoritariamente democrático. Dada a natureza dicotômica da medida da ACLP, 61,5% do mundo (192 observações) foram democráticas no último ano de observação (2008). Por outro lado, 38,5% eram autocracias.

2.3.2 Freedom House

Segundo Diamond (1999), a Freedom House - também conhecida como Índice Gastil - é o “*best available empirical indicator of liberal democracy*” (DIAMOND, 1999, p. 12)²⁷. Publicado desde 1972, é possivelmente o conjunto de dados mais utilizado sobre democracia. O índice é composto de duas dimensões: Liberdades Civas e Direitos Políticos. As liberdades civis são definidas pela liberdade de expressão e associação, pelo Estado de Direito e pelos direitos pessoais. Os direitos políticos são compostos por processos eleitorais, pluralismo político e funcionamento do governo.

²⁷ É importante ressaltar que, no momento da redação de Diamond, alguns esforços agora reconhecidos ainda não haviam sido iniciados. O Projeto V-Dem, que começou a coletar dados em 2011, é um exemplo.

Metodologicamente, a medida da Freedom House é uma das mais problemáticas²⁸. Eles têm um sistema de três camadas: eles têm um processo de pontuação, depois transformam as pontuações em classificações e, finalmente, as classificações em status. Cada uma das duas dimensões é representada por uma escala que varia de 1 a 7 (1 sendo a mais democrática e 7, menos). Por sua vez, são compostos por 25 indicadores (15 de monitoramento das liberdades civis e 10 de direitos políticos). O resultado final é uma média combinada das classificações de Direitos Políticos e Liberdades Civis. Varia de 1 a 7 com o seguinte corte: 1 a 2,5 são países livres; 3 a 5 são países parcialmente livres; e 5,5 a 7 são países que não são livres.

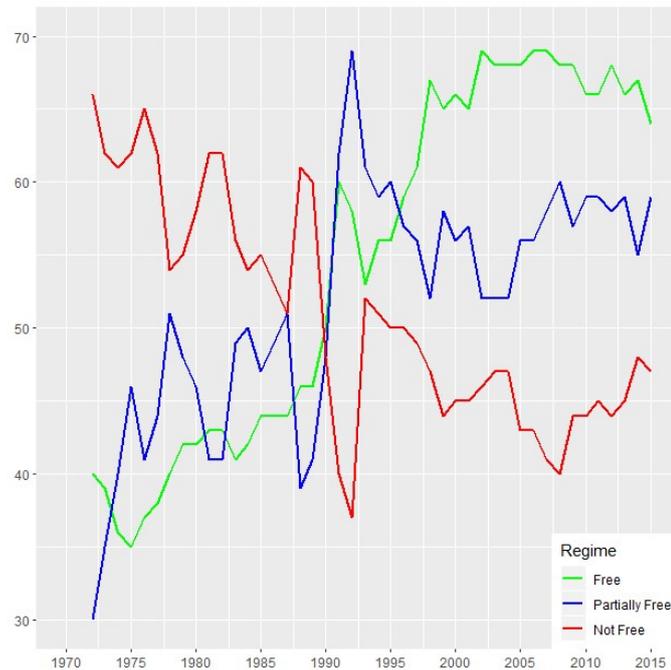
Todo país tem uma equipe de pesquisa específica que obtém sua pontuação de várias fontes. Isso implica que países com características completamente diferentes poderiam obter a mesma pontuação. Além disso, há um grande espaço dado à subjetividade. Grupos formados por diferentes especialistas são responsáveis por avaliar e dar a pontuação em cada um dos 25 indicadores, deixando espaço para diferentes percepções para que países semelhantes obtenham resultados diferentes²⁹.

Outra crítica enfrentada pela medida da Freedom House é sua falta de transparência. As pontuações dos componentes não são publicadas separadamente. Portanto, os pesquisadores não podem construir medidas que reflitam sua especificação da democracia nem entendam as relações entre elas (NORRIS, 2008).

Em 2015, países como Hungria, Polônia, África do Sul, Reino Unido e Uruguai foram considerados livres. Países como Bangladesh, Colômbia, Geórgia, México e Ucrânia foram todos classificados como parcialmente livres. Os membros do grupo não-livre incluíam Angola, China, Egito, Coreia do Norte e Rússia. A Figura 6 mostra o comportamento dos dados para toda a série temporal.

²⁸ O relatório de 2018 é o primeiro após a revisão da metodologia iniciada em 2016-2017.

²⁹ Um arquivo com a metodologia do relatório de 2017 pode ser baixado em: <https://freedomhouse.org/report/methodology-freedom-world-2017>.

Figura6 – Freedom House no tempo

Fonte: autor.

Quando a Freedom House iniciou seu índice no início dos anos 70, o mundo era formado principalmente por países que não eram livres (linha vermelha). No entanto, no final dos anos 80, com a já mencionada queda do regime militar nos países latino-americanos e com o fim da URSS, o número mudou. Durante um pequeno período, o mundo foi composto principalmente por países parcialmente livres (linha azul) - possivelmente países fazendo a transição para a democracia - e, em meados da década de 90, as democracias (linha verde) se tornaram a regra.

Segundo a Freedom House, vivíamos em um mundo levemente democrático em 2015: das 170 observações, 37,6% dos países em seu conjunto de dados eram livres; 34,7% eram parcialmente livres; e 27,7% não eram livres.

2.3.3 Polity IV

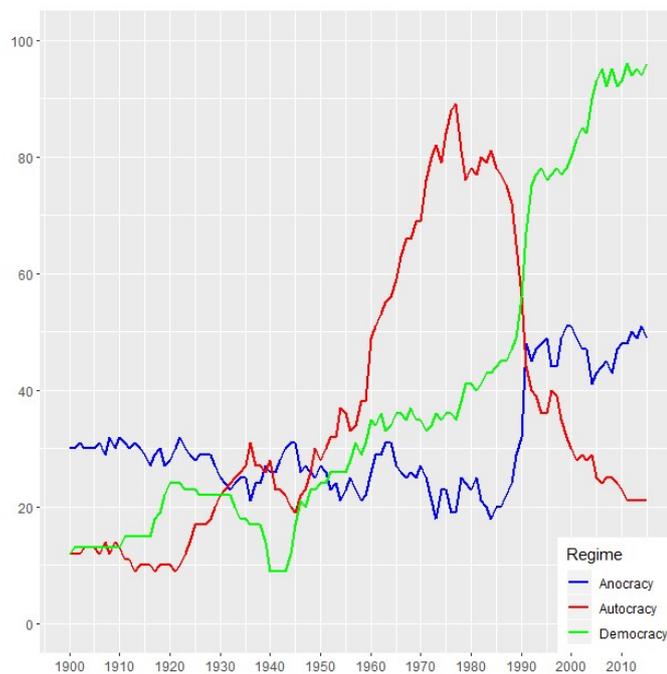
Por sua vez, o projeto Polity IV³⁰ conta com dados que vão de 1800 a 2016 para 166 países, representando uma das séries históricas mais extensivas. Combina duas escalas diferentes. Democrática, variando de 0 a 10. A segunda escala é a autoritária, que é a forma

³⁰ Uma nova versão - Polity 5 - está em desenvolvimento. Os dados e a metodologia podem ser encontrados no site do projeto: <http://www.systemicpeace.org/polityproject.html>.

negativa da anterior (-10 a 0). Eles também sugerem subcategorização em três regimes: autocracias (-10 a -6), anocracias (fechadas, -5 a 0; e abertas, 1 a 5) e democracias (6 a 10)³¹.

A medida de democracia Polity IV concentra-se nas características do estado, principalmente nos seguintes: “*presence of institutions and procedures through which citizens can express preferences about alternative policies and leaders; the existence of institutionalized constraints on the power of the executive; and the guarantee of civil liberties*” (NORRIS, 2008). A Figura 7 mostra a variação do Polity IV de 1900 a 2015.

Figura7 – Polity IV no tempo

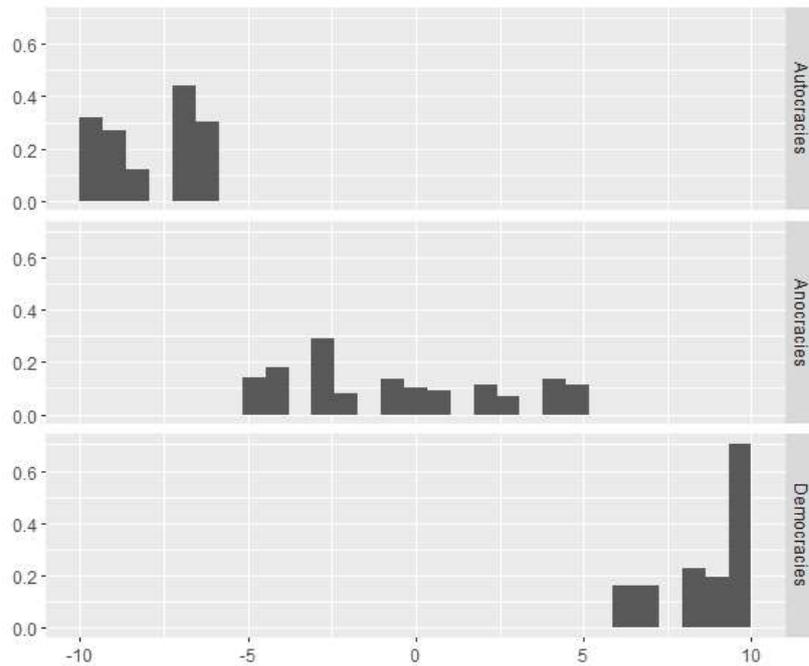


Fonte: autor.

Dada a maneira como o projeto Polity IV classifica os regimes, com as pontuações dos países variando dentro de cada grupo de regimes, é possível ver como as observações são distribuídas (figura 8).

³¹ Esta classificação foi retirada de: <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm> (acessado em 15/01/2018).

Figura8 – Distribuição do Polity IV por regime, 1900-2015 (densidade)



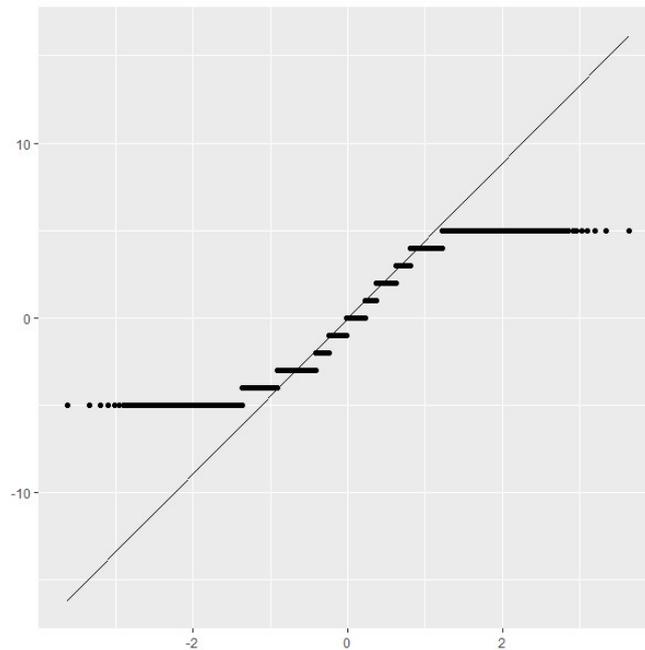
Fonte: author.

A maioria das democracias está perto de 10. As autocracias estão concentradas no limiar de -5. No próprio gráfico da anocracia, pode-se argumentar que a curva que a linha preta mostra é aproximadamente normal. No entanto, as lacunas entre as colunas argumentam contra essa interpretação. A Figura 9 apresenta o gráfico Q-Q³² para as observações de anocracia.

A distância da normalidade na categoria de anocracia é visível no gráfico Q-Q. Como os pontos não se ajustam a uma tendência de linha reta, também apresentando caudas grossas, podemos assumir que a distribuição não é normal. Finalmente, depois de considerar a classificação proposta pela Política IV, 57,8% (96 países) das observações do conjunto de dados eram democracias em 2015; 29,5% (49 países) eram anocracias; e apenas 12,7% (21 países) eram autocracias.

³² Q-Q plot significa *Quantile-Quantile plot* e é um gráfico de probabilidade. Ele compara os quantis da variável com os quantis da distribuição normal. Ver: Thode (2002).

Figura9 – Q-Q Plot para anocracias, 1900-2015



Fonte: autor.

2.3.4 V-Dem³³

O V-Dem é mantido pelo projeto *Varieties of Democracy*, baseado na *University of Gothenburg*³⁴ e o *Kellogg Institute*³⁵. Três características críticas credenciam o V-Dem como um bom conjunto de dados para estudos democráticos: (1) colapso radical com os princípios teóricos da democracia sendo traduzidos em mais de 400 perguntas detalhadas; (2) a maioria dos dados provém de quase 200 indicadores coletados por especialistas nacionais; e (3) uso de técnicas de modelagem Teoria da resposta do item bayesiano ordinal (TRI), projetado especificamente para calcular estimativas pontuais para cada país-ano (COPPEDGE ET AL., 2016).

O banco de dados também possui variáveis como “Duração do Regime” e “Repartição Democrática”. Assim, a variável dependente utilizada é o tempo até o evento de interesse ocorrer, medido em anos (tempo de sobrevivência de um regime). Com isso, buscamos encontrar um parâmetro para classificar os casos de acordo com a probabilidade de consolidação democrática.

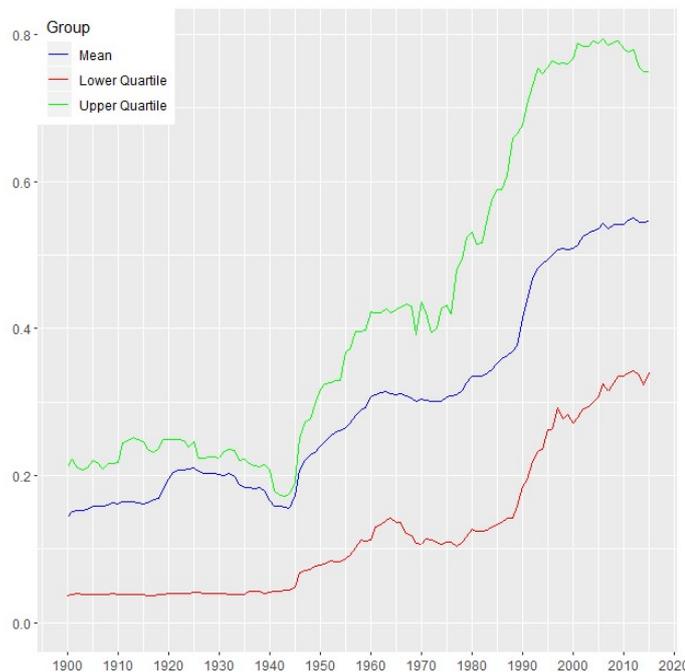
³³Os dados e codebook estão disponíveis em: <https://www.v-dem.net/en/data/data-version-7-1/>.

³⁴ Ver: <https://www.gu.se/english>

³⁵ Ver: <https://kellogg.nd.edu/>

Dado que o V-Dem não é uma medida dicotômica como a ACLP; não é uma variável ordinal como a Freedom House; e não fornece um limite como o Polity IV; é difícil dizer exatamente quantos países tiveram um determinado regime em 2015. Para tornar essa dificuldade ainda mais explícita: todas as 174 observações tiveram valores diferentes para o índice V-Dem desse ano, cada um deles representando 0,57% da frequência. No entanto, a mediana é de 0,567. A Figura 10 mostra a média do V-Dem, seu quartil superior e seu quartil inferior no tempo.

Figura10 – V-Dem no tempo



Fonte: autor.

É possível ver que não apenas a média, mas também o quartil superior e inferior, tiveram uma tendência ascendente em meados da década de 1970. No entanto, desde o início dos anos 2000, o quartil superior, que representa os países mais democráticos, iniciou uma descida tímida. A Tabela 3 apresenta o resumo estatístico descritivo para os quatro conjuntos de dados descritos aqui.

Tabela3 – Sumário dos dados

Variável	Obs	Média	Desv. P.	Min	Max
ACLP	9,115	.438	.496	0	1
Freedom House	6,919	1.977	.819	1	3
Polity IV	12,198	.553	7.287	-10	10
V-Dem	16,963	.314	.278	.0087594	.9493701

Fonte: autor.

O resumo mostra que a média da ACLP (0,438) está mais próxima de 0 (não democracia) do que de 1 (democracia). A média da Freedom House (1,977) aproxima as observações da pontuação 2 (parcialmente livre). A média do V-Dem (0,314) também coloca a média das observações mais próxima de um regime autoritário do que de um regime democrático. Usando a classificação proposta pela própria Polity IV, sua média (0,555) parece mais próxima da classificação de anocracias abertas. De acordo com as medidas da ACLP, Freedom House e Polity IV, existem algumas formas perfeitas de países democráticos e autocráticos no mundo. No entanto, segundo o V-Dem, os países só se aproximam daqueles casos perfeitos de regimes.

2.3.5 Associação entre variáveis e validade de construto

A Tabela 4 mostra a correlação (r) entre os quatro conjuntos de dados apresentados nesta seção. O intervalo de tempo usado para esta análise foi 1972-2008. Como 1972 é o primeiro ano no conjunto de dados da Freedom House e 2008 é o último ano na ACLP, esse é o maior período de tempo possível, incluindo todas as quatro medidas. Isso deixa o conjunto de dados com 6.134 observações por ano no país.

Tabela4 – Correlação de democracia³⁶

	ACLP	Freedom House	Polity IV	V-Dem
ACLP	1			
Freedom House	-0.753	1		
Polity IV	0.838	-0.836	1	
V-Dem	0.823	-0.852	0.906	1

Fonte: author.

Todas as correlações³⁷ são significativas ($p < 0.001$) e fortes³⁸. Isso significa que, apesar da diferença conceitual entre eles, eles estão medindo praticamente a mesma coisa. A correlação mais forte está entre o V-Dem e o Polity IV (0,909) e o mais fraco entre o ACLP e o Freedom House (-0,757).

³⁶ Também realizei uma correlação de Spearman. Os coeficientes de correlação foram muito semelhantes. Nenhum deles foi maior que 0,02. Ver o apêndice online.

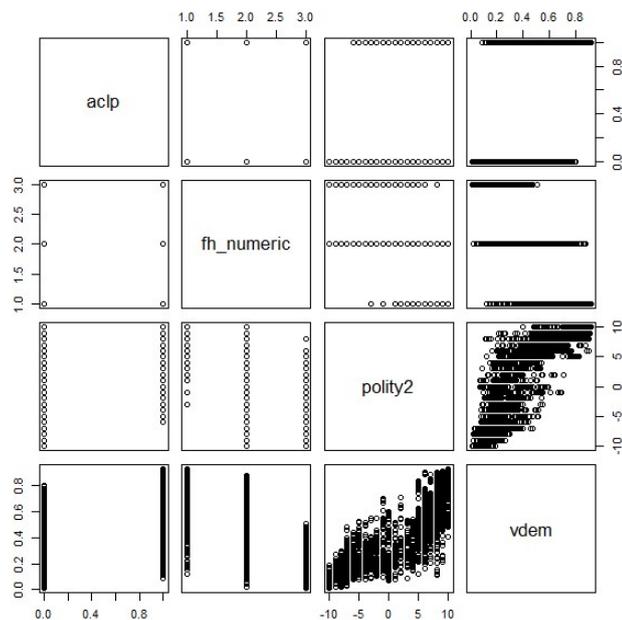
³⁷ Apesar de as medidas serem altamente correlacionadas, é essencial não tomar como possível a permutabilidade. Medidas diferentes podem levar a resultados diferentes, mesmo quando as variáveis se correlacionam. Ver Casper e Tufis (2003).

³⁸ Todas as correlações são fortes de acordo com as definições de Cohen (1988) e Dancey e Reidy (2011). Para eles, uma correlação em que: $0,7 \geq r \leq 1$, é forte.

A correlação de cada Freedom House tem um sinal negativo. Isso ocorre por causa das outras três medidas, quanto maior o valor, mais democrático é um país. No entanto, a medida da Freedom House é codificada da seguinte forma: 1 - Livre; 2 - Parcialmente Grátis; e 3 - Não é gratuito. Como segue a direção oposta, o sinal é justificado.

A Figura 11 ilustra a correlação apresentada na tabela 4.

Figura11 – Correlação entre variáveis democráticas



Fonte: autor.

Como teste de robustez, coletei três amostras aleatórias e corri correlações aos pares para ver se os resultados se sustentariam. A primeira amostra inclui 1% das observações; o segundo, 5%; e o terceiro, 10%.

Tabela5 – Correlação de amostras³⁹

1%	ACLP	Freedom House	Polity IV	V-Dem
ACLP	1			
Freedom House	-0.799	1		
Polity IV	0.851	-0.885	1	
V-Dem	0.850	-0.898	0.920	1
5%	ACLP	Freedom House	Polity IV	V-Dem
ACLP	1			
Freedom House	-0.771	1		
Polity IV	0.836	-0.851	1	
V-Dem	0.857	-0.860	0.904	1
10%	ACLP	Freedom House	Polity IV	V-Dem
ACLP	1			
Freedom House	-0.770	1		
Polity IV	0.835	-0.847	1	
V-Dem	0.834	-0.861	0.912	1

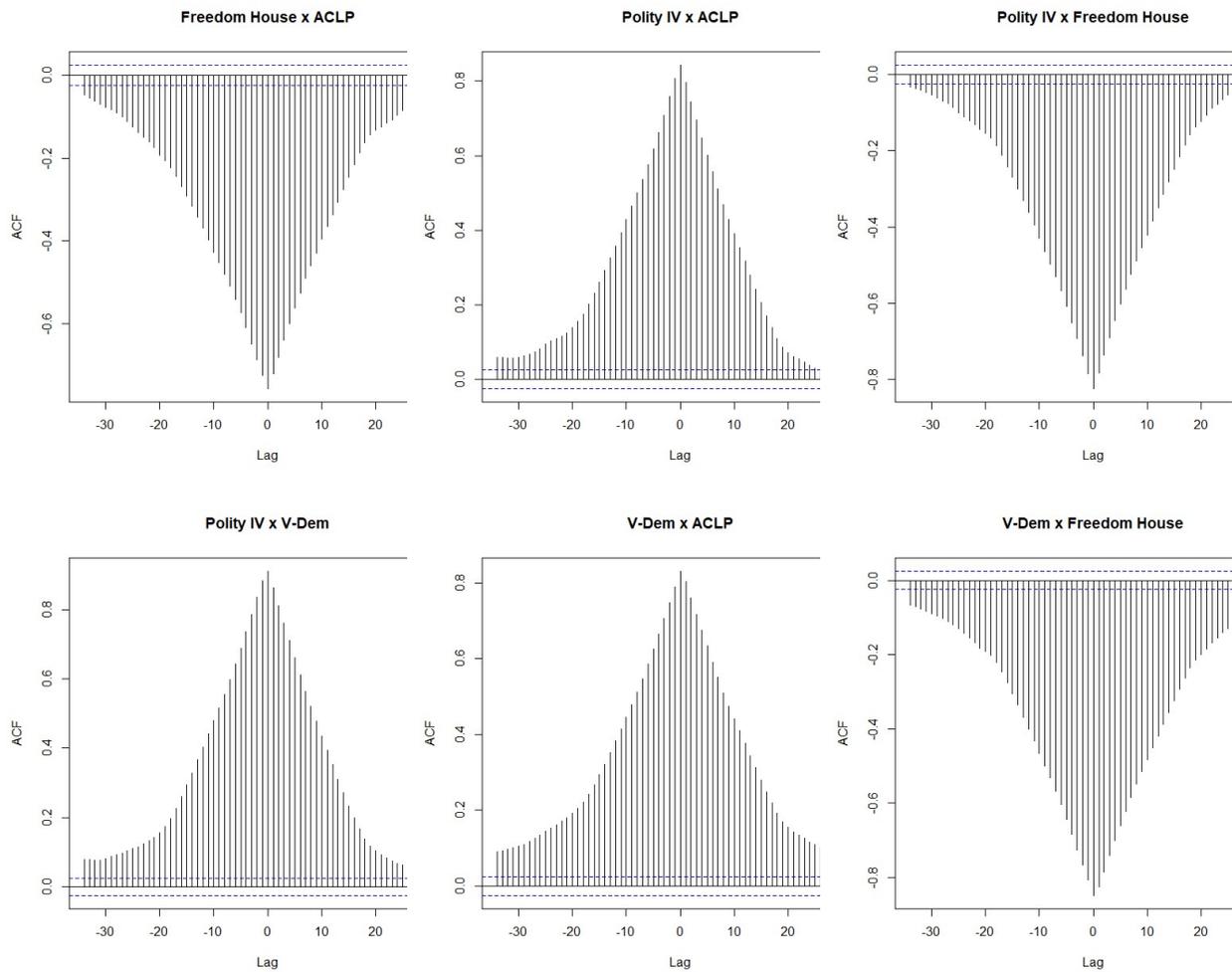
Fonte: autor.

Os resultados das correlações amostradas são muito semelhantes aos obtidos pela correlação de todas as observações. Isso pode ser entendido como um rastro de que todos os quatro conjuntos de dados estão realmente medindo coisas semelhantes. O padrão das correlações também é semelhante ao obtido para as observações completas: V-Dem e Polity IV continuam a ter a associação mais forte em todas as três correlações amostradas e ACLP e Freedom House, as mais fracas.

No entanto, dada a estrutura do painel dos dados, também fiz análises de correlação cruzada e de correlação automática. Os resultados são mostrados a seguir:

³⁹ Para obter a mesma amostra que usei, defina a semente 0205. Os tamanhos das amostras são: 1% = 61; 5% = 307; 10% = 613.

Figura12 – Cross-Correlation



Fonte: autor.

Em todos os casos, a correlação mais forte apareceu no atraso 0. É possível perceber isso observando a imagem de pirâmide que todas as correlações cruzadas possuem. Isso significa que todos os pares apresentados na figura acima se correlacionam melhor quando as medidas são tomadas exatamente no mesmo ano. À medida que os pontos se dispersam no tempo, a correlação desaparece. Como já observado, os gráficos representados por uma pirâmide invertida são aqueles que incluem a variável Freedom House. A Tabela 6 apresenta os coeficientes de correlação para cada par introduzido na análise no atraso 0: a correlação cruzada mais forte entre as medidas da democracia.

Tabela6 – Cross-Correlations (lag=0)

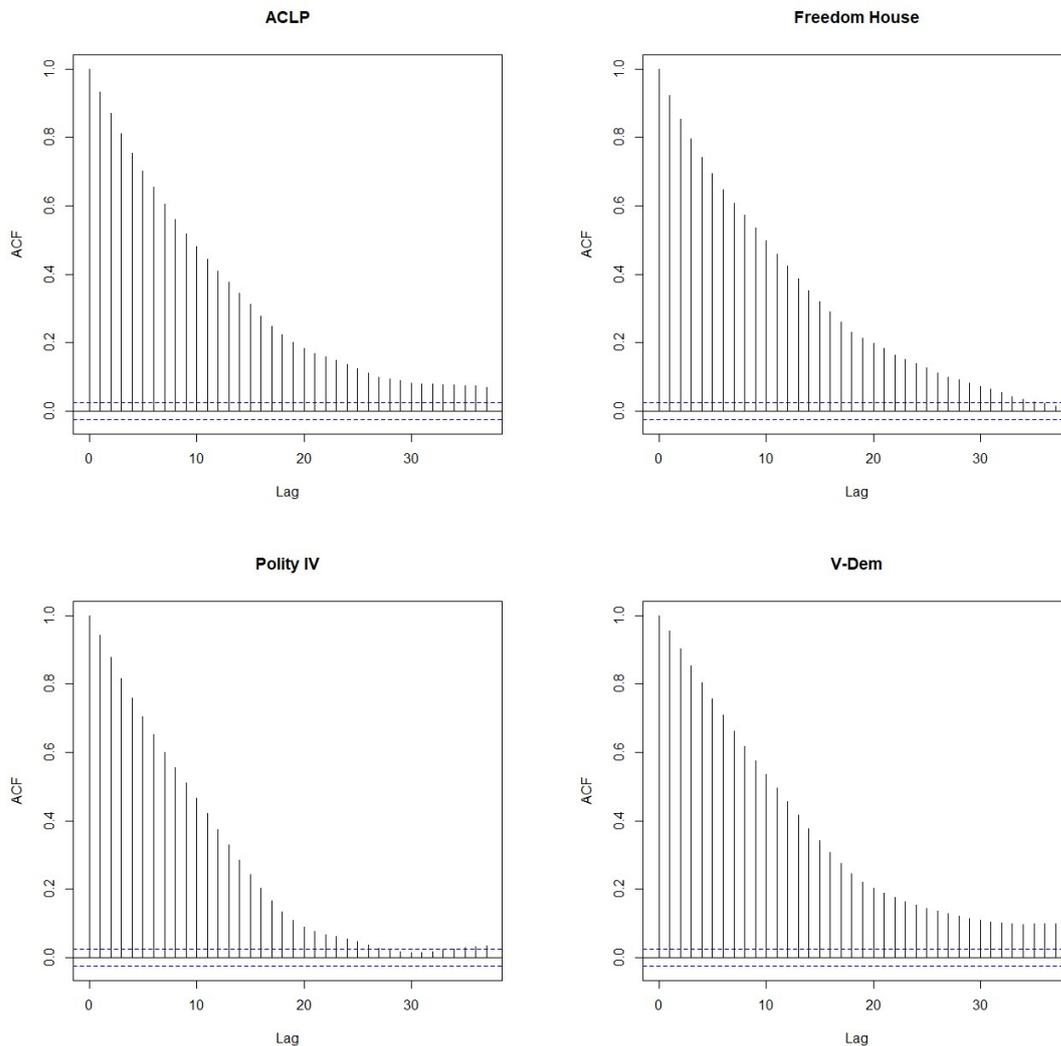
Pair	Cross-Correlation, lag = 0
Polity IV x V-Dem	0.911
Polity IV x ACLP	0.843

Polity IV x Freedom House	-0.824
V-Dem x ACLP	0.831
V-Dem x Freedom House	-0.849
Freedom House x ACLP	-0.757

Fonte: autor.

Além da preocupação com a correlação cruzada, é necessário ficar de olho na correlação automática. A Figura 13 mostra graficamente a correlação automática para todas as quatro variáveis.

Figura13 – Auto-Correlation



Fonte: autor.

A mesma tendência observada na análise de correlação cruzada se repete na correlação automática: a correlação mais forte aparece no atraso 0. E assim que comecei a adicionar defasagens, a correlação começou a desaparecer.

O raciocínio para a escolha da medida da poliarquia V-Dem é duplo. Primeiro, dando o debate sobre o conceito democrático apresentado na seção anterior, a concepção de Dahl parece estar próxima da realidade e preocupada com os direitos políticos dos cidadãos. Além disso, estou preocupado com a padronização, para que meu trabalho possa se comunicar com o que foi produzido na política comparada. De acordo com Coppedge, Alvarez e Maldonado (2008), as duas dimensões de Dahl “*account for about three-quarters of the variation captured by the indicators that have been produced by those who have measured aspects of*

democracy most extensively” (COPPEDGE, ALVAREZ & MALDONADO, 2008, p. 645). É o caso, por exemplo, da medida da ACLP da dimensão da contestação.

Como Coppedge coloca: “*operational definitions of concepts are valid to the extent that they refer to all aspects of the concept that we have in mind when we use it and no aspects that we do not have in mind*” (COPPEDGE, 2012, p. 17).

2.4 MODELO

Apesar de ter sido reavaliada continuamente e negada por vários estudiosos (ACEMOGLU et al., 2009), a teoria da modernização é sem dúvida uma das teorias mais importantes da democratização (LIPSET, 1960; DEUTSCH, 1961; PRZEWORSKI & LIMONGI, 1997; BARRO, 1999; SVOLIK, 2008). Para mostrar que as diferentes medidas da democracia levarão a conclusões semelhantes, executarei uma análise simples com dados reais usando a teoria da modernização como pano de fundo. Mais uma vez, o modelo será executado de 1972 a 2008.

Dado que este é um exercício simples para mostrar os resultados dos mesmos regressores nas diferentes medidas da democracia, os modelos terão apenas três variáveis independentes (tabela 7). Além disso, aqui não vou me preocupar com um dos problemas significativos dos modelos democráticos: a endogeneidade. Dado que todos os conjuntos de dados estão - teoricamente - medindo a mesma coisa, o problema da endogeneidade está presente em todos os modelos. Portanto, eles devem ser afetados da mesma maneira.

Tabela7 – Variáveis Independentes

Variável	Interpretação	Fonte
gdp_pc	PIB per capita (current US\$)	Banco Mundial
urb_p	População urbana (%)	Banco Mundial
tensys	Stabilidade do regime	The Database of Political Institutions (2015)

Fonte: autor.

As duas primeiras variáveis foram extraídas diretamente de Lipset (1959), considerado o primeiro trabalho principal a elaborar o conceito da teoria da modernização. Em suma, o argumento é que os países mais ricos e com uma parcela mais significativa de sua população que vive em áreas urbanas são mais propensos a serem democráticos. Este teste simples deve verificar se esses parâmetros também podem impedir a democracia de retroceder. A variável

de controle é retirada da literatura de satisfação democrática (BELLUCCI & MEMOLI, 2012). O argumento defende que nas novas democracias existem grandes expectativas em relação às novas instituições democráticas. Portanto, as novas democracias estariam mais propensas a enfrentar críticas dos cidadãos e, conseqüentemente, a uma contração institucional.

A primeira consequência significativa das quatro abordagens diferentes para medir a democracia é o que podemos fazer com ela. Como já observado, duas medidas são contínuas, uma é dicotômica e uma é ordinal. A variedade de métodos aplicáveis varia de acordo com o nível variável dependente de medição. São necessários métodos diferentes para cada classificação democrática. A Tabela 8 resume qual deles vou usar para cada medida.

Tabela8 – Medidas e métodos

Medida	Método	Estrutura
ACLP	Regressão logística	Painel
Freedom House	Logit ordenado	Painel
Polity IV	Regressão linear	Painel
V-Dem	Regressão linear	Painel

Fonte: autor.

Dada a natureza dicotômica da medida da ACLP, decidi executar um painel de logit, em que a variável dependente é classificada como: 0 = autocracia e 1 = democracia. O mesmo raciocínio vale para a Freedom House: como sua medida é ordinal, optei por um logit ordenado. O Polity IV e o V-Dem são contínuos e, portanto, serão usados em uma regressão de dados em painel. A tabela 9 mostra a saída.

A figura mostra que todos os modelos apresentam padrões semelhantes. Apesar de os coeficientes não serem diretamente comparáveis, ainda é possível comparar os sinais e a magnitude separadamente. Considerando o PIB per capita, a única divergência no sinal aparece na regressão em painel do V-Dem. No entanto, a magnitude da variável é sempre a mais baixa em cada modelo. Tão perto de zero que a diferença é que sinais podem ser descartados.

Tabela9 – Modelos⁴⁰

ACLP⁴¹	Coefficiente	95% intervalo conf.	
PIB per capita	0.001*** (0.000)	0.000	0.001
População urbana	0.444*** (0.031)	0.383	0.506
Estabilidade	-0.102*** (0.015)	-0.132	-0.072
Freedom House	Coefficiente	95% intervalo conf.	
PIB per capita	-0.000*** (0.116)	-0.000	0.000
População urbana	-0.040*** (0.002)	0.316	0.360
Estabilidade	0.002 (0.002)	-0.002	0.005
Polity IV⁴²	Coefficiente	95% intervalo conf.	
PIB per capita	0.000 (0.000)	-0.000	0.000
População urbana	0.338*** (0.011)	0.316	0.360
Estabilidade	-0.077*** (0.008)	-0.093	-0.061
V-Dem⁴³	Coefficiente	95% intervalo conf.	
PIB per capita	-0.000 (0.000)	-0.000	0.000
População urbana	0.013*** (0.000)	0.012	0.013
Estabilidade	-0.000* (0.000)	-0.000	-0.000

Fonte: autor.

A variável população urbana mostra uma similaridade ainda maior. Não apenas apresentam os mesmos sinais, quando tomam a democracia como referência, mas também é a variável com maior significância estatística. A magnitude nos modelos ACLP e Polity IV é semelhante, assim como na Freedom House e no V-Dem. Observe que, no primeiro caso, a semelhança é entre uma variável dicotômica e uma variável contínua. Neste último, entre um contínuo e um ordenado.

Finalmente, olhando para a variável estabilidade política, é estatisticamente significativa em todos os modelos, embora em níveis diferentes. Mais uma vez, apresenta o mesmo sinal para as quatro análises e magnitudes de coeficientes semelhantes. Os principais resultados estão sintetizados na tabela 10.

⁴⁰ *** para valores de $p < 0,00$; ** para valores de $p < 0,05$; e * para valores de $p < 0,1$. Esta classificação é válida para todos os modelos nesta seção. Erros padrão são mostrados entre parênteses.

⁴¹ O teste de Hausman indica o uso do modelo de efeito fixo ($p < 0,000$). Todos os testes de Hausman estão disponíveis no apêndice online.

⁴² O teste de Hausman indica o uso do modelo de efeito fixo ($p < 0,000$).

⁴³ O teste de Hausman indica o uso do modelo de efeito fixo ($p < 0,000$).

Tabela10 – Sumário dos resultados (democracia como referência)

Medida	PIB per capita	Pop. Urbana	Estabilidade
ACLP	+	+	-
Freedom House	+	+	-
Polity IV	+	+	-
V-Dem	-	+	-

Fonte: autor.

A única diferença entre as quatro medidas democráticas da democracia é que o PIB per capita só tem um impacto negativo ao usar a variável V-Dem. Para todos os outros três índices democráticos, o PIB per capita pode ser visto como uma ferramenta para otimizar a democracia. Ao considerar a magnitude do coeficiente, todos os modelos apresentam um coeficiente mais forte para a variável explicativa da população urbana.

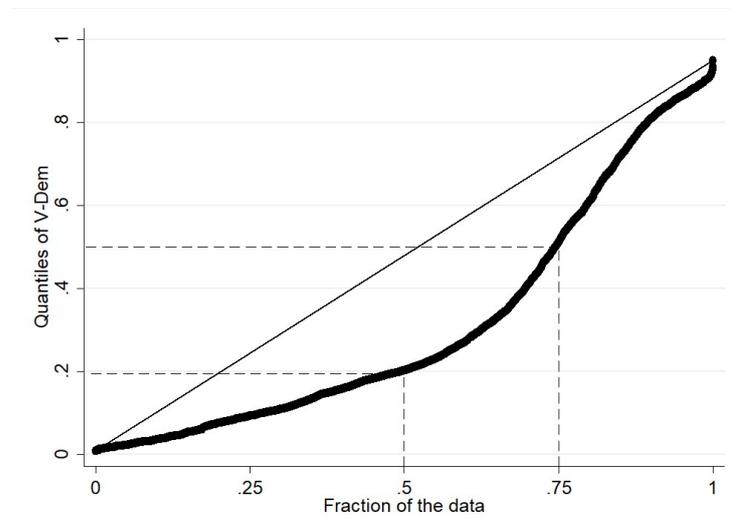
No entanto, como usei métodos diferentes, não é possível comparar os resultados diretamente. Então, aqui está a segunda consequência das diferentes medidas: é necessário adaptar alguns dos bancos de dados para que eu possa usar o mesmo método e, finalmente, comparar os resultados. Como a medida ACLP não é feita de índices contínuos, não posso quebrar seu recurso dicotomista. Então terei que transformar os outros três conjuntos de dados em variáveis dicotomistas⁴⁴. Nos dados da Freedom House, ingressarei nas categorias “Não é livre” e “Parcialmente livre”, resultando em dois grupos: democracias e não-democracias. O mesmo processo será aplicado ao Polity IV. Como já mencionado, os valores do Polity IV podem ser divididos em três categorias: autocracia, anocracia e democracia. Vou combinar as autocracias e anocracias em uma categoria, deixando-me com uma saída binária.

O V-Dem é a única medida da democracia que é completamente contínua e sem indicação institucional sobre como categorizar sua variável. Para dicotomizar tal medida, seguirei Lührmann, Lindberg e Tannenberg (2017). Eles criaram uma classificação ordinal da democracia a partir da medida V-Dem. O primeiro passo que eles deram foi dividir os regimes em democracias e não-democracias. Para fazer isso, eles utilizaram um ponto de corte de 0,5 em sua variável democracia eleitoral, mas adicionaram duas outras condições: (1) “eleições multipartidárias de fato, conforme indicado por uma pontuação acima de 2 no indicador V-Dem para eleições multipartidárias (v2elmulpar_osp)”; e (2) “as eleições devem ser livres e justas no sentido de permitir pelo menos uma concorrência substancial e liberdade

⁴⁴ Here I do not ignore the problems a researcher faces when transforming continuous variables into dichotomic (information loss, residual confound, etc.). However, for the sake of argument and simplicity, I have deliberately chosen to do this analysis as an exercise. For more on this issue, see: MacCallum et al. (2002); Royston, Altman and Sauerbrei (2006); Dawson and Weiss (2012); and Kuss (2013).

de participação, conforme indicado por uma pontuação acima de 2 no indicador V-Dem para eleições livres e justas (`v2elfrfair_osp`). Eles sugerem outras regras até criar quatro categorias diferentes para regimes políticos: autocracia fechada, autocracia eleitoral, democracia eleitoral e democracia liberal⁴⁵. No entanto, como meu objetivo principal é ter uma variável dicotomizada dividindo democracias e não-democracias, seguirei apenas o primeiro passo. A Figura 14 ilustra o ponto de corte 0,5 na variável democracia democrática.

Figura14 – Quantis do V-Dem



Fonte: autor.

A Figura 14 mostra que quase metade das observações está no quantil .2 dos dados. Isso significa que se eu dividir o banco de dados ao meio, acabarei com mais democracias do que autocracias. Como todos os pontos estão abaixo da linha de referência, a distribuição V-Dem é inclinada para a direita.

Agora que todas as variáveis de resultado são classificadas da mesma forma, poderei comparar a magnitude e os sinais de seus coeficientes. Nesta simulação, também invertí a escala da Freedom House, o que significa que nas quatro variáveis o valor 1 indica democracia e o valor 0 indica não democracia. O método escolhido são os dados do painel logístico. Embora os resultados para o modelo ACLP sejam os mesmos da tabela 7, incluí-lo-ei na figura a seguir. Dessa forma, a comparação ficará mais acessível. Os modelos de logit de seção transversal da série temporal para todas as variáveis dependentes são mostrados na tabela 11.

⁴⁵A tipologia de Lührmann et al. (2017) pode ser encontrada no conjunto de dados V-Dem V.7 como "e_v2x_regime".

Tabela 11 – Modelos Logit⁴⁶

ACLP				Freedom House ⁴⁷			
	Coefficiente	95% intervalo conf.			Coefficiente	95% intervalo conf.	
PIB per capita	0.001*** (0.000)	0.000	0.001	PIB per capita	0.000*** (0.000)	0.000	0.001
Pop. Urb.	0.444*** (0.031)	0.383	0.506	Pop. Urb.	0.076*** (0.015)	0.047	0.105
Estab.	-0.102*** (0.015)	-0.132	-0.072	Estab.	-0.062*** (0.010)	-0.081	-0.042
Polity IV ⁴⁸				V-Dem ⁴⁹			
	Coefficiente	95% intervalo conf.			Coefficiente	95% intervalo conf.	
PIB per capita	0.001*** (0.000)	0.000	0.001	PIB per capita	0.000*** (0.000)	0.000	0.000
Pop. Urb.	0.220*** (0.018)	0.184	0.255	Pop. Urb.	0.390*** (0.020)	0.352	0.429
Estab.	-0.035*** (0.011)	-0.056	-0.014	Estab.	-0.000 (0.002)	-0.004	0.004

Fonte: author.

Os sinais dos coeficientes são idênticos para cada variável de resultado usada. À primeira vista, a idade do regime parece ser prejudicial à democracia. No entanto, outros fatores podem estar influenciando esse resultado. Num argumento experimental, é possível considerar a crescente desigualdade como uma variável importante que foi deixada de fora das regressões. A vida esperada das democracias com crescente desigualdade, por exemplo, pode ser de 22 anos (PRZEWORSKI et al., 1996). O tamanho da população urbana não é apenas um consenso entre os modelos, mas também é a variável com o coeficiente mais forte, independentemente da forma como a democracia foi medida. Ou seja: quanto maior a parcela de pessoas que vivem nas grandes cidades, mais democrático um país parece ser. O mesmo vale para o PIB per capita. Finalmente, o PIB per capita é quase insignificante. Ainda assim, todos os quatro modelos apresentaram o mesmo sinal.

A significância estatística dos modelos também é idêntica. Todas as variáveis têm um significado $<0,000$. O mais estranho é a estabilidade política no modelo V-Dem. Neste caso especificamente, nenhuma significância estatística foi encontrada. Portanto, é seguro refutar Weber (2013) e dizer que isso não importa a fonte dos dados da democracia. Todos os resultados devem nos levar ao mesmo destino.

⁴⁶ A variável dependente para todos os modelos da tabela 11 é classificada como: 0 = democracia; 1 = não democracia.

⁴⁷ O teste de Hausman indica o uso do modelo de efeito fixo (Prob > $\chi^2 = 0,000$).

⁴⁸ O teste de Hausman indica o uso do modelo de efeito fixo (Prob > $\chi^2 = 0,000$).

⁴⁹ O teste de Hausman indica o uso do modelo de efeito aleatório (Prob > $\chi^2 = 0,829$).

2.5 CONCLUSÃO

Há um debate de longa data sobre que tipo de medida usar no estudo da democracia (BOLLEN, 1990; ALVAREZ et al., 1996; COLLIER & ADCOCK, 1999; ELKINS, 2000; LÜHRMANN et al., 2017). Alguns argumentos fortes foram apresentados a favor de uma abordagem gradual (BOLLEN, 1990; ELKINS, 2000). No entanto, os resultados apresentados neste capítulo vão contra o estudo anterior (HÖGSTRÖM, 2013) e sugerem que este é um debate mais filosófico do que prático. Aqui, comparei quatro conjuntos de dados diferentes sobre democracia, com medidas dicotômicas, ordinais e graduadas. Eles não apenas estão fortemente correlacionados, mas também apresentaram resultados semelhantes (ao observar os sinais e a significância) em um simples exercício inferencial.

Então, que tipo de dados o pesquisador deve usar? Defendo aqui uma abordagem semelhante à argumentada por Collier e Adcock (1999): a decisão deve ser tomada tendo em mente o conceito subjetivo de democracia e o problema da pesquisa. Portanto, se uma pesquisadora estiver interessada apenas em uma abordagem eleitoral, por exemplo, ela deve estar bem selecionando a medida da ACLP. Se as liberdades individuais desempenharem um papel significativo no modelo pretendido, o pesquisador poderá usar o Índice da Casa da Liberdade ou o Polity IV. Independentemente da decisão tomada, uma coisa deve ser recorrente: a estudiosa sempre precisa deixar claro que decisão ela tomou.

Tendo a abordagem processual como referência, este capítulo também teve um esforço teórico, apresentando diferentes maneiras de entender a democracia, passando da democracia deliberativa da Grécia antiga até o insight minimalista. Este capítulo também apresentou as principais qualidades e contratempos da abordagem processual. Com base na discussão apresentada aqui, é seguro dizer que não estou reinventando o conceito de democracia. Debatendo a abordagem processual, estou em diálogo direto com os comparativistas da ciência política.

3 A DEMOCRACIA ESTÁ DESAPARECENDO? Insatisfação com a democracia e a nova onda de populismo⁵⁰

Uma breve visão geral dos recentes desenvolvimentos políticos em todo o mundo pode ser suficiente para considerarmos que o mundo está enfrentando uma recessão democrática. A votação para o Brexit no Reino Unido⁵¹, a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos⁵², a ascensão de partidos de extrema direita nas legislaturas e tribunais europeus⁵³, como na Hungria⁵⁴, Polônia⁵⁵, e Turquia⁵⁶, e a consolidação da esquerda autoritária em países como a Venezuela⁵⁷, poderia ser interpretado como um distanciamento dos valores democráticos. Esses eventos podem ser sinais (PRZEWORSKI, 2019) - ou sintomas - da doença da democracia.

Apesar de todos esses eventos terem sido concebidos dentro das fronteiras das instituições democráticas (PRZEWORSKI, 2018), com eleições livres e justas ou referendo público, alguns podem argumentar que representam um afastamento do credo democrático. Todos os casos mencionados acima são populistas⁵⁸ com uma retórica de anti-imigração, ataques à mídia e ridículo da oposição (não apenas partidos e políticos opostos, mas também ramos opostos do governo e instituições). Portanto, eles poderiam representar uma tomada autoritária por meios democráticos (KYLE & MOUNK, 2018). Isso significa dizer que, ao eleger um líder abertamente autoritário, os eleitores não estão necessariamente condenando a democracia, mas aumentando o risco de sua demissão (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018).

No entanto, estudiosos democráticos já se preocupam com o desempenho da democracia há mais de uma década. O debate recente e relevante sobre o desempenho da democracia esquentou desde o diagnóstico de um “*pushback*” democrático (PUDDINGTON, 2007). Uma série de artigos publicados pelo *Journal of Democracy*⁵⁹ mostra alguns autores defendendo a posição de que os regimes democráticos não estão indo bem (FUKUYAMA,

⁵⁰ Por uma questão de transparência e reprodutibilidade, o conjunto de dados, o livro de códigos e o script R usados aqui estão disponíveis no Open Science Framework (<https://osf.io/b2z6j/>) e no GitLab (https://gitlab.com/linsprodriago/chapter_2).

⁵¹ Ver Ford and Goodwin (2017).

⁵² Ver Norris (2017).

⁵³ Ver Bugaric and Ginsburg (2016).

⁵⁴ Ver Kornai (2015).

⁵⁵ Ver Fomina and Kucharczyk (2016).

⁵⁶ Ver Esen and Gumuscu (2017).

⁵⁷ Ver Alarcón, Álvarez, and Hidalgo (2016).

⁵⁸ É importante notar que nem todo populismo é igual, embora possa ser em alguns aspectos. Para ver a diferença entre populismo de direita e populismo de esquerda, consulte Mudde (2010) e Kyle e Mounk (2018). Para ver como essa diferenciação esquerda-direita afeta o comportamento da votação, consulte Otjes e Louwse (2015) e Rama e Santana (2019). Para ver como o populismo de extrema esquerda e de extrema direita pode ser semelhante nas políticas econômicas, consulte Rooduijn e Akkerman (2017).

⁵⁹ Ver *Journal of Democracy*, vol. 26, n. 1, published in January 2015.

2015; FOA & MOUNK, 2016; 2017a), mesmo passando por um período de autocratização (LÜRHMANN & LINDBERG, 2019), enquanto outros dizem que isso é apenas uma questão de conjuntura (LEVITSKY & WAY, 2015; INGLEHART, 2016).

Após três ondas de democratização e duas ondas reversas, o status atual da democracia em todo o mundo levanta a questão: o problema conhecido como “*de-democratization*” é realmente um problema? E se sim, quais são as principais ameaças ao regime democrático? Para tentar responder a essas perguntas, utilizarei a estatística descritiva, seguida de análises espaciais e textuais.

Este capítulo está estruturado da seguinte forma: (1) primeiro apresentarei as ondas democráticas anteriores, de modo a preparar o cenário para o restante do capítulo. Em seguida, (2) apresentarei a tendência do apoio público à democracia na América Latina, nos Estados Unidos e na União Européia. Na próxima seção (3), discuto o atual principal concorrente das democracias liberais: o populismo. Por fim, (4) apresentarei as conclusões extraídas das análises.

3.1 DEMOCRACIA E SUAS ONDAS

A expansão de um regime democrático foi cunhada por Huntington (1991a) como ondas. Esses períodos são conceituados como um momento em que o número de países que passam de um sistema político autoritário para um democrático ultrapassa o número de países que seguem na direção oposta (HUNTINGTON, 1991a; 1991b). As duas primeiras ondas foram seguidas por ondas inversas (tabela 12), quando a democracia se tornou um "ator coadjuvante" na realidade do sistema político.

Tabela12 – Ondas de Huntington

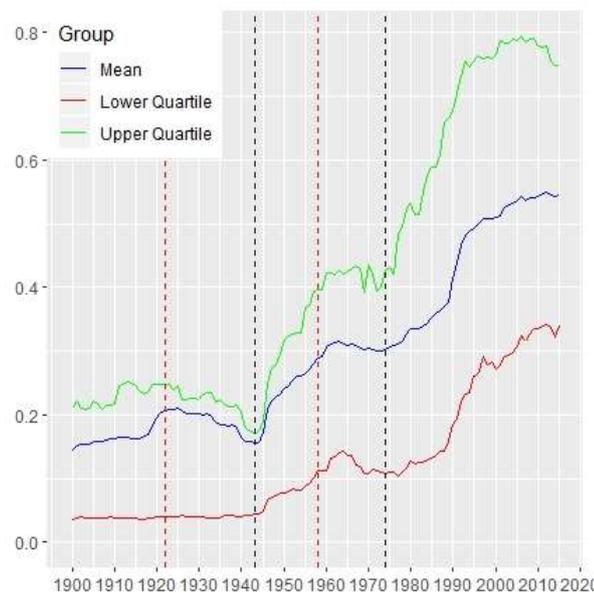
Waves	Period
1st wave	1828-1926
1st reverse wave	1922-1942
2nd wave	1943-1962
2nd reverse wave	1958-1975
3rd wave	1974;

Fonte: autor.

Przeworski e seus co-autores (2000) são críticos para a periodização proposta por Huntington (1991b). Eles afirmam que, se a onda Huntington significou apenas que o número de democracias não era o mesmo durante todo o período, o conceito de periodização é

verdadeiro. No entanto, se por ondas ele está sugerindo um efeito de difusão, o termo é equivocado. Em seu trabalho, Przeworski et al. (2000) mostra que a única variação real entre o que eles chamam de países “antigos” ocorre na América Latina. O número de democracias nos demais países do grupo é constante durante a segunda onda reversa. O que eles dizem é que vários países "novos" - aqueles que se tornaram independentes depois de 1950 - surgiram durante o período, e a maioria desses países era ditadura. Portanto, a segunda onda reversa não era tanto uma onda, já que as ditaduras não foram repassadas como em um modelo de difusão. O caminho deles não teve a democracia como ponto de partida. A figura 15 mostra marcas de ondas democráticas e suas reversões sobre a medida de democracia V-Dem.

Figura15 – Ondas democráticas (sobre V-Dem)



Fonte: autor.

Segundo os dados do V-Dem, as ondas positivas - marcadas por linhas tracejadas de preto - são claras. Após a segunda onda, temos um padrão de crescimento para os países com pontuação no quartil superior de medição (ou seja, os países classificados como mais democráticos em uma variável classificada). No entanto, as ondas reversas - marcadas por linhas tracejadas em vermelho - não são tão claras. Isso é especialmente verdadeiro para a primeira onda reversa, quando a linha do quartil inferior - os países classificados como menos democráticos - permanece quase constante durante todo o período⁶⁰.

⁶⁰ A primeira onda reversa terminou em 1942. Não incluí linhas representando o final das ondas - positivas e reversas - para não poluir o gráfico. Normalmente, o final de uma onda positiva e o início de uma onda reversa se sobrepõem levemente.

Então, o que o debate atual sobre o destino da democracia afirma é que podemos estar vivendo em uma suposta terceira onda inversa (ou quarta, dependendo do autor). E essa onda se apoia fortemente no apoio popular e no aumento do populismo.

3.2 OPINIÃO PÚBLICA E ENVOLVIMENTO DOS ELEITORES: EUROPA OCIDENTAL, AMÉRICA LATINA, EUA⁶¹

Desde o advento da terceira onda de democracia (HUNTINGTON, 1991), o regime democrático adquiriu o status de regime político mais desejável e aceitável.⁶² Como escreveu Fukuyama (1992), o processo de democratização na América Latina e no Leste Europeu marcaria o “fim da história”, não deixando espaço para novos desenvolvimentos políticos.

No entanto, o endosso popular ao regime tem sido tratado como pedra angular para a manutenção da democracia (FOA & MOUNK, 2016)⁶³. A falta de apoio popular pode colocar em risco o regime e, assim, dar espaço para o autoritarismo. A Polônia é um bom exemplo de um país onde um partido autoritário assumiu o cargo após uma diminuição no apoio às instituições liberais (FOMINA, 2017), principalmente entre os jovens poloneses (MOUNK, 2018). De acordo com a última onda disponível do World Values Survey (WVS, 2014)⁶⁴, a média da importância de viver em uma democracia é de 51,6%. Este número é ainda maior para aqueles entre 30-49 anos (52,1%) e 50+ (58,1%). Porém, entre os poloneses de até 29 anos, viver em democracia é absolutamente importante para apenas 36% deles, uma diminuição de 7 pontos percentuais em relação à onda anterior. O Partido da Lei e da Justiça (PiS) ascendeu ao poder pela primeira vez na Polônia após as eleições gerais de 2005, quando Lech Kaczyński ganhou a presidência no segundo turno, indicando seu irmão gêmeo Jarosław Kaczyński para o cargo de primeiro-ministro. O partido enfrentou uma derrota eleitoral para a Plataforma Cívica em 2007, mas o fracasso desta em cumprir suas promessas de campanha abriu caminho para uma nova vitória do PiS nas eleições de 2015. Sob o governo do Partido

⁶¹ Uma versão muito modificada desta seção, focada apenas na América Latina, foi apresentada no 9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política (Montevideu, julho de 2017), com o seguinte nome: “Determinantes da Insatisfação com a Democracia na América Latina, 2001- 2015”. O documento original, seus dados e o arquivo .do da Stata podem ser consultados em: <https://osf.io/jtb4c/>.

⁶² Mesmo regimes políticos alternativos, como o autoritarismo competitivo (LEVITSKY & WAY, 2002), adotam eleições porque desejam a legitimidade que tem um cunho democrático. Essa necessidade faz com que até os ditadores optem por uma fachada democrática. Ver: Gandhi e Lust-Okar (2009); Kendall-Taylor e Frantz (2014); Frantz (2018).

⁶³ Para Foa e Mounk (2016), o apoio popular é uma das três características-chave que observam na determinação do grau de consolidação de uma democracia, sendo as outras duas: “*the degree to which antisystem parties and movements are weak or nonexistent*” e “*the degree to which the democratic rules are accepted*” (p. 15).

⁶⁴ A onda mais recente disponível da Word Values Survey é a 6ª e vai de 2010 a 2014. Os dados da Polónia foram recolhidos em 2012. A 7ª onda já está sendo colhida. Ver: <http://www.worldvaluessurvey.org/>.

da Lei e da Justiça, a liberdade de imprensa tem sido constantemente atacada (CHAPMAN, 2017) e o governo tem pressionado por uma agenda iliberal (FOMINA & KUCHARCZYK, 2016).

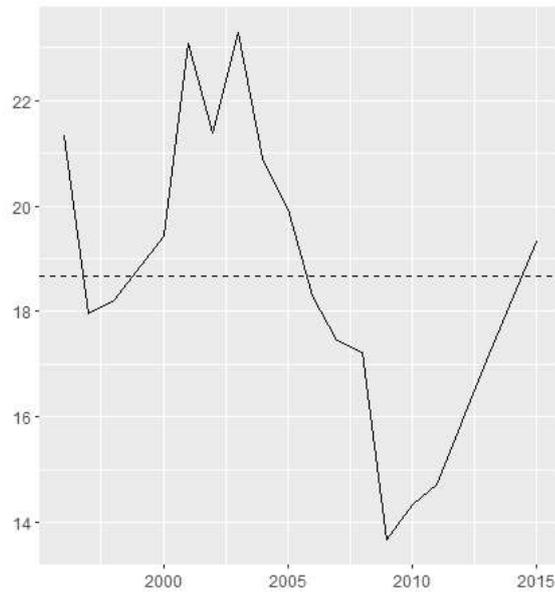
Para Foa e Mounk (2016) este não é um efeito de idade, mas de coorte. Espera-se que aqueles que nasceram entre as duas grandes guerras e os *baby boomers* tenham sentimentos calorosos em relação à democracia. Como os *millennials* não experimentaram os regimes alternativos à democracia, como os regimes fascistas na Europa Ocidental e os regimes comunistas na Europa Oriental, eles argumentam que os *millennials* têm a mente mais aberta a um governante autoritário. Como tendência global, a democracia parece menos atraente para os cidadãos do que antes e agora está sendo tratada como um sintoma de um retrocesso democrático (ARMINGEON & GUTHMANN, 2014; FOA & MOUNK, 2017a).

Na América Latina, os cidadãos também estão insatisfeitos com a democracia. A Figura 16 mostra que embora o nível atual não seja o pior na série temporal⁶⁵, a insatisfação está aumentando e pode muito bem ultrapassar os níveis observados no início dos anos 2000. A média agregada da América Latina para o período de 1996-2015 é de 18,68% (linha tracejada).

Em 2003, o nível agregado de insatisfação com a democracia (linha sólida) atingiu seu pico em 22,7% da população dizendo que não estava nada satisfeita com o funcionamento da democracia em seus países. Eles atingiram o menor recorde em 2009 (13,7%), mas estão subindo desde então. Em 2015 - último recorde do Latinobarômetro - a insatisfação já era de 19,3%. Essa tendência pode sugerir que, como Foa e Mounk (2016) colocaram, o apoio popular à democracia está em águas turbulentas.

⁶⁵ Apesar de a série histórica começar em 1995, optei por iniciar a análise em 1996. Essa escolha foi feita com base no fato de que apenas oito países fizeram parte da primeira onda do Latinobarômetro.

Figura16 – Insatisfação com a democracia na América Latina, 1996-2015⁶⁶

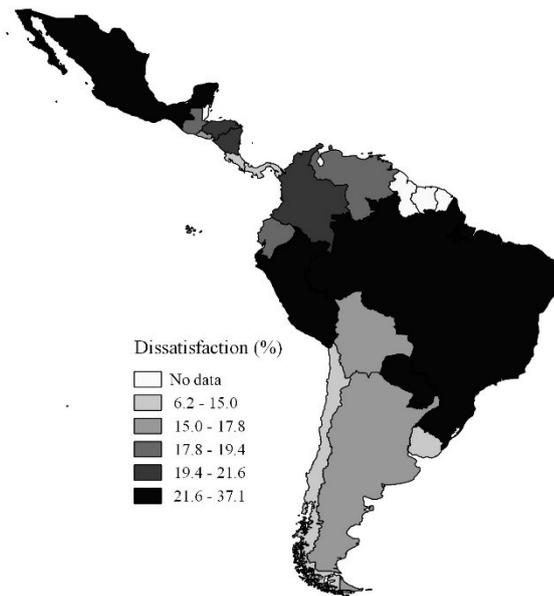


Fonte: autor, com dados do Latinobarômetro.

Ao considerar os dados desagregados, apenas dois países apresentam um nível de insatisfação de um dígito no período: Uruguai (6,21%) e Costa Rica (9,79%). Por outro lado, o Paraguai apresenta a maior média (37,1%). A Figura 17 mostra a distribuição espacial média da insatisfação com a democracia na América Latina por país.

⁶⁶ Lacunas de três anos: 1999, 2012 e 2014. Todas as lacunas existem porque o Latinobarômetro não possui dados para elas. Assim, todos os dados do Latinobarômetro aqui apresentados apresentam a mesma desvantagem.

Figura17 – Insatisfação com a democracia na América Latina, 1996-2015⁶⁷

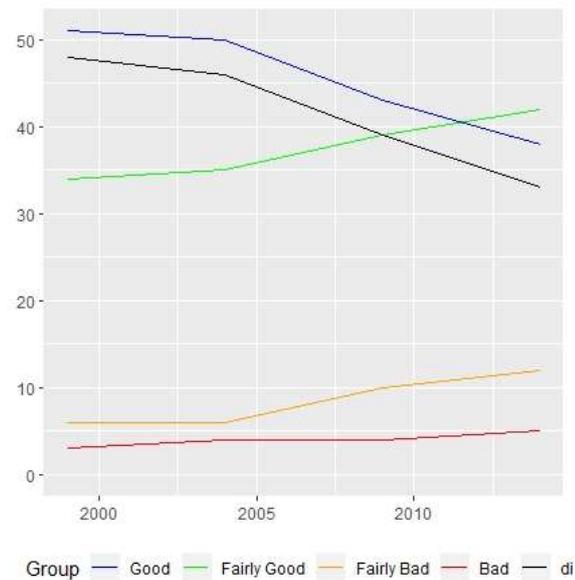


Fonte: autor, com dados do Latinobarômetro.

Da figura acima fica claro que quatro países se destacam no topo do ranking de insatisfação: Brasil (22,3%), Colômbia (20,4%), México (26,2%) e Paraguai (37,1%). Por outro lado, Chile (14%), Costa Rica (9,8%) e Uruguai (6,2%) apresentam os menores meios de insatisfação democrática.

Nos Estados Unidos, a importância atribuída à convivência em um sistema político democrático também vem diminuindo, embora ainda seja extremamente elevada (figura 18). De acordo com a World Values Survey, caiu a diferença entre os respondentes que responderam que é muito bom viver em um sistema político democrático e aqueles que disseram que é muito ruim viver em um sistema político democrático (linha preta). A diferença passou de 48 pontos percentuais na onda de 1995-1999 para 33 pontos percentuais na última onda (2010-2013).

⁶⁷ Todos os mapas neste capítulo mostram grupos divididos por quintis.

Figura18 – Ter um Sistema Político Democrático (EUA)

Fonte: autor, com dados do WVS.

No entanto, os dados sugerem que a maioria dos cidadãos dos EUA ainda acredita que é importante viver sob um regime democrático. Na última onda da pesquisa, 38% dos entrevistados responderam que é muito bom viver em democracia. Aqueles que responderam que é bastante bom foram 42%. Juntos, eles representam 80% dos entrevistados. Historicamente, aqueles que dizem que é “bastante bom” passaram de 34% na primeira onda para 42% na última onda. O “bastante ruim” também apresentou aumento, passando de 6% para 12%. Por fim, a resposta “ruim” mostra estabilidade, apresentando aumento de dois pontos percentuais.

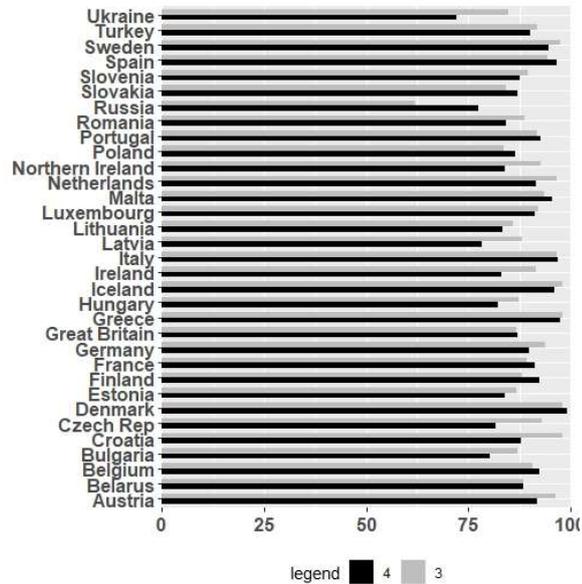
Os achados de Graham e Svobik (2019) são mais preocupantes. Em um experimento de escolha, eles descobriram que apenas alguns americanos priorizam os valores democráticos em relação à identificação partidária, ideologia política ou políticas favoritas. Eles estão dispostos a aceitar níveis decrescentes de democracia, desde que sua visão política esteja do lado vencedor da discussão.

Na Europa é difícil ter uma noção real do apoio à democracia. Apenas duas ondas⁶⁸ do European Social Survey (ESS) têm dados sobre os sentimentos dos respondentes sobre ter um Sistema político democrático. Por isso, não é possível ter certeza se as tendências apresentadas são bons representantes do humor da população ou se representam apenas um

⁶⁸ Ondas 3 (1999-2001) e 4 (2008-2010).

instantâneo que vai mostrar uma forma diferente nas ondas que virão. A figura a seguir apresenta os escores para cada país⁶⁹ em ambas as ondas.

Figura19 – Ter um sistema político democrático (Europa)

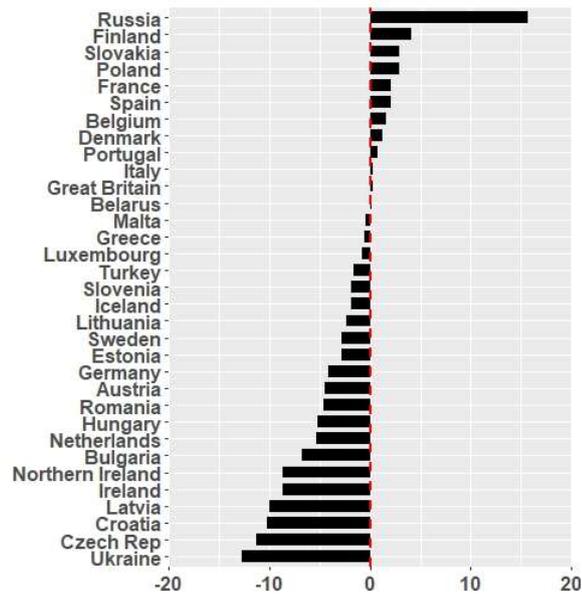


Fonte: autor, com dados do ESS.

Em geral, a maioria dos países da amostra apresenta um maior apoio na onda 3 do que na onda 4. Em outras palavras, os entrevistados mostraram mais entusiasmo com a democracia na primeira das duas ondas. A figura 20 apresenta a diferença entre as ondas para uma mesma variável.

⁶⁹ Todos os 33 países que possuem dados para ambas as ondas foram incluídos. São eles: Áustria, Bielo-Rússia, Bélgica, Bulgária, Croácia, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Irlanda do Norte, Polônia, Portugal, Romênia, Rússia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Turquia e Ucrânia.

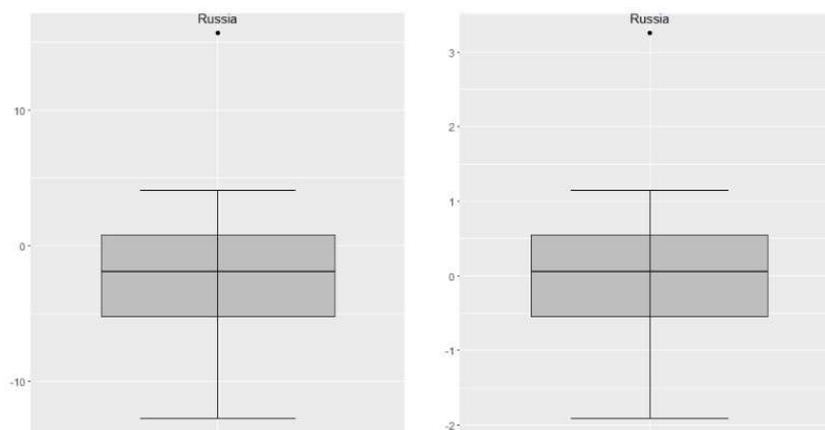
Figura20 – Diferença entre ondas na Europa



Fonte: autor, com dados do ESS.

Apesar de a maioria dos países apresentar decréscimo no apoio à democracia, apenas quatro deles apresentam uma diferença de onda igual ou superior a 10 pontos percentuais (Ucrânia, República Tcheca, Croácia e Letônia). Curiosamente, o país com maior aumento no apoio à democracia é a Rússia, com 15,7 pontos percentuais. A maioria das diferenças, no entanto, está dentro de 10 pontos percentuais.

Figura21 – Diferença entre ondas (Europa)



Fonte: autor, com dados do ESS.

A figura acima mostra, à esquerda, o box-plot dos valores da diferença entre as ondas. Apenas a Rússia apresenta desempenho atípico na diferença entre as ondas. O gráfico de caixa

à direita apresenta os escores z. Novamente, apenas a Rússia é um outlier, com um desvio padrão maior que 3. Todos os outros países estão dentro de 2 desvios padrão. Isso pode ser entendido como se todo o continente estivesse se movendo de forma coesa.

Ao considerar os dados da América Latina, Europa e Estados Unidos, é possível ver onde Foa e Mounk (2016; 2017a; 2017b) está baseando sua suposição. No entanto, seu trabalho enfrenta fortes críticas (VOETEN, 2016; NORRIS, 2017; ALEXANDER & WELZEL, 2017). Voeten (2016) argumenta que a escolha seletiva de alguns países que apresentam um determinado comportamento pode levar a uma conclusão precipitada. Para corrigir esse problema, ele analisa três grupos de países democráticos: democracias ocidentais consolidadas, democracias consolidadas e democracias desenvolvidas. Com exceção dos Estados Unidos, nenhum grupo - ou país - apresentou tendência de declínio em direção à democracia. Em algumas democracias desenvolvidas específicas, como Bulgária, Polônia e Hungria, Voeten (2016) considera que a tecnocracia é uma alternativa democrática um tanto popular. Isso inclui uma análise de coorte de cidadãos com 35 anos ou menos. Novamente, os Estados Unidos são o único país onde é possível ver um aumento no apoio ao governo do exército, líder forte e tomada de decisão especializada. Voeten (2016) conclui afirmando que não há *“evidence that people in consolidated democracies have soured on democracy and have become more likely to accept authoritarian institutions as a way to run their countries”*, apesar de algumas evidências de que a geração do milênio é mais tolerante com alternativas formas de governo. Ele afirma: *“Abstract procedural preferences among younger people in consolidated democracies for alternative regime types should not be high on that list”* de coisas para se preocupar (VOETEN, 2016).

Além disso, uma diminuição na satisfação democrática pode ser simplesmente uma resposta temporária às dificuldades econômicas (MAGNI, 2017)⁷⁰. A queda no apoio democrático geralmente segue-se ao mal-estar econômico. Seja pela crescente desigualdade de renda ou pelas altas taxas de desemprego, os cidadãos costumam responder a esses problemas virando as costas ao regime atual em que vivem (PRZEWORSKI, 1991; ALTINDAG & MOCAN, 2010; ARMINGEON & GUTHMANN, 2014; CORDERO & SIMÓN, 2015; MILLER, 2017). Portanto, não é tanto o apoio à democracia que coloca em risco o regime, mas a resposta democrática às crises que surgem (VOETEN, 2016).

⁷⁰ O raciocínio é semelhante ao do voto econômico. Os eleitores não são racionais e agem com base na emoção e nas informações que possuem. Jogar fora governantes que governaram durante a depressão econômica não é o mesmo que jogar fora governantes incompetentes (ACHEN & BARTELS, 2016). O mesmo vale para o regime político: virar as costas à democracia em tempos econômicos difíceis não é garantia de melhoria.

Nos países europeus, especificamente, estar sem emprego está associado a um aumento de 5% na chance de alguém dizer que a democracia é ruim para a economia (ALTINDAG & MOCAN, 2010). Além disso, a crise econômica enfrentada pela Europa no final dos anos 2000 também teve um impacto na avaliação dos cidadãos sobre o regime democrático: o apoio diminuiu durante a crise, principalmente em países que viram uma grande interferência de organizações e mercados internacionais (ARMINGEON & GUTHMANN, 2014).

A desigualdade também pode provocar pressão social por uma redistribuição mais agressiva (BOIX, 2003; ACEMOGLU & ROBINSON, 2006). Além disso, uma combinação delicada de indicadores econômicos também pode ter um efeito de deterioração na democracia. Uma economia em crescimento misturada com uma crescente desigualdade econômica torna as privações mais facilmente perceptíveis. Assim, quando a desigualdade chega a um nível em que as pessoas são privadas de necessidades básicas, o apoio à democracia diminui. Esse é o problema de uma distribuição socioeconômica regressiva (REENOCK, BERNHARD & SOBEK, 2007).

No caso da América Latina, uma correlação simples da média insatisfação com a democracia e a média de uma má avaliação da situação econômica⁷¹ mostra que ambas as percepções andam de mãos dadas, com uma forte correlação⁷². A Figura 22 mostra o gráfico de dispersão.

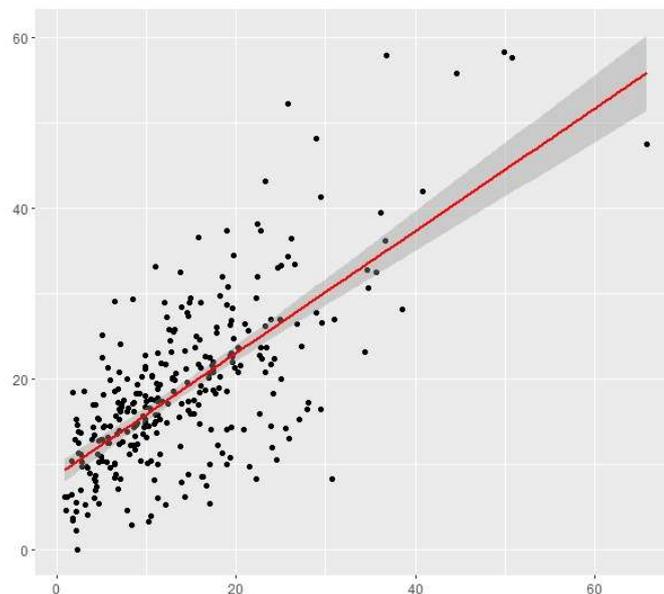
A correlação pareada na figura 22 mostra uma associação moderada (0,693) e estatisticamente significativa ($p < 0,00$) entre as duas variáveis. Este resultado pode significar que o apoio dos cidadãos à democracia está realmente relacionado com a forma como eles percebem a situação econômica de seu país.

⁷¹A pergunta feita pelos entrevistadores do Latinobarômetro foi: “¿Cómo calificaría en general la situación económica actual del país?. Diría Ud. que es...”. As respostas possíveis são: *muy buena*; *buena*; *regular*; *mala*; *muy mala*. For the current analysis, I only consider the “*muy mala*” answers.

⁷²A concepção de correlação fraca, moderada, forte e perfeita é emprestada de Dancey e Reidy (2005).

Figura22 – Correlação de pares para a América Latina, 1996-2015

Democracia x Economia (percebida)



Fonte: autor, com dados do Latinobarômetro.

Mas o dinheiro pode deprimir os cidadãos de uma forma menos direta: enviesando sua representação política. Apesar de todos os cidadãos serem tratados da mesma forma, os mais ricos são muito mais ouvidos por seus representantes do que os pobres (BARTELS, 2008; HACKER & PIERSON, 2010; PRZEWORSKI, 2011; GILENS, 2012). Nos Estados Unidos, especificamente, a empresa compreendeu que não poderia ganhar dinheiro sem entrar na política. No final dos anos 1970, o crescente papel de liderança desempenhado pelo governo na regularização dos negócios forçou os empresários a se organizarem. Foi quando a atividade de lobby floresceu nos Estados Unidos. Em 1971, apenas 175 firmas tinham lobistas registrados em Washington. Em 1982, esse número cresceu para 2.500 (HACKER & PIERSON, 2010). No Brasil, muito dinheiro também influencia a composição dos representantes. Os políticos com maior acesso a grandes doadores aumentam suas chances de serem eleitos (CARAZZA, 2018).

Essa crescente influência das grandes empresas na política tem uma causa óbvia: a política custa dinheiro. Para um partido político ter sucesso, ele precisa de dinheiro para *“organize election campaigns, to survey public opinion, to bring their supporters to the polls, to persuade those undecided to vote for them”* (PRZEWORSKI, 2011, p. 6).

Contrário ao ponto de vista alarmista, alguns estudiosos argumentam que não há muito espaço para preocupações, uma vez que a tendência de longo prazo em direção à democracia

sempre se moveu de forma não linear (KOTZIAN, 2010; INGLEHART, 2016). Essa variação pode ser uma resposta às mudanças nos valores humanos. À medida que uma pessoa passa de / para necessidades materialistas - focalizando-a na sobrevivência - para a auto expressão pós-materialista, seu apoio ao regime democrático pode mudar. Conforme percebido, períodos de estagnação econômica podem levar à insegurança existencial (WELZEL, 2013; INGLEHART, 2016). Como discutirei mais adiante nesta seção, Inglehart (2016) chega a argumentar que as respostas de pesquisas sobre o apoio à democracia não são uma boa medida de como a democracia está se saindo. Levando em consideração outras medidas (como tolerância aos gays), o sentimento democrático mostra um padrão crescente.

3.3 ROBUSTEZ: ENGAJAMENTO POLÍTICO E MUDANÇA DE VALORES

Tendo considerado tudo isso, é importante ressaltar que as respostas da pesquisa podem não ser um bom reflexo da realidade. Se mesmo os estudiosos da democracia não conseguem concordar sobre o que a democracia significa, como vimos no capítulo anterior, não é razoável pensar que os respondentes das pesquisas estão todos respondendo às perguntas com o mesmo conceito de democracia em suas mentes (PRZEWORSKI, 2018). A resposta dada pelos cidadãos pode até deturpar o que os cidadãos realmente acreditam e desejam, dada a falta de conhecimento político que possuem (ACHEN & BARTELS, 2016). Não só isso, mas as respostas dos entrevistados sobre o apoio à democracia podem ser um indicador mais fraco de como a democracia está se saindo do que a tolerância para as minorias, por exemplo (INGLEHART, 2016).

Então, como um teste de robustez⁷³, vou analisar outras medidas ligadas à democracia, como a cultura cívica. E uma das principais medidas do desencanto popular com a democracia é o recuo da participação: O desengajamento cidadão (MAIR, 2013). Isso pode ser medido de várias maneiras, desde o comparecimento dos eleitores à filiação a partidos políticos e candidatos. Aqui, usarei a participação eleitoral e a participação direta em manifestações políticas como uma procuração de engajamento político.

Também usarei medidas de apoio e tolerância às minorias - os chamados valores de auto-expressão - como proxy do apoio democrático popular (INGLEHART, 2016; ALEXANDER & WELZEL, 2017). Essa abordagem também encontra seu raciocínio na ideia de que uma sociedade mais cívica tem um melhor desempenho institucional (PUTNAM,

⁷³ Para teste de robustez, ver Lu & White (2014) e Neumayer & Plümper (2017).

1993). Apesar da disputa da direção causal dos valores de auto expressão e níveis de democracia (INGLEHART & WELZEL, 2005; HADENIOUS & TEORELL, 2005; ALEXANDER & WELZEL, 2017; DAHLUM & KNUTSEN, 2017), já é aceito que existe uma associação entre os dois. E como estou interessado apenas em diferentes formas de avaliação da democracia, este debate não afeta minha proposição.

3.3.1 Engajamento político: comparecimento dos eleitores e participação na política

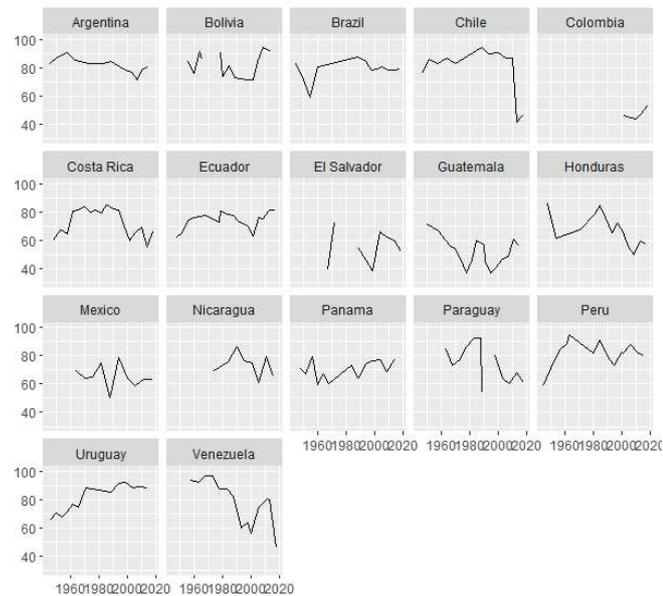
Uma das características mais comuns de um regime democrático são as eleições. Das abordagens minimalistas (PRZEWORSKI et al., 2000; SCHUMPETER, 2008) às descrições mais substantivas (DAHL, 1998; HELD, 2006) da democracia, as eleições são fundamentais para o regime dado o seu papel de legitimá-lo. O conceito de que as democracias liberais ocidentais são representativas depende muito da ideia de voto popular.

O comparecimento dos eleitores é um dos assuntos mais debatidos na arena dos estudos eleitorais. A baixa ou alta presença de eleitores nas urnas tem influência direta no perfil do legislador. Por exemplo, vários trabalhos mostram que a taxa de participação eleitoral pode levar a um viés partidário (TUCKER, VEDLITZ & DENARDO, 1986; HANSFORD & GOMEZ, 2010) e também pode ter um forte efeito anti-incumbente (GROFMAN, OWEN & COLLET, 1999).

Dada a importância da participação eleitoral e suas muitas possíveis consequências políticas, primeiro examino a tendência da participação eleitoral nas eleições executivas. A figura a seguir mostra os dados das eleições latino-americanas que ocorreram de 1945 a 2018. Alguns países têm dados escassos. A Colômbia é quem tem menos informações para o período (apenas seis eleições, contadas a partir de 2002). Bolívia, El Salvador e Paraguai também não têm dados para o período.

Figura23 – Comparcimento eleitoral na América Latina

Eleições para o Executivo

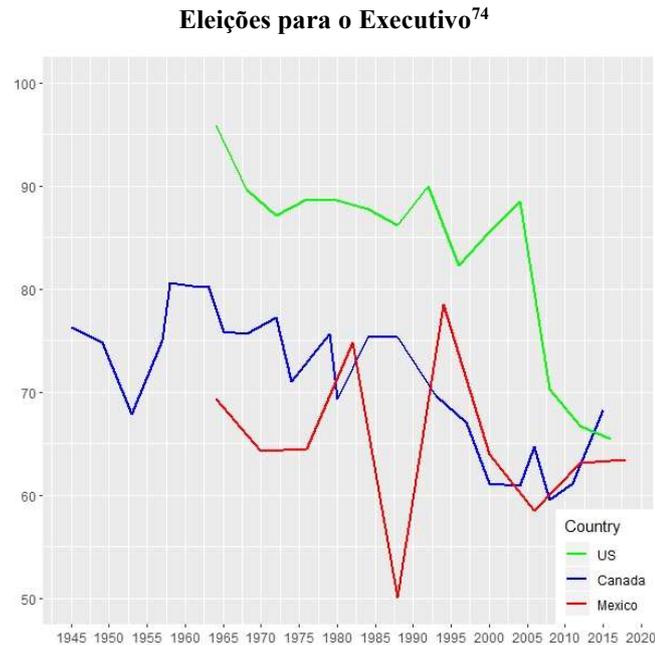


Fonte: autor, com dados do IDEA.

Com exceção da Argentina, Brasil, Equador, Peru e Uruguai, todos os países da região sofreram uma diminuição significativa na participação eleitoral. É possível observar que as quedas mais marcantes foram no Chile e na Venezuela; países com paisagens políticas muito diferentes. Excluindo esses dois países, não parece que os eleitores da América Latina estejam se escondendo no dia das eleições.

Até certo ponto, é possível dizer que o padrão na América do Norte não é tão diferente. Dois países se recuperando de quedas anteriores na participação eleitoral, com uma exceção: os Estados Unidos.

Figura24 – Comparecimento eleitoral na América do Norte



Fonte: autor, com dados do IDEA.

Quando olhando para os dados dos Estados Unidos⁷⁵, vemos um declínio acentuado na participação do eleitor nos EUA nos anos 2000, com uma ligeira desaceleração da queda nos anos 2010. As eleições do Canadá sofreram um processo de diminuição da participação por aproximadamente 20 anos, de 1985 a 2005. No entanto, desde então, a taxa de eleitores que saiu para votar está em ascensão. O ano de 2015 marca uma virada: pela primeira vez, a participação no Canadá foi maior do que nos Estados Unidos.

Algumas explicações são necessárias para explicar a tendência do México. O primeiro pico ocorreu nas eleições gerais de 1982. O maior comparecimento pode ser explicado pelo fato de que como a eleição anterior teve apenas um candidato⁷⁶ (NOHLEN, 2005), os mexicanos decidiram aproveitar a chance de votar em uma eleição com vários candidatos. Uma vez que o status quo foi mantido com a eleição de Miguel de la Madrid, as eleições gerais seguintes viram um declínio impressionante na participação eleitoral. A chance de tirar o PRI do cargo nas eleições gerais de 1988 aumentou o comparecimento

⁷⁴ É importante destacar que como o Canadá tem uma forma de governo diferente em relação ao México e aos Estados Unidos - sendo o primeiro uma democracia parlamentar e as outras duas democracias presidencialistas -, manteve as eleições “parlamentares” nos dados do Canadá, mas as eleições presidenciais para o México e os EUA.

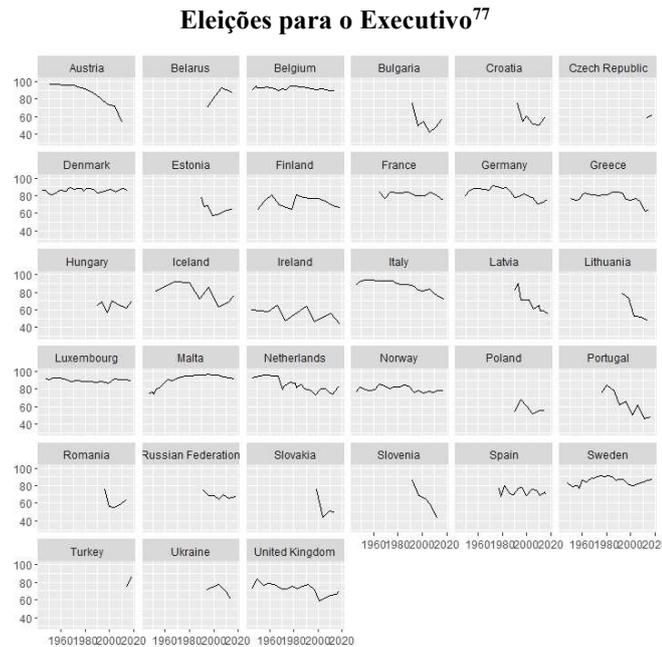
⁷⁵ Aqui, não avalio a participação do México, uma vez que já o fiz no gráfico anterior.

⁷⁶ José López Portillo, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), foi aclamado presidente pela falta de candidatos opostos.

novamente (Carlos Salinas Gortari, do PRI, venceu por uma pequena margem, com 50,4% dos votos). Desde então, a participação eleitoral no México parece ter se estabilizado.

Por fim, na Europa, também é possível ver dois clusters: (1) um composto por países com menor participação e (2) o outro por países com número estável de eleitores nas urnas.

Figura25 – Comparcimento eleitoral na Europa



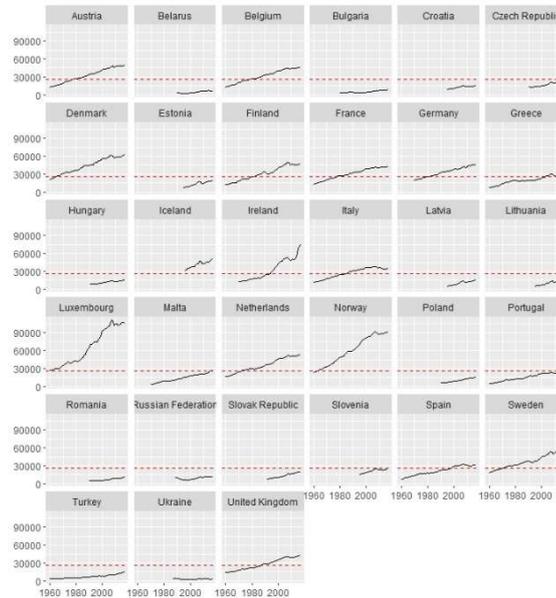
Existe uma diferença clara entre os membros dos dois grupos. Os países mais desenvolvidos economicamente são também os países com maior taxa de participação. Os membros do primeiro grupo incluem países como Áustria, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Polônia, Portugal, Eslováquia, Eslovênia e Ucrânia. Por outro lado, temos países como Bélgica, Dinamarca, França, Luxemburgo e Noruega.

Essa tendência está de acordo com a metanálise realizada por Stockemer (2016). Argumentando que as variáveis institucionais nem sempre levam a descobertas robustas, ele afirma que as variáveis socioeconômicas podem ajudar a explicar o padrão de participação eleitoral. De acordo com sua revisão, o PIB per capita é na verdade a variável independente mais comum nos estudos de participação. Tentando ver como o PIB per capita pode ajudar a entender o padrão europeu de participação eleitoral, a figura 26 mostra a variável. Ao usar a média (US \$ 25996, constante de 2010) do período como ponto de corte (linha tracejada

⁷⁷ Aqui, sigo a mesma regra aplicada à figura anterior: apenas as eleições presidenciais foram registradas para as democracias presidencialistas, enquanto as eleições parlamentares para as democracias parlamentares.

vermelha), é possível perceber que todos os países que possuem um comparecimento estável estão acima da linha tracejada.

Figura26 – PIB per capita (Europa)



Fonte: autor, com dados do Banco Mundial;
(US\$ constante, 2010).

Com exceção da Áustria, os países com grande diminuição na participação eleitoral estão abaixo da linha tracejada. A situação inversa também tem uma exceção: Malta. O país tem uma alta participação, mas PIB per capita mais baixo. Isso não quer dizer que o desenvolvimento econômico seja o único determinante da participação eleitoral. Outras variáveis também são relevantes para ele⁷⁸. Uma vez que comparamos os dados das três regiões, não há uma tendência massiva de queda na participação eleitoral. Todas as regiões estão basicamente divididas entre os países com uma participação estável e aqueles que enfrentam uma diminuição. Os países com uma forte cultura democrática (como Uruguai, Canadá e Dinamarca) estão indo bem.

3.3.2 Protestos como forma de participação política

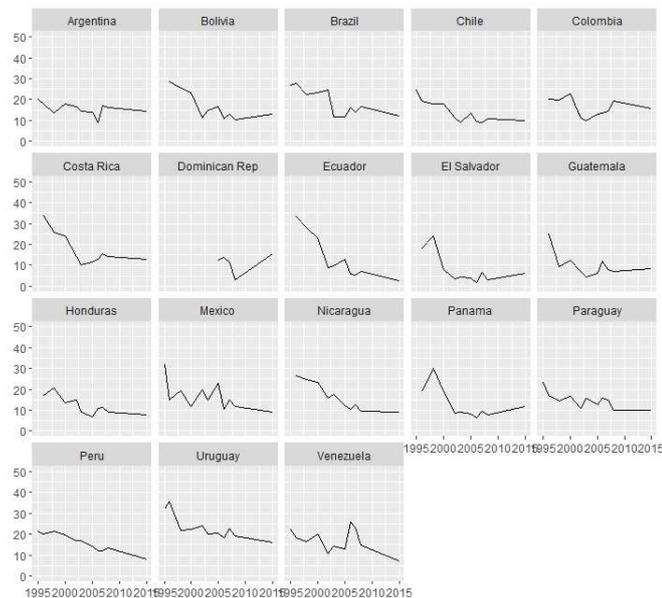
Nas democracias representativas, as eleições são vistas como a ferramenta mais importante de ação política. Mas dependendo do sistema eleitoral e do papel desempenhado

⁷⁸ Sistema eleitoral, sistema partidário, desigualdade de renda, demografia e personalidade são algumas das variáveis comuns relevantes relacionadas à participação eleitoral. Veja: Blais (2006); Blais e Rubenson (2013); Norris (2004); Denny e Doyle (2008); e Stockemer (2016).

pelo dinheiro, por exemplo, as minorias podem sentir que suas vozes não são ouvidas. Os protestos, então, passam a ser a principal válvula para que expressem sua opinião (FATKE & FREITAG, 2013) e funcionam como uma forma de participação política por aqueles que acreditam que o sistema deve ser “empurrado para a ação” (ARORA, 1971, p. 341)⁷⁹. Este tipo de participação política migrou de formas “não convencionais” de participação política para uma forma “normalizada” de demonstrar insatisfação com o governo, políticos, estabelecimento ou regime político (PUTNAM, 2000; NORRIS, WALGRAVE & VAN AELST, 2005; SCHUSSMAN & SOULE, 2005). Não só isso: as manifestações parecem ser capazes de mudar o apoio local em relação a políticas públicas específicas (ENOS, KAUFMAN & SANDS, 2019).

Na América Latina, uma tendência de queda nos protestos é visível desde o início de 2000 em todos os principais países. Esse período se sobrepõe ao boom das exportações de commodities na região, quando presidentes de esquerda surfaram na onda econômica liderada por commodities e implantaram políticas sociais voltadas para a redução da pobreza e da desigualdade (OCAMPO, 2017; FMI, 2018), como *Familias en Acción* (Colômbia, 2001)⁸⁰, *Oportunidades* (México, 2002), e *Bolsa Família* (Brasil, 2004).

Figura27 – Participação política na América Latina⁸¹



⁷⁹ É importante notar que nem todos os manifestantes têm a mesma agenda e que nem todos os participantes têm motivação política. Veja: Enos, Kaufman e Sandes (2019).

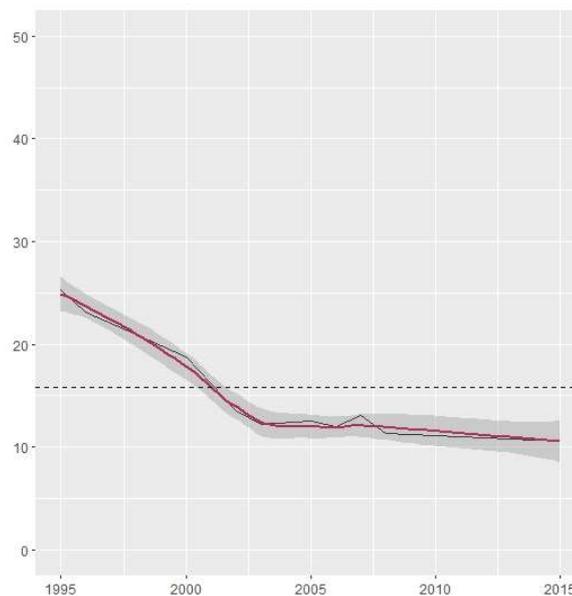
⁸⁰ Embora o programa colombiano tenha sido desenvolvido em 2001, foi apenas transitório. No entanto, em 2012, o *Familias en Acción* se transformou em Política de Estado nos termos da lei nº 1532 e mudou seu nome para *Más Familias en Acción*. Ver: <https://plataformacelac.org/programa/481>; e Sánchez Prada e Medellín (2015).

⁸¹ Pergunta original da pesquisa: “Le voy a leer algunas acciones que la gente puede realizar y quiero que me diga si las ha realizado, si las podría realizar o si nunca las haría. Assistir a manifestaciones autorizadas, protestas, marchas”.

Fonte: autor, with data from Latinobarometro.

Dois dos três países mencionados acima tiveram uma diminuição semelhante em sua porcentagem de manifestantes ativos. Em 2000, 23,3% dos brasileiros e 22,8% dos colombianos responderam que participaram de protestos. Esses números caíram para 16,7 e 19,5, respectivamente. Ao olhar para os quatro países com ligeira inclinação positiva em sua linha, três são da América Central (El Salvador, Guatemala e Panamá) e apenas um da América do Sul (Bolívia). A República Dominicana, desde a segunda metade da década de 2000, é a que apresenta a linha mais inclinada. Na América Latina, os países com mais políticas redistributivas enfrentaram menos protestos, enquanto os países com mais turbulência social enfrentaram mais protestos. Isso vai ao encontro do que afirma a literatura sobre a relação entre insatisfação e protestos (NORRIS, 1999; 2005; CHRISTENSEN, 2014). A figura a seguir mostra os dados agregados. A linha marrom é suavizada.

Figura28 – Participação política na América Latina (média)

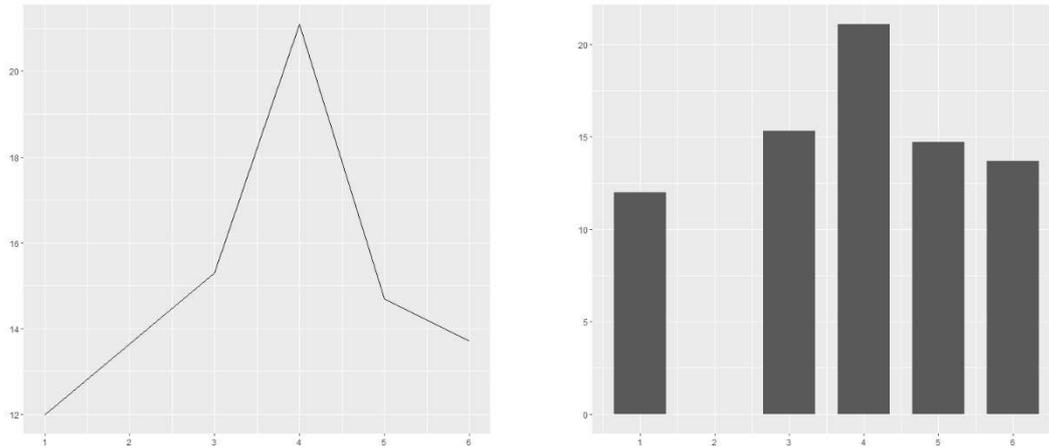


Fonte: autor, com dados do Latinobarometro.

Ao olhar para os dados agregados, mostra que após a queda no número de manifestantes no final da década de 1990, a região experimentou uma estabilidade. A média de entrevistados de toda a região que afirmaram ter participado de um protesto legal é de 15,76%.

Os Estados Unidos têm dados para quatro ondas, uma vez que a segunda onda⁸² do World Value Survey não tem dados para o país. É por isso que decidi mostrar os dados de duas maneiras diferentes: um gráfico de linha e um gráfico de barras.

Figura29 – Participação política nos Estados Unidos



Fonte: autor, com dados do WVS.

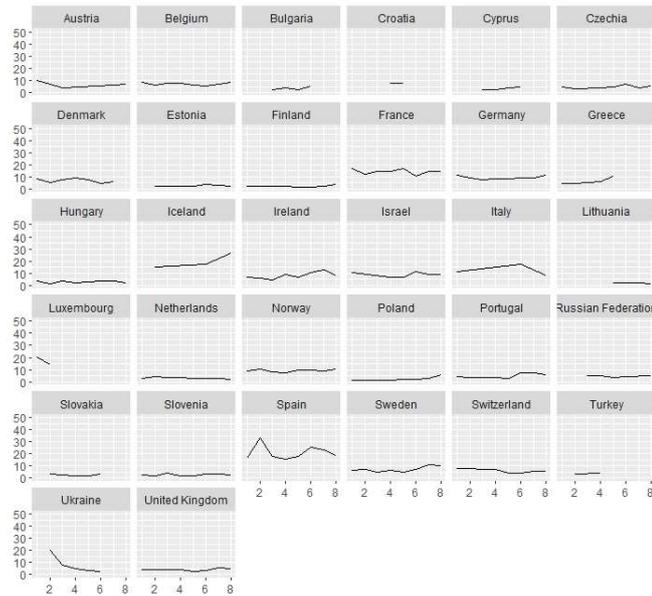
Na figura à esquerda, um pico é visível na 4ª onda (1999-2004). Esse aumento foi percebido pela literatura (NORRIS, 2005). É importante ter em mente que os Estados Unidos passaram por dois grandes eventos durante esse intervalo: os ataques da Al Qaeda ao World Trade Center em Nova York e a guerra contra o Iraque. Muitos protestos contra a guerra do Iraque ocorreram durante este período, especialmente em 2002 e 2003⁸³. O movimento atingiu o pico em 15 de fevereiro de 2003⁸⁴, quando 6 a 11 milhões participaram de manifestações em todo o mundo.

Na Europa, os dados são compostos principalmente por linhas quase retas. A amostra é composta por países com poucos cidadãos participando em manifestações políticas, sendo a Islândia e a Grécia os dois únicos países com linha ascendente.

⁸² O período de todas as ondas WVS: 1º (1981-1984); 2º (1990-1994); 3º (1995-1998); 4º (1999-2004); 5º (2005-2009); 6º (2010-2014).

⁸³ <https://www.nytimes.com/2003/02/17/world/threats-and-responses-news-analysis-a-new-power-in-the-streets.html>.

⁸⁴ https://www.huffpostbrasil.com/entry/what-happened-to-the-antiwar-movement_n_5a860940e4b00bc49f424ecb.

Figura30 – Participação política na Europa

Fonte: autor, com dados do ESS.

O país com maior variação é a Espanha, enquanto Itália e Ucrânia apresentam linhas descendentes. No caso da Espanha, existe um vale entre as ondas dois (2004) e seis (2012). O primeiro pico coincide com os atentados aos trens de Madri e os protestos que se seguiram (FORMINAYA, 2011)⁸⁵. A sexta onda inclui protestos realizados em 2011 contra a decisão do governo por políticas de austeridade e resgate aos bancos⁸⁶.

Se os protestos são um indicativo de como a democracia está indo em todo o mundo, parece que ela está com boa saúde. Na América Latina, os protestos estão se tornando menos frequentes em democracias consideradas de melhor qualidade. Nos Estados Unidos, os protestos cresceram contra a guerra do Iraque, mas na onda seguinte caiu ao seu “normal”. Por fim, os países europeus - também os mais ricos e com democracias mais antigas - têm baixa taxa de entrevistados atestando ter participado de uma manifestação.

3.3.3 Cultura cívica: dos valores materialistas aos pós-materialistas

Seguindo a proposição de Inglehart (2016), também utilizei a “tolerância aos gays” (INGLEHART, 2016, p. 19) como proxy de apoio à democracia. A cultura cívica é uma boa variável explicativa para o desempenho institucional, o que pode levar a uma democracia mais forte (PUTNAM, 1993; RICE & SUMBERG, 1997; SABETTI, 2007). Putnam atestou

⁸⁵<https://www.theguardian.com/world/2004/mar/12/spain>.

⁸⁶https://elpais.com/elpais/2011/05/15/actualidad/1305447428_850215.html.

que “*solidarity, trust, and tolerance*” eram necessárias para a construção de um bom tecido social (PUTNAM, 1993, p. 88-89).

O Latinobarómetro não fornece uma série temporal para a questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Assim, só posso mostrar um instantâneo do apoio a esta instituição no ano de 2015. A Figura 31 mostra a porcentagem de entrevistados de países latino-americanos que responderam discordar fortemente do casamento homossexual⁸⁷. A resposta geral para a região foi de 41,2%. Quatro em cada 10 cidadãos são contra o casamento de pessoas do mesmo sexo, o que significa quase metade dos entrevistados.

Figura31 – Desacordo com casamento do mesmo sexo na América Latina, 2015



Fonte: autor, com dados do Latinobarómetro.

Equador, Paraguai e Venezuela são os países com mais desacordo com o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Por outro lado, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai são os países com uma reação mais positiva ao casamento de pessoas do mesmo sexo. Para entender como esse tipo de questão cívica pode se correlacionar com medidas de democracia, a tabela 13 mostra a correlação entre a pontuação V-Dem de 2015 para os países da amostra e sua resposta às perguntas sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo.

⁸⁷ A pergunta original feita pelos entrevistadores era: “¿Está Ud. Muy de acuerdo, de acuerdo, en desacuerdo o muy en desacuerdo com las siguientes afirmaciones ?. El matrimonio entre personas del mismo sexo”. Apresento aqui apenas as respostas “Muy en desacuerdo”.

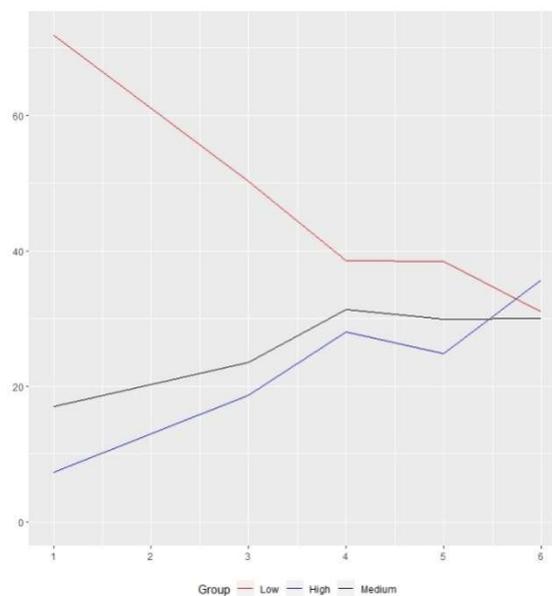
**Tabela13 – Correlação V-Dem x casamento do mesmo sexo
(América Latina, 2015)**

	V-Dem	Casamento homossexual
V-Dem	1	
Casamento homossexual	-0.6792	1

Fonte: autor.

A correlação negativa moderada indica que países mais democráticos são menos propensos a reprovar casais homossexuais. Ao olhar para os Estados Unidos e os países europeus, os dados de vários anos estavam disponíveis. Dados do World Values Survey para os Estados Unidos⁸⁸ (figura32) mostra uma queda linear para “baixa aceitação” da primeira onda até a quarta. A tendência de queda ressurgiu na quinta onda.

Figura32 – Aceitação de homossexualidade



Fonte: autor, com dados do WVS.

The blue line represents “high” acceptance and the black line, “medium” acceptance. The high acceptance of homosexuality surpasses the low acceptance for the first time in the last wave of the World Values Survey.

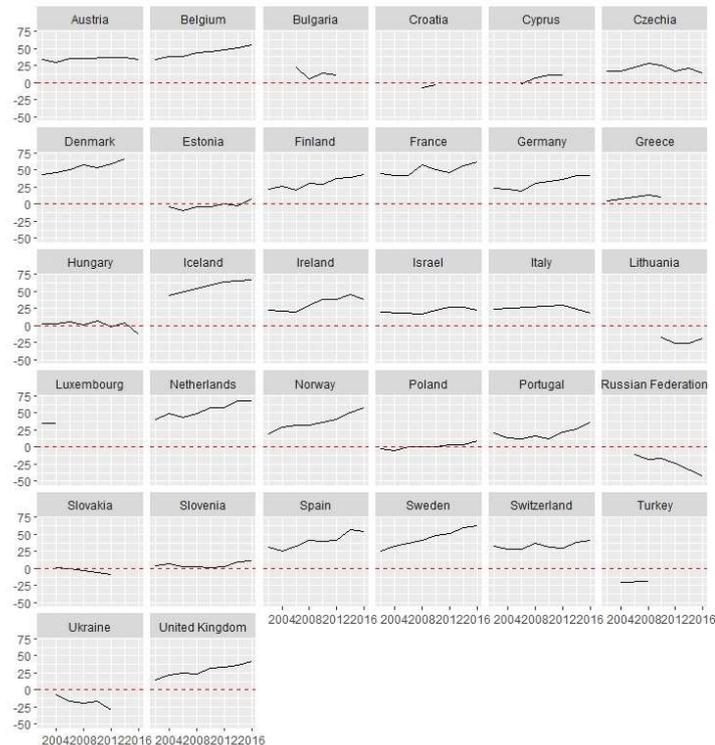
A Figura 33 mostra a diferença entre “Concordo totalmente” e “Discordo totalmente” com a liberdade dos homossexuais de viverem suas vidas da maneira que desejarem. Isso

⁸⁸ Só uso os Estados Unidos em vez da América do Norte porque a Pesquisa de Valores Mundial não tem dados do Canadá e do México para uma grande comparação de séries temporais.

significa que os países acima da linha tracejada vermelha são tolerantes e os países abaixo da linha vermelha são intolerantes. O cálculo da variável é o seguinte:

$$Diff \leftarrow 'Concorda fortemente' - 'Discorda fortemente'$$

Figura33 – Tolerância para com os homossexuais⁸⁹



Fonte: author, with data from ESS.

Os países acima da linha vermelha são mais tolerantes e tendem a aumentar sua tolerância ao longo dos anos, enquanto os países abaixo da linha não são tolerantes e tendem a se tornar ainda menos tolerantes. Dinamarca, Islândia e Holanda são os países mais tolerantes da amostra. Ao olhar para os países abaixo da linha vermelha, a maioria dos entrevistados da Federação Russa e da Ucrânia acredita que os gays não devem ser livres para viver como desejam. Outros países com pontuação inferior a 0 são a Lituânia e a Turquia. Alguns países parecem ter seus cidadãos bem divididos nesta questão. O valor da diferença na Estônia, Hungria e Polônia praticamente se sobrepõe à linha tracejada vermelha, ou seja, os valores daqueles que “concordam totalmente” e “discordam totalmente” são praticamente os mesmos.

⁸⁹ A afirmação original do European Social Survey é: “Gays e lésbicas são livres para viver como quiserem”. Os respondentes foram solicitados a declarar sua resposta na seguinte escala: “Concordo totalmente”, “Concordo”, “Não concordo nem discordo”, “Discordo” e “Discordo totalmente”.

Seguindo Inglehart (2016) e usando a tolerância com gays como um proxy para a cultura cívica e o nível de democracia, é seguro dizer, mais uma vez, que a democracia está indo bem. Embora o nível de desacordo com o casamento do mesmo sexo ainda seja alto na América Latina, a maioria dos países nas regiões parece aprovar o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo. Equador (62%), El Salvador (56,9%), Honduras (50,2%) e Paraguai (57,2%) são os únicos países da região onde a maioria dos entrevistados discorda do casamento do mesmo sexo. Nos Estados Unidos, a baixa aceitação da homossexualidade sofreu uma queda importante, passando de 71,2% na primeira onda para 31% na última. Na sexta onda, a alta aceitação foi maior do que a baixa aceitação. Finalmente, na Europa, a maioria dos países parece concordar com a seguinte afirmação: Gays e lésbicas são livres para viver como desejarem. Países onde apenas uma minoria concorda com isso são aqueles já conhecidos por terem uma posição menos democrática em geral: Rússia, Turquia e Ucrânia.

3.4 O SURGIMENTO DA POLÍTICA POPULISTA

3.4.1 O que é populismo?⁹⁰O raciocínio “nós contra eles”

Apesar do fato de que não vemos realmente uma decadência democrática nas formas como Foa e Mounk (2016; 2017a), por exemplo, diminuindo a participação política e o sentimento em relação à democracia, uma literatura recente enfoca a ascensão de partidos populistas e políticos como o real ameaça à democracia (NORRIS & INGLEHART, 2019).

Como no vácuo de poder⁹¹, outro tipo de política precisa ocupar o espaço deixado pela democracia. Portanto, se se acredita que a democracia liberal está enfrentando uma recessão, o que está ocupando seu vazio? Os sintomas usuais de fraturas de regimes democráticos incluem, mas não se limitam a, crise econômica e falta de representação política percebida. E os líderes populistas, como mostrarei, geralmente oferecem soluções simples para esse tipo de problema.

Um corpo renovado de literatura sobre populismo parece estar se acumulando. Alguns estão mais preocupados com sua conceituação (MÜLLER, 2016), enquanto outros estão preocupados com a origem dessa nova onda (NORRIS & INGLEHART, 2019). É importante,

⁹⁰Nesta seção procuro seguir as sugestões de Rooduijn (2019), procurando ser mais focado (ao conceituar o assunto) e menos focado (ao explorar a literatura) ao pesquisar questões sobre populismo.

⁹¹De acordo com o *Cambridge Dictionary*, vácuo de poder é uma condição “*that exists when someone has lost control of something and no one has replaced them*” (ver: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/power-vacuum>, em 29/04/2019).

porém, deixar claro desde o início que os populistas não são necessariamente antidemocráticos. São, no entanto, antiinstituições (PRZEWORSKI, 2019).

Mas o que é populismo? Existem algumas dificuldades em definir um conceito instável como populismo, que muda de significado cada vez que os estudiosos pensam que é necessário para suas próprias pesquisas (WEYLAND, 2001; 2017). Muito disso pode ser explicado pelo fato de o populismo não ter o mesmo nível de consistência intelectual do liberalismo ou do socialismo, por exemplo (MUDDE, 2004). Apesar desse problema, uma característica do populismo é recorrente: a divisão da sociedade em dois grupos homogêneos e apropriados, o “povo puro” / “cidadãos comuns” / “nós” e “a elite corrupta” / “eles” (MUDDE, 2004 ; HAWKINS, 2009; NORRIS & INGLEHART, 2019). Os líderes populistas defendem a defesa da *volante généralé* (ou seja, a vontade geral), mas em relação apenas à vontade do primeiro grupo (MUDDE, 2007; 2010). Em outras palavras: apenas o povo tem uma autoridade democrática legítima e todo o estabelecimento político está corrompido e tem interesses próprios.

Portanto, uma abordagem mínima ao populismo é considerá-lo como uma ferramenta discursiva que permite aos políticos populistas expor sua visão (JAGERS & WALGRAVE, 2007; HAWKINS, 2009). Eles oferecem soluções simples para problemas sociais, como violência, desemprego e corrupção. Eles fazem promessas como “vou permitir que os bons cidadãos tenham armas”⁹², “traremos os empregos de volta”⁹³, e “não vamos nos envolver na ‘velha política’”⁹⁴. No entanto, eles não apresentam um plano para as políticas que desejam seguir (NORRIS & INGLEHART, 2019).

A ascensão ao poder de políticos populistas pode ter duas explicações complementares: Economia e cultura. Como já vimos, o desempenho econômico desempenha um papel importante no nível de satisfação do cidadão com a democracia (LAGOS, 2001; ARMINGEON & GUTHMANN, 2014). A dinâmica do sistema econômico atual também desempenha um papel. O “capitalismo do Vale do Silício” (BOIX, 2019) ou a “economia do conhecimento” (IVERSEN & SOSKICE, 2019) viram a desigualdade aumentar. Enquanto o salário de uma minoria de trabalhadores qualificados está aumentando, os operários com baixa qualificação estão perdendo seus empregos⁹⁵.

⁹²<https://exame.abril.com.br/brasil/arma-e-garantia-de-nossa-liberdade-defende-bolsonaro-em-curitiba/>

⁹³<https://fortune.com/2016/06/28/transcript-donald-trump-speech-jobs/>

⁹⁴<https://www.perfil.com/noticias/politica/kirchner-fui-victima-de-la-vieja-politica-20090713-0034.phtml>

⁹⁵Fukuyama have already said something similar: “If a broad middle class is indeed important to the survival of democracy, what will be the implication of the disappearance of middle-class jobs as a result of advancing technology and globalization?” (FUKUYAMA, 2014, p. 35).

Em termos de efeito cultural, parte da sociedade pode sentir que os políticos perderam o controle da realidade. O aumento da proporção de pessoas instruídas e a urbanização levam os países ocidentais a uma política pós-materialista, o que significa que as questões sociais e culturais estão superando as econômicas na tomada de decisão dos eleitores. Essa mudança de valores, no entanto, pode levar a uma “reação cultural” (por exemplo, os conservadores sociais podem se sentir ameaçados por essas mudanças, aumentando a probabilidade de uma “política de ressentimento”).

A formação da elite política, por exemplo, pode levar os menos educados a acreditar que a atual elite política não é capaz de compreender sua realidade. Os representantes, em geral, estão longe de ser uma amostra imparcial da população. No Brasil, por exemplo, apenas 8,3% da população possui diploma superior⁹⁶ (IBGE, 2010)⁹⁷. Mas 80,9% dos deputados e congressistas eleitos em 2018 têm diploma superior⁹⁸. Esse quadro da legislatura brasileira corrobora o pintado por Carnes (2013; 2016) ao classificar o congresso americano como um governo de colarinho branco.

Este tipo de turbulência econômica e a falta de representação descritiva (PITKIN, 1967) podem aumentar a raiva da população em pior situação contra os novos valores pós-materialistas. Essa parcela da população constitui um bom público para o discurso populista, uma vez que rejeita os ideais dos direitos ambientalistas, feministas e homossexuais, por exemplo (NORRIS & INGLEHART, 2019). É aqui que as soluções simplistas já mencionadas fazem uma entrada.

3.4.2 Analisando o populismo como discurso

Com dados do Global Populism Dataset (2000-2018)⁹⁹, é possível ver o populismo dos líderes de nível por região. Os dados foram construídos por meio de uma classificação holística dos discursos políticos e variam de 0 a 2. A classificação dos escores é: entre 0 e

⁹⁶Uma estimativa mais recente, da OCDE, é mais otimista: 52% dos brasileiros com idade entre 25 e 64 anos não têm diploma. Ver: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/09/11/mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-tem-diploma-do-ensino-medio-aponta-ocde.ghtml>.

⁹⁷<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006460511142011051416506447.pdf>.

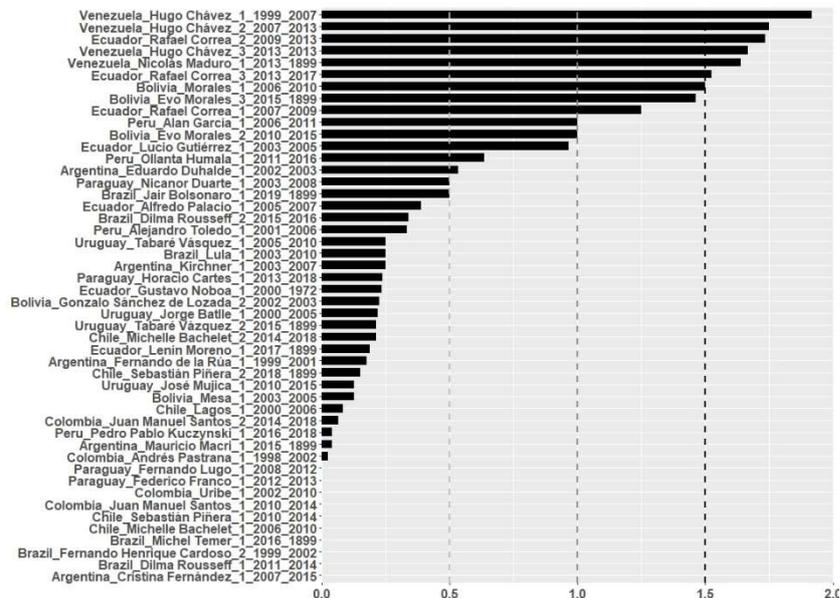
⁹⁸<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564014-80-DOS-DEPUTADOS-ELEITOS-TEM-ENSINO-SUPERIOR-COMPLETO.html>.

⁹⁹ Os dados usados são do Banco de Dados de Populismo Global, construído por Team Populism em colaboração com The Guardian. Ver: https://populism.byu.edu/App_Data/DataSetFiles/Populist%20speech%20data.xlsx. Para ver uma explicação completa sobre como os dados foram coletados e analisados pelo The Guardian, consulte: <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/20/measuring-populism-how-guardian-charted-rise-methodology>.

0,49, “não populista”; entre 0,5 e 0,9, “um tanto populista”; entre 1 e 1,49, “populista”; de 1,5, “muito populista”.

Devido ao grande número de observações para a América Latina, eu as dividi em duas regiões: América do Sul e América Central (o México está presente no gráfico da América do Norte). Na América do Sul, a Venezuela é de longe o país com mais líderes populistas que atuaram como presidente. Das 5 primeiras posições, eles detêm quatro vagas. Hugo Chávez comparece três vezes (três mandatos) e Nicolás Maduro, uma vez. Rafael Correa, do Equador, está em 3º lugar e completa a lista dos 5 primeiros colocados.

Figura34 – Populismo na América do Sul

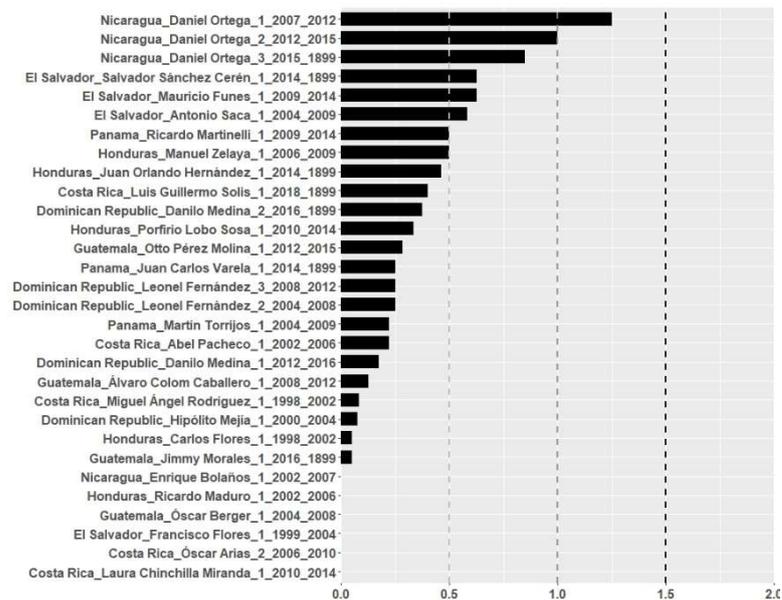


Fonte: autor, com dados do Global Populism Dataset.

Na parte inferior da figura, 10 presidentes obtiveram uma pontuação perfeita de 0. Eles foram: Cristina Kirchner (Argentina, 2007-2015); Fernando Henrique Cardoso (Brasil, 1999-2002); Dilma Rousseff (Brasil, 2011-2014); Michel Temer (Brasil, 2016-2018); Michelle Bachelet (Chile, 2006-2010); Sebastián Piñera (Chile, 2010-2014); Álvaro Uribe (Colômbia, 2002-2010); Juan Manuel Santos (Colômbia, 2010-2014); Fernando Lugo (Paraguai, 2008-2012); e Federico Franco (Paraguai, 2012-2013).

Na América Central, as três observações com pontuação média mais alta representam a mesma pessoa: Daniel Ortega, presidente da Nicarágua. O “primeiro lugar” representa seu mandato de 2007-2012; o “segundo lugar” representa seu mandato 2012-2016; e seu terceiro mandato consecutivo (2016-) completa o pódio.

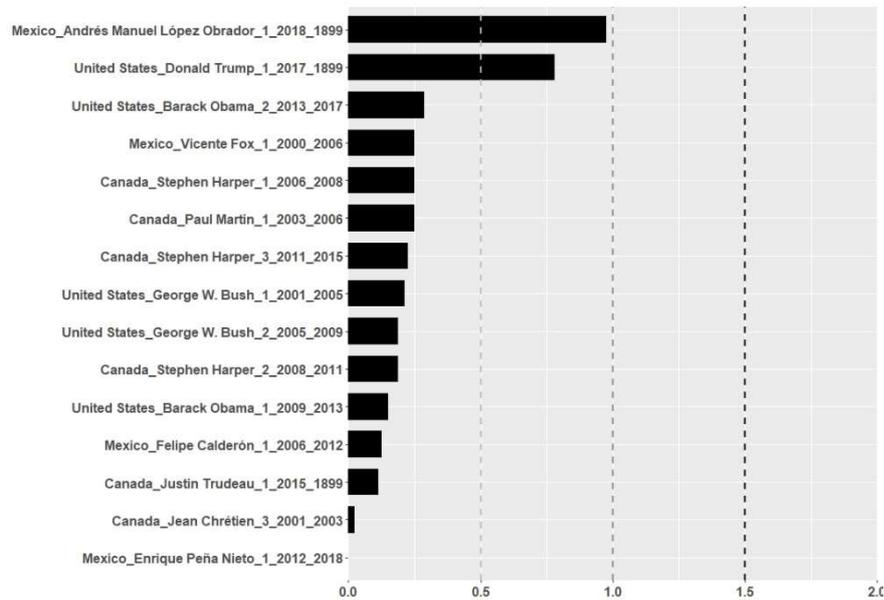
Figura35 – Populismo na América Central



Fonte: autor, com dados do Global Populism Dataset.

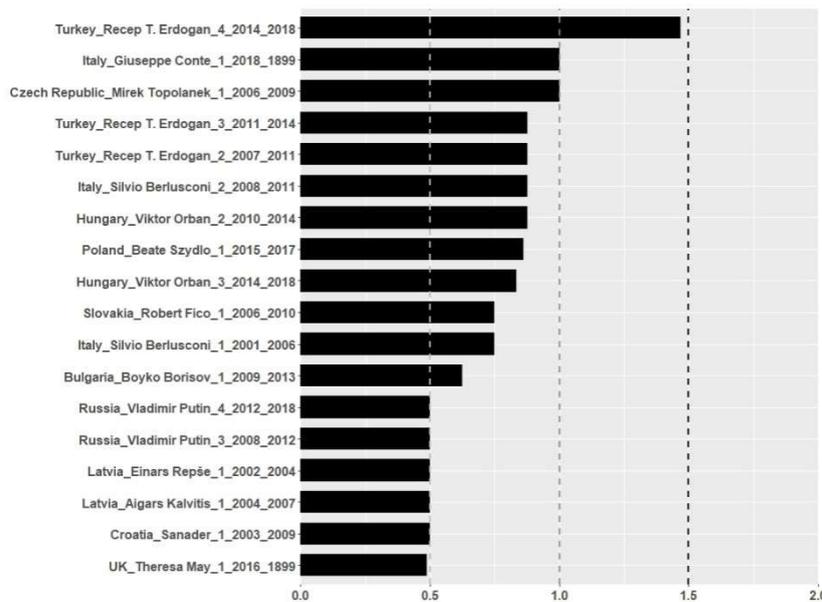
Dentro do espectro populista (variando de algo populista a muito populista) é possível ver três presidentes de El Salvador (Salvador Sánchez Cerén, 2014-; Mauricio Funes, 2009-2014; Antonio Saca, 2004-2009), um do Panamá (Ricardo Martinelli, 2009-2014), e um de Honduras (Manuel Zelaya, 2006-2009). Das 30 observações para a América Central, apenas seis têm uma pontuação perfeita de 0.

Composta por apenas três países, a América do Norte tem apenas dois presidentes um tanto populistas. São eles: López Obrador (México, 2018 -) e Donald Trump (EUA, 2017 -). Isso significa que o Canadá nunca teve um primeiro-ministro populista.

Figura36 – Populismo na América do Norte

Fonte: autor, com dados do Global Populism Dataset.

Devido ao alto número de observações ($n = 85$), não foi possível plotar todos os presidentes e primeiros-ministros da Europa. A alternativa escolhida foi representar graficamente todas as observações variando de algo populista (0,5) a muito populista ($> 1,5$). Esta regra deixou o conjunto de dados com 18 observações, apresentadas na figura a seguir.

Figura37 – Populismo na Europa

Fonte: autor, com dados do Global Populism Dataset.

O único presidente que atingiu o limite populista de 1,5 foi o turco Erdoğan. Ele foi seguido pelos líderes populistas (> 1.0) Giuseppe Conte (Itália, 2018 -) e Mirek Topolánek (República Tcheca, 2006-2009). Líderes como Vladimir Putin (Rússia, 2008-2012; 2012-2018) e Theresa May (2016-2019) são classificados como algo populistas.

Duas conclusões principais podem ser tiradas do Conjunto de dados do populismo global. A primeira é que a grande maioria dos presidentes e primeiros-ministros não tem sido populista. Tomando a Europa como exemplo, de 85 observações, 67 foram consideradas “não populistas”. O mesmo princípio pode ser aplicado à América do Norte: houve 15 observações, mas apenas duas no espectro populista (uma um tanto populista e uma populista). Na América do Sul, a taxa populista é maior. Mesmo assim, 32 das 48 observações foram classificadas como “não populistas”.

A segunda conclusão possível é mais pessimista: os líderes populistas estão se tornando mais prevalentes nos últimos anos e atualmente ocupam cargos. Nos três números anteriores, todos os cinco primeiros lugares tinham algum líder populista servindo como presidente ou primeiro-ministro. Foi o caso de Nicolás Maduro na América do Sul; Obrador e Trump na América do Norte; e Erdoğan e Conte na Europa.

Como vimos, uma forma comum de conceituar populismo é baseada no discurso de líderes políticos. Portanto, para entender o que esses líderes costumam dizer, farei uma análise de texto simples na próxima seção. A análise incidirá sobre os discursos de posse de três presidentes que ocupam o cargo atualmente: Donald Trump (2016)¹⁰⁰, Jair Bolsonaro (2019)¹⁰¹, e Nicolás Maduro (2019)¹⁰².

Pela análise da frequência da palavra no discurso de inauguração de Trump, é possível ver que ele se manteve fiel ao lema de sua campanha (“*Make America Great Again*”). A palavra grande foi a terceira palavra em termos de frequência. Não só isso: ele continuou se dirigindo diretamente ao povo norte-americano: a palavra raiz povo era a segunda mais repetida. Como na pesquisa de Rooduijn e Pauwels (2011) sobre os discursos dos partidos políticos, a centralidade do povo (em oposição à elite) está presente. No total, a fala gerou 335 observações.

¹⁰⁰ Obtido em: <https://edition.cnn.com/2016/11/09/politics/donald-trump-victory-speech/index.html> (19/06/2019).

¹⁰¹ Obtido em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional> (23/07/2019).

¹⁰² Obtido em: <http://mppre.gob.ve/discursos/juramentacion-tsj-nicolas-maduro-presidente/> (24/07/2019).

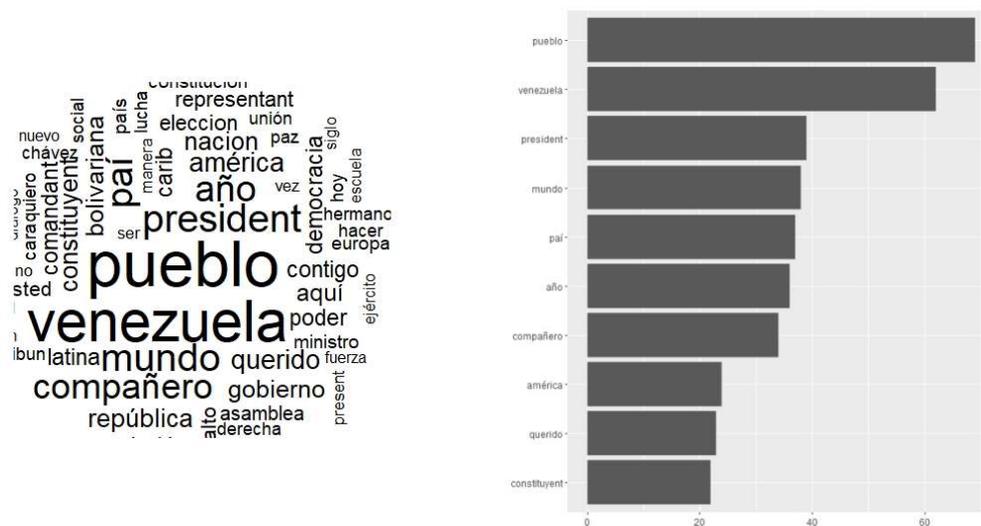
Ao olhar para as palavras mais frequentes, seu conteúdo nacionalista é muito latente. A palavra Brasil foi mencionada 13 vezes e brasileiro outras nove vezes, o que também mostra a centralidade do povo (“brasileiro”). Além disso, a raiz da palavra nacion, que sugere um forte apego à nacionalidade, apareceu sete vezes. O tom religioso também está presente, com a palavra Deus aparecendo seis vezes (a 5ª palavra mais comum na sua fala, juntamente com todo, senhora e estado)¹⁰³.

Although the words *senhor* and *senhora* appears eight and six times, respectively, they are not important in the speech. All the times those words made an appearance, they functioned as a personal pronoun (e.g., *senhoras e senhores congressistas*).

Finally, I analyzed Maduro’s inauguration speech for his second term. The ceremony took place at the *Tribunal Supremo de Justicia* (Venezuela’s highest court) because the opposition won the majority of seats in Congress and said they did not recognize Maduro’s new term as president.

Figure 40 – Cloud word and word frequency for Maduro

(Inauguration speech)



Fonte: author.

A primeira impressão do discurso de Maduro é que foi muito mais longo que os dois anteriores. Gerou mais de 1,6 mil observações. A palavra mais frequente de Nicolás Maduro foi *pueblo* (apareceu 69 vezes), mostrando mais uma vez a centralidade do povo. O

¹⁰³Analizando 10 horas de discursos de Bolsonaro, O Globo encontrou resultados semelhantes. As palavras mais comuns nesses discursos são Brasil (1.079) e Deus (360). Ver: <https://oglobo.globo.com/brasil/o-presidente-bolsonaro-em-dez-horas-47-minutos-de-discursos-23982241>.

nacionalismo também está presente: A segunda palavra - Venezuela - apareceu 62 vezes. A raiz da palavra “paí” também é frequente, sendo a 5ª mais falada.

Ao comparar os três gráficos de frequência, é possível notar um padrão importante: A centralidade regular que “o povo” possui. Como já apresentado, o apelo ao nacionalismo é uma constante nas diferentes formas de conceituar o populismo (MUDDE, 2004; HAWKINS, 2009; NORRIS & INGLEHART, 2019). Se ignorarmos a promessa vaga feita por Trump de “tornar a América grande de novo”, as palavras mais frequentes não indicam qualquer medida de política pública real que seria tomada pelo governo após assumir o cargo.

3.5 EFEITOS QUE POPULISMO PODE TER NA DEMOCRACIA

Quando se fala em populismo, é quase intuitivo acreditar que esse tipo de política tem apenas um efeito sobre a democracia: o tipo de efeito ruim. No entanto, alguns estudiosos acreditam que a ascensão de um líder populista também pode dar aos democratas liberais a chance de corrigir o caminho que a democracia estava construindo anteriormente. Então, quais são os desafios que o populismo impõe à democracia? E quais são os bons efeitos que também pode ter?

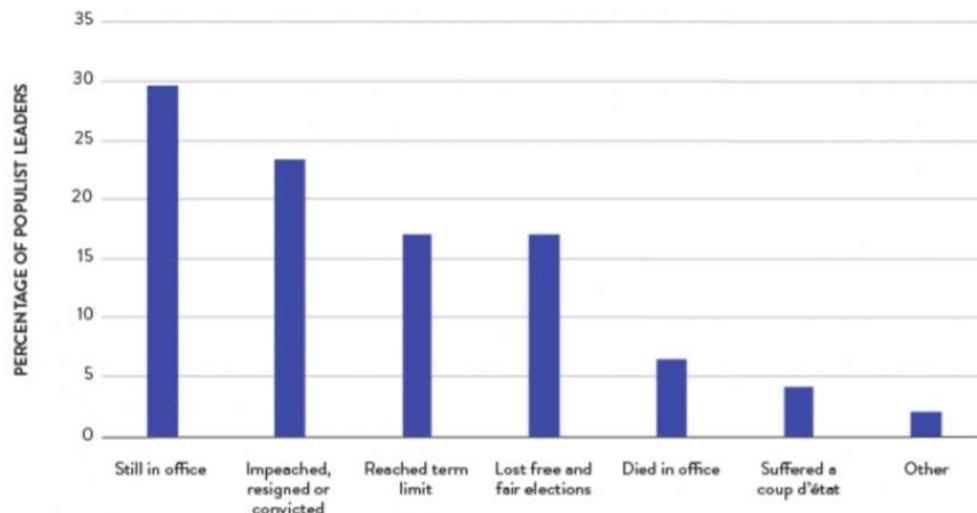
3.5.1 O populismo está destinado a prejudicar a democracia?

A literatura aponta diferentes maneiras pelas quais o populismo pode causar danos à democracia. Desde a exclusão da oposição da arena política até a redução do controle do governo, os populistas podem destruir a democracia por dentro. Como já foi mostrado, uma característica importante no discurso de um líder populista é que ele presta contas apenas ao povo (GALSTON, 2018), enfraquecendo instituições de freios e contrapesos, como os ramos legislativo e judiciário do governo.

Essa falta de responsabilidade pode levar a uma série de repercussões. Por exemplo: os populistas que são chefes de governo tendem a durar mais no cargo do que os não populistas. Mais explicitamente, após três anos, apenas metade dos governos não populistas permanece no cargo, enquanto a taxa de sobrevivência do governo populista é de 80%. Além disso, quanto mais tempo o governo está no cargo, mais significativa é a chance de o populista permanecer no cargo (KYLE & MOUNK, 2018). Como consequência, os líderes populistas deixam o cargo de maneira dramática com mais frequência do que não. Ao analisar o destino de líderes populistas que assumiram o cargo entre 1990 e 2014, Kyle e Mounk (2018)

descobriram que apenas 17% deles deixaram o cargo por perderem uma eleição livre e justa e outros 17% após atingirem o limite de mandato. Por outro lado, 24% deles precisou sofrer um impeachment, renunciou à condenação enfrentada. Mas o mais importante é que 30% deles ainda estão no cargo.

Figura41 – Destino de líderes populistas (1990-2014)



Fonte: Kyle e Mounk (2018).

As instituições democráticas também estão sob a ameaça do populismo (GALSTON, 2018; HOULE & KENNY, 2018; KYLE & MOUNK, 2018; NORRIS & INGLEHART, 2019). De acordo com Kyle e Mounk, o populismo representa um “risco elevado e severo para a sobrevivência das instituições democráticas” (KYLE & MOUNK, 2018, p. 17). Eles calculam que um governo populista tem quatro vezes mais probabilidade de prejudicar essas instituições quando comparado a governos não populistas.

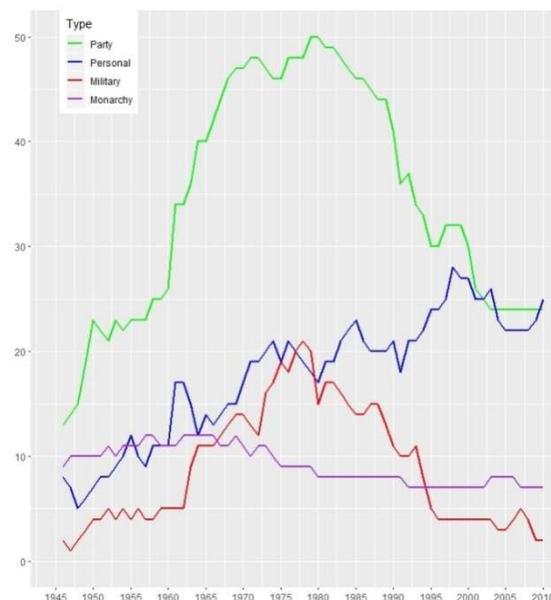
O Estado de Direito também parece sofrer sob o reinado populista. Olhando especificamente para os países latino-americanos, Houle e Kenny (2018) descobriram que por um período de quatro anos de governo populista, o estado de direito diminuiria 0,224 em uma escala que varia de 0 a 1. Esse valor é maior do que seu desvio padrão de 0,15. Eles também testaram a hipótese de que o governo populista leva a um aumento do comparecimento eleitoral. Porém, não encontraram resultado estatisticamente significativo, ou seja, não há diferença na participação em governos populistas ou não populistas.

Os líderes populistas também podem enfrentar um dilema relevante: manter sua promessa de campanha sobre como fazer política ou fazer as coisas dentro de uma relação democrática entre os poderes Executivo e Legislativo, especialmente quando há um governo

minoritário. Como geralmente são eleitos se passando por estranhos, desafiando o establishment político e as elites, seus eleitores não gostam de vê-los trabalhando ao lado do establishment. Como consequência, governos populistas que não se relacionam com outros partidos políticos estão condenados a sofrer derrotas no processo de formulação de políticas, deixando o governo preso em um beco sem saída. Esse problema pode ser ainda agravado pela falta de “aprendizado” dos líderes populistas e sua dificuldade em nomear a primeira camada do gabinete (NORRIS & INGLEHART, 2019).

Finalmente, alguns estudiosos argumentam que o retrocesso democrático alimentado pelo populismo pode levar diretamente ao governo autoritário (DIAMOND, 2019). O raciocínio é que as mensagens populistas são “antitéticas à democracia funcional” (FRANTZ, 2018). Alguns estudiosos argumentaram que a eleição de partidos políticos antiestablishment é um mau sinal para a saúde da democracia (CAAMAÑO & BÉRTOA, 2019). Esse retrocesso democrático daria lugar a uma espécie de regime autoritário classificado como ditadura personalista¹⁰⁴ (KENDALL-TAYLOR & FRANTZ, 2016). Como era de se esperar, esse tipo de regime está centrado nas mãos de um único indivíduo (apoiado por um *selectorate*¹⁰⁵) e tem aumentado desde os anos 1980.

Figura42 – Tipos de regime autoritário



Fonte: autor, com dados de Geddes et al. (2018).

¹⁰⁴ Frantz (2018) e Geddes, Wright e Frantz (2018) rompem os regimes autoritários em quatro tipos diferentes: pessoal, militar, monárquico e centrado no partido.

¹⁰⁵ Para um melhor entendimento da teoria do *selectorate*, ver: Bueno de Mesquita et al. (2003) e Bueno de Mesquita e Smith (2011).

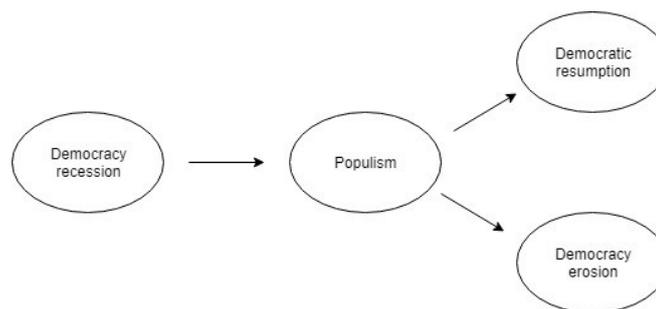
Embora todos os tipos de autoritarismo sejam considerados ruins para as democracias liberais (por razões óbvias), o personalista parece ser o pior entre as quatro possibilidades. Quando os líderes concentram poder suficiente para governar com o apoio de um grupo menor, eles “*typically pursue the most volatile and aggressive foreign policies, espouse the most xenophobic sentiments, are the most likely to mismanage foreign aid, and are the least likely to transition to democracy when they collapse*” (KENDALL-TAYLOR & FRANTZ, 2016).

3.5.2 O populismo leva à erosão democrática? Não tão rápido

Um período sob um governo populista pode servir como um ponto de inflexão para a democracia. Como o atual governo representativo foi idealizado pela elite política para abrir espaço para os pobres, mas sem dar muito poder a eles (PRZEWORSKI, 2019), não é difícil entender o apelo populista. O discurso de “anti-establishment”, “anti-sistema”, “anti-elite” e, eventualmente, “políticos antiprofissionais” ressoa entre os cidadãos.

Portanto, esse tipo de governo pode levar a dois resultados muito distintos: ele pode (1) aprofundar seu poder e corroer as chances de um retorno democrático (como discuti na seção anterior) ou (2) servir como um corretivo para a democracia representativa. Embora o primeiro resultado seja muito intuitivo, o último parece precisar de algum raciocínio. A Figura 43 ilustra as possibilidades.

Figura43 – Resultados políticos para governos populistas

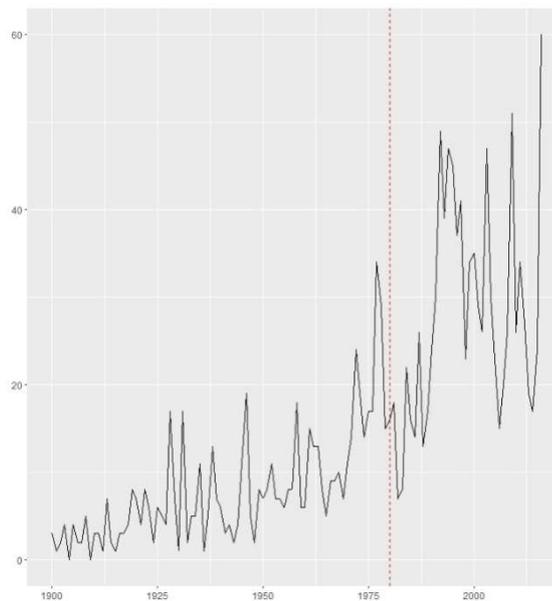


Fonte: autor.

Um governo populista pode ter algumas características desejadas por aqueles que defendem a “democracia radical” (KLEIS NIELSEN, 2006; LACLAU & MOUFFE, 2014). Ao considerar as duas dimensões da democracia apresentadas por Dahl (1971), o governo populista incrementa a inclusão política. O desejo populista de aumentar a influência das pessoas “comuns” e reduzir o papel desempenhado pela política profissional pode criar o

clima perfeito para a política de iniciativas e referendos (ACHEN & BARTELS, 2016). A figura a seguir mostra a tendência global de iniciativas populares e referendos de 1900 a 2016.

Figura44 – Iniciativas populares e referendos



Fonte: autor, com dados do V-Dem.

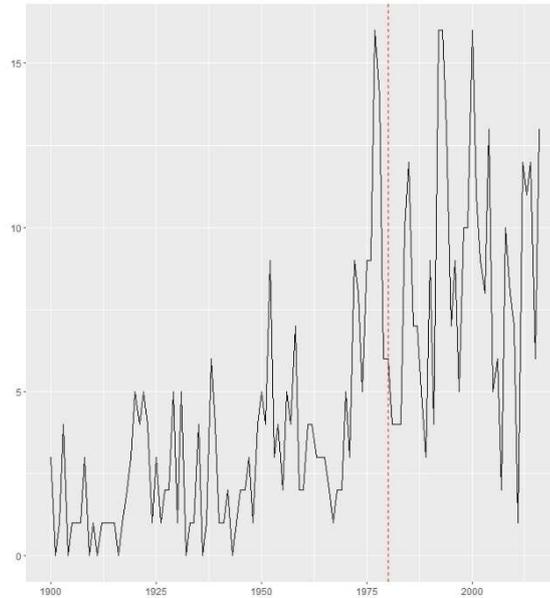
A partir da segunda metade da década de 1970, é muito claro um aumento notável da participação popular. De acordo com a literatura, é também nesse período que o número de governos populistas (NORRIS & INGLEHART, 2019) e de autoritarismo personalista (FRANTZ, 2018) - como demonstrei na figura anterior - começou a aumentar.

É necessário fazer uma reserva importante. Um grande número de referendos por ano não é monopólio da política populista. Por diferentes razões, um país pode sentir que precisa ouvir diretamente de seus cidadãos a opinião deles sobre diferentes assuntos. Um bom exemplo dessa exceção é a Suíça (figura 45), o “*only country where politics at all levels – including national level – is decisively shaped by direct-democratic institutions*” (KRIESI, 2012, p. 39).

Várias características das constituições e políticas suíças são responsáveis pelo padrão mostrado na figura acima. A obrigação de realizar um referendo sempre que os legisladores desejam fazer uma emenda constitucional é um exemplo. Desde o início da década de 1980, as constituições suíças foram emendadas mais de duas vezes por ano (KRIESI, 2012). Além disso, é extremamente fácil para uma iniciativa popular se qualificar para um referendo: São

necessárias apenas 100.000 assinaturas, uma das mais baixas do mundo (ALTMAN, 2015)¹⁰⁶. Finalmente, a divisão política dentro do país permite que os cantões suíços realizem referendos regionais, como é o caso dos referendos orçamentários (FELD & MATSUSAKA, 2000)¹⁰⁷.

Figura45 – Iniciativas populares e referendos (Suíça)



Fonte: autor, com dados do V-Dem.

Uma regra populista também pode aumentar a participação política de uma forma não institucionalizada. O impacto positivo do populismo nas participações inclui outros tipos de atividades. Como mostram Anduiza, Guinjoan e Rico (2019), uma atitude populista tem um efeito significativo na assinatura de petições e na participação online. Esses resultados ecoam a ideia de que o populismo pode servir como um corretivo (MUDDE & ROVIRA KALTWASSER, 2012; ROVIRA KALTWASSER, 2012).

No entanto, as formas institucionalizadas de participação - como o voto - não mudam. Estudos na América Latina (HOULE & KENNY, 2018) e na Europa (ANDUIZA, GUINJOAN & RICO, 2019) mostram que os países sob regime populista não mostram um aumento na participação eleitoral. Pelo contrário, na Europa Ocidental, ter um populista (de direita) governando o país aumenta a chance de um segmento muito específico da população

¹⁰⁶ Para ver como funciona a democracia direta na Suíça em mais detalhes, consulte Kriesi (2012).

¹⁰⁷ Há um longo debate sobre se a democracia direta é boa ou ruim para a própria democracia. Achen e Bartels (2016) apresentam um bom resumo nos capítulos 2 e 3.

participar. Mas esse grupo não é composto por entusiastas do governo. Na verdade, é por aqueles que são por ele repelidos (IMMERZEEL & PICKUP, 2015).

O populismo também pode ter diversos efeitos em diferentes modelos de democracia. As democracias maduras parecem ser menos propensas a erodir sob o governo populista do que sua contraparte menos institucionalizada. Mas todos eles podem experimentar declínio do liberalismo, deliberação e democracia eleitoral, mesmo que em níveis diferentes. E isso vale para todo o espectro ideológico do partido no poder (RUTH-LOVELL, LÜRHMANN & GRAHN, 2019).

Por fim, os populistas também são suspeitos de aumentar o nível de redistribuição de renda (DORNBUSH & EDWARDS, 1989; CORNIA, 2012; MONTECINO, 2012). Com um programa que promete tirar o país da elite, os populistas se sentem compelidos a redistribuir renda para as classes sociais mais baixas. Isso é verdade especialmente para os líderes populistas de esquerda. Venezuela sob Chávez e Bolívia sob Morales são bons exemplos. Esse raciocínio está diretamente ligado ao conceito de votação retrospectiva e sua responsabilidade vertical, ou seja, os titulares em questão redistribuem estrategicamente a renda a fim de convencer os eleitores e, conseqüentemente, reter o poder¹⁰⁸.

No entanto, os resultados das pesquisas empíricas foram contra intuitivos. Weyland (2003) cunhou o termo “neopopulismo” para descrever os países latino-americanos onde o populismo político e o liberalismo econômico mostraram afinidades. É um tipo de populismo que “estabelece preferências e crenças que rejeitam partidos e elites estabelecidos, que vê os políticos estabelecidos jogando o sistema em seu próprio benefício e que, ao mesmo tempo, vê os pobres como indignos do apoio do governo (IVERSEN & SOSKICE, 2019).

Assim, ao dar voz aos marginalizados - seja cumprindo promessas de campanha voltadas para os marginalizados, realizando referendos ou redistribuindo renda -, o governo obriga os atores políticos que defendem a democracia liberal a fazer uma autocrítica e ajustar seu plano de ação (MUDDE & ROVIRA KALTWASSER, 2012; NORRIS & INGLEHART, 2019). Por exemplo, os defensores da democracia liberal deveriam começar a trazer de volta para a arena política aqueles cidadãos que foram deixados de lado. E isso inclui as vítimas da “revolução silenciosa” (NORRIS & INGLEHART, 2019) ou da “economia do conhecimento” (IVERSEN & SOSKICE, 2019). Trabalhadores pouco qualificados que enfrentam dificuldades para alcançar a tecnologia podem finalmente ser ouvidos pelos democratas

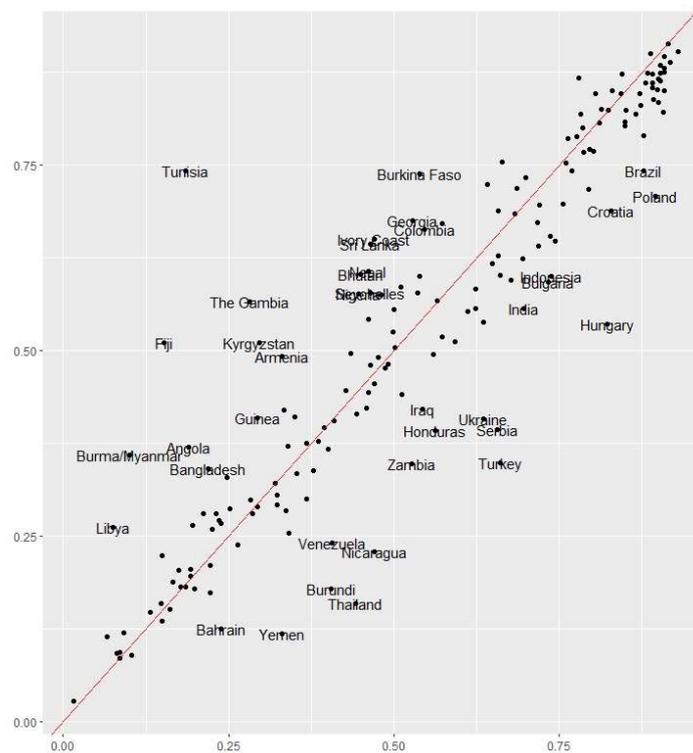
¹⁰⁸ Para um resumo da votação retrospectiva, consulte: Healy and Malhotra (2013).

liberais que governavam apenas para os cidadãos em busca de seus objetivos pós-materialistas.

3.6 TENDÊNCIA DE DEMOCRACIA

Mas o que diz a medida da democracia “real”? Está acompanhando a queda do apoio popular? Está dando uma dica sobre a questão populista? Olhando para a diferença da pontuação V-Dem para 2008 e 2018, há poucos indícios de que a democracia está em perigo real. Na figura a seguir, a linha vermelha possui uma inclinação de 45°, dividindo os dados ao meio. O gráfico identifica apenas os países com uma diferença de pelo menos 0,1 em suas pontuações (nos dois sentidos).

Figura46 – Diferença em democracia (2008 – 2018)



Fonte: autor, com dados do V-Dem.

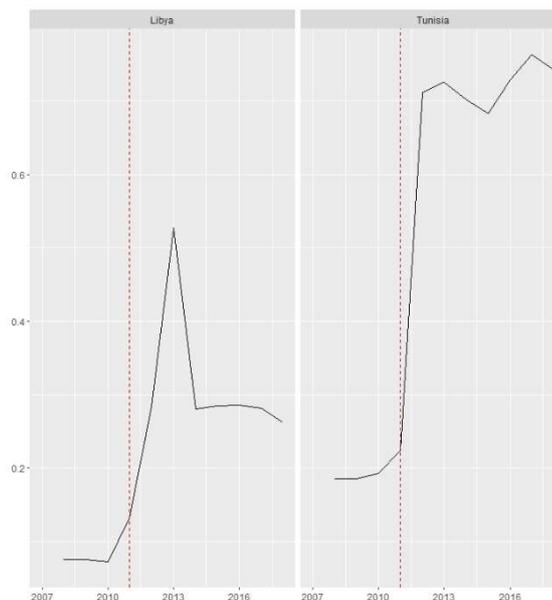
Por coincidência, o número de países que sobem pelo menos 0,1 é o mesmo daqueles que sobem pelo menos 0,1: 19. De longe, o país com a maior diferença é a Tunísia. Passou de 0,185 em 2008 para 0,743 em 2018. Entre os que se tornaram menos democráticos, o grande “vencedor” é a Turquia, com queda de 0,311. Outros países que se tornaram fonte de

escrutínio público também constam da lista: Hungria (-0,286), Polônia (-0,187), Venezuela (-0,165), Índia (-0,139) e Brasil (-0,136).

Dois aspectos importantes são visíveis no gráfico. A primeira é que nenhum dos países “consolidados” (como os Estados Unidos, o Reino Unido ou as nações escandinavas) é rotulado, ou seja, todos eles se moveram menos de 0,1 em sua pontuação democrática. Como suas pontuações já eram altas, significa que todos mantiveram seu status de “democracias fortes”.

O segundo aspecto conta a história desdobrada da Primavera Árabe¹⁰⁹. Dos quatro principais países¹¹⁰ que experimentaram a faísca de uma transição democrática, apenas a Tunísia percorreu todo o caminho. A Líbia também apresentou melhora, mas logo depois sofreu um revés. Como mostra a figura 46, os dois países estão acima da linha, representando um aumento em sua pontuação democrática. No entanto, o caminho da Líbia parece muito mais acidentado do que o da Tunísia, como mostra a figura 47.

Figura47 – Democracia na Líbia e na Tunísia



Fonte: autor, com dados do V-Dem.

Ambos os países viram um aumento da democracia após a eclosão, mas a Líbia não manteve seu nível de democracia. Logo após seu auge em 2013, o país sofreu uma perda

¹⁰⁹ Para ler mais sobre a Primavera Árabe e suas consequências para os regimes políticos da região, consulte Bellin (2012). Para saber mais sobre o caso de sucesso da Tunísia, consulte Stepan (2012).

¹¹⁰ São eles: Egito, Líbia, Tunísia e Iêmen.

relevante em sua pontuação democrática. Tunísia teve melhor desempenho. Conseguiu aumentar ainda mais sua pontuação democrática, atingindo seu pico em 2016.

Por outro lado, o Iêmen aparece abaixo da linha, ou seja, a pontuação democrática do país é ainda mais baixa do que era antes da Primavera Árabe. E como o Egito não aparece rotulado, é possível inferir que o status quo ante foi mantido, apesar dos esforços dos envolvidos no levante.

3.7 CONCLUSÃO

O declínio do apoio público ao regime democrático, assim como a eleição de presidentes populistas, não significa necessariamente o fim da democracia. As democracias consolidadas e desenvolvidas devem ter instituições fortes que trabalhem de forma a conter a tomada de poder de supostos políticos autoritários. A nova ascensão do populismo não é, por si só, um sinal do declínio da democracia. Mas como os atores institucionais e estruturais reagem aos problemas sociais é de grande importância.

Considerando as possíveis ameaças à democracia que vêm gozando de grande popularidade na literatura, duas opções se destacam: A insatisfação popular com o regime político e a nova ascensão do populismo. O primeiro parece muito rebuscado, enquanto o segundo ainda é desconhecido.

É seguro dizer que existe um sentimento crescente de insatisfação popular com a democracia e suas instituições. Essa tendência vai além das fronteiras das nações, aparecendo nas democracias em desenvolvimento, como as latino-americanas, como nos países desenvolvidos e industrializados, como a Alemanha. No entanto, dizer que a insatisfação em si mesma pode desencadear um colapso democrático é uma grande ideia.

As diferentes medidas frequentemente utilizadas para medir a saúde da democracia não parecem ser preocupantes. A participação popular em protestos legais mostra que não há um ambiente de convulsão para a democracia. Em países onde a economia está indo bem e o governo está agindo em nome dos menos afortunados, há poucas manifestações. Os protestos são frequentes em democracias de baixa qualidade ou em países envolvidos em acontecimentos importantes, como a invasão do Iraque pelos Estados Unidos e os bombardeios na capital espanhola. Ao olhar para a cultura cívica, a alta tolerância de grupos minoritários - aqui especificamente de gays - mostra que a democracia ainda é forte. Esses resultados são coerentes com a medida V-Dem de democracia. Ao comparar as pontuações de 2008 e 2018, vemos que a maioria das observações não enfrentou uma mudança relevante em

seus valores. Além disso, os países que tiveram uma mudança importante ($> = 0,1$) são divididos igualmente entre os países que aumentaram seu desempenho ($n = 19$) e os que pioraram ($n = 19$).

A verdadeira questão parece ser com o crescente populismo. Países como Brasil e Estados Unidos enfrentam um novo tipo de populismo, que assume o poder por via lícita, vencendo eleições e seguindo processos constitucionais. Essa nova “reação cultural” (NORRIS & INGLEHART, 2019) é recente e a extensão de suas consequências ainda é desconhecida. É possível pensar que a democracia vive um momento de crise. Mas como essas crises irão se desenrolar ainda é desconhecido. Muitas são as perspectivas possíveis: as crises podem terminar com a restauração do *status quo ante*, com algumas pequenas reformas, ou com a destruição do arranjo político anterior (PRZEWORSKI, 2019).

Apesar da “novidade” do novo populismo, a literatura está dividida em dois resultados possíveis: (1) o populismo pode servir como um catalisador para o retrocesso democrático, erodindo suas instituições e criando uma atmosfera política polarizada; ou (2) o populismo pode funcionar como um “corretivo”, dando voz às camadas da população que não foram ouvidas pelos governos anteriores. Por sua vez, isso poderia levar a (1) um processo de aprofundamento antidemocrático ou (2) um processo político de tomada de ação por parte dos defensores da democracia liberal, principalmente pela adoção de posturas favoráveis ao anteriormente marginalizado.

4 SOBREVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA: O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS¹¹¹

A democracia está sempre em perigo. Quando pessoas diferentes com visões de mundo diferentes vivem na mesma sociedade, é normal esperar tensões e conflitos. Para poderem viver juntos, eles têm que aceitar o contrato tácito de serem governados. Para uma democracia sobreviver, ela deve superar as tensões econômicas e sociais. A crise de imigração e o aumento de sentimentos xenófobos nos países desenvolvidos é um exemplo. Portanto, se uma defensora democrática está tentando salvar o regime do mal, onde ela deveria olhar? Quais são os medicamentos mais eficazes?

Seguindo a abordagem institucional (NORTH, 1997), é por meio dos sistemas partidário e eleitoral que os conflitos devem ser mediados (PRZEWORSKI, 2019). Em suma, o argumento é: a sociedade é composta por massas com objetivos diferentes. Diferentes grupos - ou facções - surgem das massas. Os partidos políticos têm a capacidade de estruturar essas diferenças e, por meio dessa organização, concorrem nas eleições. Portanto, por um lado, os partidos políticos não apenas agrupam os cidadãos com visões políticas semelhantes, mas também canalizam suas preferências. Por outro lado, é por meio da eleição que as massas têm a oportunidade de decidir quem deve governar. Considerando esse *modus operandi*, é de se esperar que os sistemas partidário e eleitoral tenham um papel importante na estabilidade do regime democrático. Para Lijphart (1994), “(...) the electoral system is the most fundamental element of representative democracy” (LIJPHART, 1994, p. 1).

Mas para a democracia funcionar, o governo deve ser capaz de governar e também precisa governar com competência (SCHUMPETER, [1942] 2008; PRZEWORSKI, 2019). Olhando para os partidos políticos, a resposta ao número de partidos na sobrevivência democrática pode ser representada graficamente por uma curva em forma de sino. A concentração do capital político nas mãos de poucos, representado por um baixo número de partidos, deve levar à tomada do poder pela elite política (ACEMOGLU & ROBINSON, 2006). Por outro lado, um número muito elevado de partidos pode levar à ruptura do sistema, gerando descontentamento e repúdio ao regime (LINZ, 1990). É importante enfatizar que o problema não é o próprio sistema multipartidário. Apesar de ter como característica presidentes e instituições de freios e contrapesos fortes que podem amenizar os efeitos de uma

¹¹¹ Por uma questão de transparência e reprodutibilidade, o conjunto de dados, livro de códigos e o script R usados aqui estão disponíveis no Open Science Framework (<https://osf.io/vb3ua/>) e no GitLab (https://gitlab.com/linsprodrigo/chapter_3).

legislatura multipartidária (MELO & PEREIRA, 2013), a literatura aponta que a formação de coalizões não é um problema para tais governos (CHEIBUB, PRZEWORSKI & SAIEGH, 2004). Portanto, acredito que haja um ponto médio de equilíbrio. Além disso, o elevado número de partidos deve ter um efeito negativo maior sobre a chance de sobrevivência em países com sistemas partidários não institucionalizados (BERNHARD et al., 2015).

A importância de estudar o sistema partidário e seu papel na manutenção da democracia ganhou nova vida com o atual estado da política mundial. Com a ameaça dos líderes populistas à democracia e sua nova abordagem para tomar o poder, os partidos políticos desempenham um papel cada vez mais relevante como guardiões (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018). A “nova forma” de deterioração democrática não é por tanques rolando nas ruas, mas por presidentes eleitos constitucionalmente subvertendo a democracia. De maneira furtiva, os titulares das ações executam pequenas ações judiciais para consolidar sua posição e remover as barreiras ao processo de erosão das instituições democráticas (HUQ & GINSBURG, 2018; LUO & PRZEWORSKI, 2019)¹¹². Portanto, a tarefa dos partidos políticos está se tornando ainda maior do que já era na mediação de interesses conflitantes.

As democracias parlamentares são menos sujeitas a colapsos do que as democracias presidencialistas. Alguns argumentam que o problema desse último são suas instituições falhas (LINZ, 1990). No entanto, Cheibub (2007) oferece uma abordagem diferente: as democracias presidencialistas têm menos probabilidade de sobreviver porque surgiram em um ambiente menos propício. Em ambos os cenários, no entanto, a taxa de sobrevivência das democracias presidencialistas é menor do que a das democracias parlamentares.

Os indicadores econômicos são indicadores relevantes. Seguindo uma literatura consolidada (LIPSET, 1959; LINZ, 1990; PRZEWORSKI & LIMONGI, 1997; PRZEWORSKI et al., 2000; SVOLIK, 2008; BERNHARD et al., 2015), acredito que dois fatores influenciam diretamente nas chances da manutenção do regime: desenvolvimento econômico e desigualdade econômica. Mais especificamente, acredito que um alto nível de desigualdade poderia corroer o efeito positivo de um crescimento econômico robusto (REENOCK, BERNHARD & SOBEK, 2007).

¹¹² Alguns podem argumentar que o ex-ditador do Uruguai Juan María Bordaberry já agiu dessa “nova forma”. Ele foi eleito democraticamente em 1971, mas promoveu um golpe de estado em 1973 (um golpe automático). A diferença está justamente na forma como se apoderou do poder: foi apoiado pelos militares e a ditadura uruguaia tem um ponto inicial claro: 27 de junho de 1973.

4.1 SOBREVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA: PARTIDOS E SISTEMAS DE GOVERNO¹¹³

No rescaldo da terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1991b), estudiosos e formuladores de políticas estavam tentando entender que conjunto de instituições levaria a democracias mais estáveis. Uma parte considerável do debate centrou-se nos sistemas partidário e governamental, e na interação dos dois. Dessa disputa, pelo menos dois debates importantes emergiram: (1) Parlamentarismo vs. Presidencialismo; e (2) Sistema multipartidário versus sistema bi-partidário. Nesta seção, espero mostrar como esses dois argumentos estão fortemente relacionados e como o número de partidos é uma preocupação constante para ambos os sistemas de governo.

4.1.1 Formação de governo e partidos políticos

Muita tinta foi gasta no debate sobre qual seria o melhor sistema de governo para as democracias. No final da década de 1980 e início da década de 1990, a ciência política parecia ter alcançado um de seus raros consensos: os governos parlamentares fazem um trabalho melhor em manter a estabilidade democrática do que os governos presidenciais (LINZ, 1978; 1990; STEPAN & SKACH, 1993; VALENZUELA, 1993).

Os argumentos para a preferência parlamentar podem ser resumidos em três: (1) os termos fixos dos sistemas presidencialistas são entendidos como uma fonte de instabilidade. Como o presidencialismo não oferece meios para mudar o chefe do Executivo no meio do mandato, a única ação possível para a oposição é um golpe (MAINWARING, 1993); (2) a eleição popular do presidente pode dar a presidência a políticos ou partidos políticos inexperientes ou extremistas (LINZ, 1990; MAINWARING, 1993) e criar uma situação de falta de legitimidade, nos casos em que o presidente sai durante o mandato de escritório (LINZ, 1990), nos casos de morte ou impeachment, por exemplo; finalmente, (3) como o legislativo e o executivo são eleitos separadamente nos sistemas presidencialistas, ao passo que estão interligados nas democracias parlamentaristas, o primeiro modelo é mais sujeito a um impasse executivo-legislativo (LINZ, 1990; MAINWARING, 1993). Este problema é agravado pelo fato de que o calendário fixo das eleições presidenciais dá a oportunidade para os aliados abandonarem o barco quando as eleições se aproximam: Eles não querem ser

¹¹³ Aqui, não estou preocupado com os mecanismos que determinam o número de partidos em um sistema político. Przeworski (2019), por exemplo, argumenta que a representação proporcional sem um limite leva a uma proliferação de partidos com representação no parlamento. Para entender a teoria clássica de como o sistema eleitoral impacta o número de partidos políticos, ver Duverger ([1954] 1970).

vinculados a um mau desempenho do titular e também sabem que um bom desempenho será benéfico exclusivamente para o partido do presidente (MAINWARING, 1993).

Os problemas (1) e (2) podem encontrar soluções institucionais e / ou não são exclusivos do presidencialismo. Por exemplo, em julho de 2019, o segundo problema foi encontrado na democracia de Westminster mais famosa: o Reino Unido. Mesmo sem voto popular para o chefe do executivo, Boris Johnson foi escolhido por seus pares conservadores para se tornar primeiro-ministro. Também no Reino Unido, em 2017, a então primeira-ministra Theresa May convocou uma eleição antecipada. Na esperança de obter uma maioria maior no parlamento, o Partido Conservador no governo não apenas perdeu cadeiras, mas também a própria maioria. Os conservadores perderam 13 cadeiras, enquanto o Partido Trabalhista de oposição ganhou 30 cadeiras¹¹⁴. Para poder permanecer no cargo, May e os Conservadores firmaram um acordo de confiança e fornecimento com o Partido Democrático Unionista (DUP) da Irlanda do Norte. Para garantir a aliança, o governo concordou com um financiamento adicional de £ 1 bilhão para a Irlanda do Norte (HEATH & GOODWIN, 2017; PROSSER, 2018).

Críticas importantes foram levantadas sobre os sistemas de governo de diferenciação (CHEIBUB & LIMONGI, 2002). Em tom com o argumento anterior, Cheibub (2007) mostra que não há características especiais do presidencialismo que o tornem mais suscetível a rupturas democráticas. A diferença na taxa de sobrevivência das democracias parlamentar e presidencial (58 anos e 24 anos, respectivamente) tem outros motivos: Algumas novas democracias são países onde a democracia está destinada a ter vida curta, seja ela parlamentar ou presidencial. As democracias presidencialistas são mais comuns nesses países (CHEIBUB, 2007).

Quanto ao primeiro problema, o argumento a favor do parlamentarismo é que as democracias presidencialistas têm dificuldade em lidar com grandes crises. Este último sistema é menos flexível na deposição do chefe de governo. A falta de uma saída “suave” para um presidente impopular pode levar a um golpe (MAINWARING, 1993). No entanto, o uso dos procedimentos de impeachment não é tão raro nem difícil do que se poderia imaginar. A partir da década de 1990, os impeachments tornaram-se comuns na América do Sul (PÉREZ-LIÑÁN, 2007). Entre 1992 e 2016, oito presidentes foram destituídos ou destituídos por declaração de incapacidade. Dois outros renunciaram enquanto antecipavam o processo de

¹¹⁴ Ver: <https://www.bbc.com/news/election/2017/results>.

impeachment¹¹⁵. Além disso, o impeachment não parece aumentar a instabilidade das democracias. Segundo Pérez-Liñán (2018), é a maior capacidade do Executivo de controlar outros ramos do governo que ameaça enfraquecer a estabilidade democrática, não os impeachments de presidentes fracos. A verdadeira questão parece ser o mandato fixo do presidente.

A literatura mudou para uma nova direção quando passou a entender que o presidencialismo por si só não era necessariamente um problema, mas a combinação de governo presidencialista com um sistema multipartidário seria o arranjo político mais preocupante (MAINWARING, 1993). Nesse conjunto de instituições, o impasse executivo-legislativo é exacerbado, levando a um maior imobilismo. O multipartidarismo também aumenta a probabilidade de polarização ideológica (DOWNS, 1957), dando espaço a partidos e políticos extremistas, e cria a necessidade de presidentes de construir coalizões interpartidárias para poder governar (MAINWARING, 1993). Isso é especialmente agudo em países com alta fragmentação, como o Brasil (AMES, 2001). Avançando no debate entre presidencialismo e parlamentarismo, e considerando legislativos altamente fragmentados, a literatura constatou que nenhuma tragédia vem necessariamente de governos minoritários, independentemente do sistema de governo (CEIBUB, PRZEWORSKI & SAIEGH, 2002).

Por fim, uma nova vertente do debate - liderada por estudiosos latino-americanos (CHAISTY, CHEESEMAN & POWER, 2014) - defende que o presidencialismo poderia realmente levar a democracias tão estáveis quanto as do sistema parlamentar (COLOMER & NEGRETTO, 2005; CHEIBUB & LIMONGI, 2010; RAILE, PEREIRA & POWER, 2011; PEREIRA & MELO, 2012). Um presidente constitucionalmente forte, controles institucionalizados sobre o poder executivo e recursos que podem ser usados em favor de uma legislatura sustentável podem servir para superar problemas de sistemas multipartidários (MELO & PEREIRA, 2013). A partir dessa última mudança na literatura, o debate atingiu “um patamar e corre o risco de estagnar” (CHAISTY, CHEESEMAN & POWER, 2014, p. 75).

Uma preocupação constante, porém, é perceptível em todas as obras e pode ser vista como a espinha dorsal do debate: O elevado número de partidos políticos. Portanto, o debate precisa passar do parlamentarismo vs. presidencialismo para o número de partidos que existem na arena política.

¹¹⁵ Os impeachments foram: No Brasil, Collor (1992), Rousseff (2016). Na Venezuela, Pérez (1993). No Equador, Bucaram (1997) e Gutiérrez (2005). No Paraguai, Cubas (1999) e Lugo (2012). Na Guatemala, Molina (2015). Os dois presidentes que renunciaram são peruanos: Fujimori (2000) e Kuczynski (2018). Ver: Pérez-Liñán (2018).

Independentemente de como o sistema partidário pode ser conceituado (pluralismo limitado, pluralismo extremo ou multipartismo, por exemplo), todas as contribuições principais (SARTORI, [1976] 2005; 1994; MAINWARING, 1993) consideraram o número de partidos a fim de classificar o sistema. Meu argumento é que níveis extremos de partidos políticos - em ambas as direções - podem ser prejudiciais à democracia, não importa o tipo de sistema de governo.

Mais especificamente, espero que o número de partidos políticos tenha uma relação não linear em forma de sino com a chance de sobrevivência do regime democrático. Com o mínimo valor partidário possível - ou seja, regimes autoritários de partido único - a elite política dificilmente terá incentivos para adotar práticas democráticas. Por outro lado, os sistemas multipartidários podem apresentar uma série de problemas, como impasses entre os poderes Executivo e Legislativo (LINZ, 1990; MAINWARING, 1993).

A má influência do multipartidarismo na estabilidade democrática ecoou desde o final dos anos 1970 (LINZ, 1978). Ao passar para o lado direito da figura 48, o sistema partidário torna-se mais fragmentado. O argumento mais tradicional contra o sistema multipartidário é o impasse que ele pode gerar entre os poderes Executivo e Legislativo do governo. Mais difícil será para o governo aliar-se a um número suficiente de partidos para formar uma maioria e ser capaz de governar e governar com competência.

O problema entre executivo e legislativo parece ter sido parcialmente superado (MELO & PEREIRA, 2013), conforme já mencionado. No entanto, o número de recursos que podem ser utilizados é limitado e o papel de coordenação desempenhado pelo líder do executivo pode moderar o poder dos membros do gabinete (BATISTA, 2015), quebrando o equilíbrio entre os poderes e gerando novos impasses. Com menos partidos na coalizão governista, o presidente ou o primeiro-ministro deveriam ter mais espaço de manobra. Portanto, espero uma relação mais suave entre os ramos do governo.

O multipartidarismo também pode desencadear conflitos e criar “questões artificiais” para as partes criarem soluções espetaculares, mas irrealistas (SARTORI, 2005). Como consequência, a arena política se torna muito mais polarizada e os partidos criam “*unmanageable problems, problems beyond solution*” (SARTORI, 2005, p. 45).

Figura48 – Número de partidos



Fonte: autor.

No entanto, um grande número de partidos políticos não é necessário para causar danos à democracia. Números pequenos também podem agir de acordo. À medida que o número efetivo de partidos se move para o lado esquerdo da figura acima, surgem problemas específicos. Países com sistema de partido único, onde uma associação detém o monopólio da arena político-partidária, são - por definição - autoritários (MAGALONI & KRICHELI, 2010). É o caso de países comunistas como China e Coreia do Norte. O Partido Comunista de ambos os países os governa desde sua formação contemporânea, por exemplo, desde a Revolução Chinesa e a fundação da República Popular Democrática da Coreia (RPDC). Mas um sistema de partido único também pode existir no âmbito das instituições democráticas, como era o caso no México antes de 2001. Existiam partidos menores e eleições foram realizadas, mas nenhuma alternância de poder realmente ocorreu (SOLINGER, 2001). O Partido Revolucionario Institucional (PRI) ocupou o poder por 71 anos consecutivos, de 1929 a 2000.

Embora os riscos de se ter um sistema de um partido sejam intuitivos (sem incentivos para negociar com a oposição, por exemplo), os problemas de um sistema de um partido não o são. O sistema bipartidário - muito defendido na literatura (LINZ, 1990; MAINWARING, 1993) - é adotado, entre outros, pela democracia mais longa: os Estados Unidos. Mas também pode criar sérios problemas para a democracia.

É mais provável que esse arranjo gere um governo com alto poder discricionário de tomada de decisão (LIJPHART, 1999). Se esse modelo pode criar a oportunidade para um governo mais eficiente, com mais poder para aprovar sua agenda rapidamente, também permite que políticas sejam aprovadas e postas em prática com apenas um pequeno debate e com pouco ou nenhum apoio da oposição. Foi o que aconteceu nos Estados Unidos em relação à Guerra do Vietnã. O argumento é que com forte maioria no 88º Congresso dos EUA¹¹⁶, Lyndon B. Johnson não teve nenhum problema em aprovar a Resolução do Golfo de Tonkin (POMER, 1971), que deu a Johnson a permissão para usar força militar na Ásia,

¹¹⁶ Os democratas tinham a maioria na Câmara dos Representantes e no Senado. Para os números do Senado, consulte: https://www.senate.gov/pagelayout/history/one_item_and_teasers/partydiv.htm. Para os números da Casa, veja: <https://history.house.gov/Institution/Party-Divisions/Party-Divisions/>.

mesmo sem declaração formal de guerra. No Reino Unido, a aprovação do Poll Tax¹¹⁷ (LIJPHART, 1999) foi possível graças ao apoio da maioria que Thatcher teve no período¹¹⁸.

Um sistema bipartidário também pode levar a um governo com uma representação fraca da sociedade. Isso é especialmente verdadeiro para países com clivagens sociais relevantes. Em tais sociedades, as minorias étnicas, ideológicas, linguísticas ou religiosas podem se sentir deslocadas em seu próprio país. Em sociedades altamente heterogênicas com clara divisão institucional, um conjunto diversificado de partidos políticos serviria como um canal para eles defenderem sua posição política e forçarem sua agenda (AMORIM NETO & COX, 1997). Na Suíça, por exemplo, os cantões com maior diversidade religiosa são também os países com representação mais pluralista no legislativo (VATTER, 2003). Em países com elevado número de partidos políticos, a distorção legislativa tende a ser pequena (KIM, POWELL Jr.; FORDING, 2010).

Quando confrontada com esse tipo de situação, a oposição pode sentir que não pode fazer nada dentro do quadro institucional em jogo. Nessas ocasiões, a oposição precisa tomar várias decisões. A primeira é se eles acreditam que conseguirão vencer as próximas eleições e reverter parte das políticas. Se a resposta for positiva, eles manterão seus mandatos e tentarão vencer as próximas eleições (PRZEWORSKI, 2019). Se a resposta for negativa, eles podem tentar depor o governo. Esta decisão, entretanto, não se sustenta se a oposição acreditar que as políticas que estão sendo conduzidas pelo titular são muito prejudiciais à sua visão da sociedade. Em tal situação, a oposição pode agir independentemente de sua opinião sobre as próximas eleições. Esse foi o caso em muitos golpes militares latino-americanos. Temendo que o governo de João Goulart pudesse levar o Brasil ao comunismo, os militares, com o apoio de vários grupos da sociedade civil, decidiram acabar com o governo de forma bastante abrupta (STEPAN, 1971; GASPARI, 2015). Embora com antecedentes diferentes, os argumentos para a derrubada do governo de Allende no Chile (COSTABLE & VALENZUELA, 1993; PRZEWORSKI, 2019), de Isabel Perón na Argentina (SOLEDDAD, 2010; MAINWARING & PÉREZ-LIÑÁN, 2013), e para o automóvel golpe de Bordaberry no Uruguai (HANDELMAN, 1981; LINZ & STEPAN, 1996) foram semelhantes ao caso brasileiro¹¹⁹.

¹¹⁷ Oficialmente denominado “The Community Charge”, o Poll Tax foi implementado como uma nova forma de financiar o governo local. Foi baseado em um imposto fixo por residente adulto. Veja: Deacon e Golding (1994), capítulo 2.

¹¹⁸ Para uma análise das Eleições Gerais de 1987 e da seguinte composição parlamentar, ver: Butler e Kavanagh (1988).

¹¹⁹ Para uma visão mais ampla dos golpes de estado na América Latina, consulte Lehoucq e Pérez-Liñán (2014).

Finalmente, se um sistema multipartidário pode ceder espaço aos extremistas, um sistema bipartidário pode não ter espaço algum para eles. Se inicialmente isso soa como um ponto positivo, a falta de acomodação também pode levá-los a buscar outras formas de engajamento político. Ao permitir um número maior de partidos políticos, os extremistas podem se organizar em um pequeno partido, diminuindo suas chances de chegar a cargos executivos e permitindo-lhes obter apenas pequenas parcelas de assentos no legislativo (ARZHEIMER & CARTER, 2006). Quando esses pequenos partidos extremistas não existem, os líderes extremistas podem tentar migrar para partidos políticos mais estruturados, aumentando suas chances de serem eleitos. Esse é o caso de Donald Trump nos Estados Unidos (NORRIS, 2017; GREENE, 2018).

4.1.2 Por que não o número de partidos efetivos?

O Número de Partes Efetivas (NEP), conforme projetado por Laakso e Taagepera (1979), tem sido usado como uma importante medida de volatilidade em um sistema partidário. Ele se concentra em uma dimensão dos partidos políticos: seu tamanho, sendo considerado como uma medida relativa de algum indicador político, como cadeiras conquistadas ou participação no gabinete. No entanto, existem diferentes conceitos e métodos para medir o tamanho dos partidos políticos¹²⁰.

Porém, ao focar apenas no tamanho dos partidos políticos, o índice ignora outra dimensão: sua relevância (HERZOG, 1987). Os partidos políticos de pequeno ou médio porte podem ter um político influente em suas fileiras, tornando difícil para os principais partidos ignorá-lo. Não apenas isso: em uma arena política altamente fragmentada ou polarizada, os partidos menores geralmente desempenham o papel de “basculantes de escala”. Para que o governo aprove sua agenda ou para que a oposição bloqueie os projetos de lei propostos pela coalizão governista, eles precisam reunir o máximo de apoio possível, muitas vezes precisando incluir partidos menores. Esse foi o caso do resultado das eleições gerais do Reino Unido de 2017: com apenas 10 membros do Parlamento, o Partido Democrático Unionista foi capaz de influenciar o governo conservador de Theresa May em questões relevantes.

A ascensão da política de identidade (FUKUYAMA, 2018) também deu origem a partidos políticos que passaram de irrelevantes para a formação do governo a uma forte opção

¹²⁰ A literatura não apresenta consenso sobre a tipologia dos partidos políticos (SPOON, 2011). Olhando especificamente para o Brasil, Nascimento et al. (2016) defendem que uma análise de cluster é a forma mais objetiva de conceituar partidos políticos.

para os eleitores. Esses partidos costumam ser populistas em sua forma de fazer política, independentemente de onde estejam no espectro esquerda-direita (IVALDI, LANZONE & WOODS, 2017). É o caso do Partido da Liberdade na Áustria e do Partido da Liberdade na Holanda. Um caso mais proeminente, porém, é o Movimento 5 Stelle (Movimento Cinco Estrelas, M5S)¹²¹, na Itália. Fundado apenas em 2009, o partido se tornou o maior partido individual no parlamento como resultado das eleições gerais de 2018. A Itália também é sede da Lega Nord (Liga do Norte), um partido político que nunca esteve entre os dois mais votados, mas se tornou a “terceira potência” nas eleições gerais de 2018 e formou um governo de curta duração junto com o Five Star Movimento. Matteo Salvini, líder da Lega Nord, e Luigi Di Maio, do M5S, dividiram o cargo de vice-primeiro-ministro por 15 meses. Mas ambos acumularam sua responsabilidade compartilhada com ministérios de alto nível. Nesse período, Salvini foi Ministro do Interior enquanto Di Maio era Ministro do Desenvolvimento Econômico.

4.1.3 Institucionalização partidária

A institucionalização dos partidos políticos também desempenha um papel significativo¹²². O número de partidos políticos tem um impacto negativo ainda maior se esses partidos não forem institucionalizados. O mecanismo é que, quando os partidos não estão institucionalizados, tendem a ser fracos e sua plataforma é mal articulada (BERNHARD et al., 2015). Assim, os partidos oferecem menos resistência a possíveis ataques à democracia.

A institucionalização partidária pode ser entendida como um ponto intermediário no desenvolvimento partidário (PANEBIANCO, 1988) ou como um requisito para sua sobrevivência (ROSE & MACKIE, 1988). Embora várias características tenham sido entendidas como necessárias para a institucionalização partidária - como adaptabilidade, complexidade, autonomia e coerência (DIX, 1992) -, a característica que mais chamou a atenção foi a ideia de durabilidade (HUNTINGTON, 1968; PANEBIANCO, 1988; ROSE & MACKIE, 1988; TAROUCO, 2010). A partir deste ponto de vista, “*institutionalization is a process by which organizations become stable and survive over time without major changes*” (BIZZARRO, HICKEN & SELF, 2017).

¹²¹ Para entender a ascensão do M5S e o comportamento eleitoral de seus eleitores, consulte Passarelli e Tuorto (2018).

¹²² A institucionalização dos partidos políticos é relevante não apenas para a sobrevivência da democracia, mas também para melhorar sua qualidade. Ver Rasmussen e Knusten (2019).

Mas esse foco na durabilidade dos partidos políticos pode negligenciar aspectos críticos da institucionalização partidária. Indo além da sobrevivência dos partidos, Bizzarro, Hicken e Self (2017) operacionalizam um conceito de institucionalização partidária que também inclui informações sobre: Se os partidos têm filiais locais permanentes; se as partes têm plataformas partidárias disponíveis publicamente que são distintas umas das outras; coesão dentro dos membros dos partidos; e ligação do partido aos seus constituintes. Essas características são relevantes para a sustentabilidade da democracia de diferentes maneiras. Se os partidos têm filiais locais permanentes e vínculos estreitos com seus constituintes, o caminho dos desejos dos eleitores aos atos dos legisladores é encurtado. Os representantes geralmente são bem informados sobre questões urgentes relevantes para seus constituintes.

Além disso, se as plataformas forem tornadas públicas e forem relativamente constantes em temas relevantes (economia política, políticas sociais, etc.), os cidadãos que têm uma opinião ideológica forte não terão incentivos para mudar abruptamente o seu comportamento eleitoral, reduzindo a volatilidade. A coesão partidária interna também pode atuar nesta lógica. Se os eleitores entenderem que seu partido favorito pode levar os legisladores a ter um comportamento semelhante em tópicos delicados, eles darão legitimidade ao partido.

Além disso, esses partidos de tipo ideal podem atuar como guardiões (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018), examinando candidatos a cargos importantes, como o chefe do executivo. Vistos como confiáveis pelos eleitores, esses partidos poderiam ter discricionariedade para reter candidatos populistas, por exemplo.

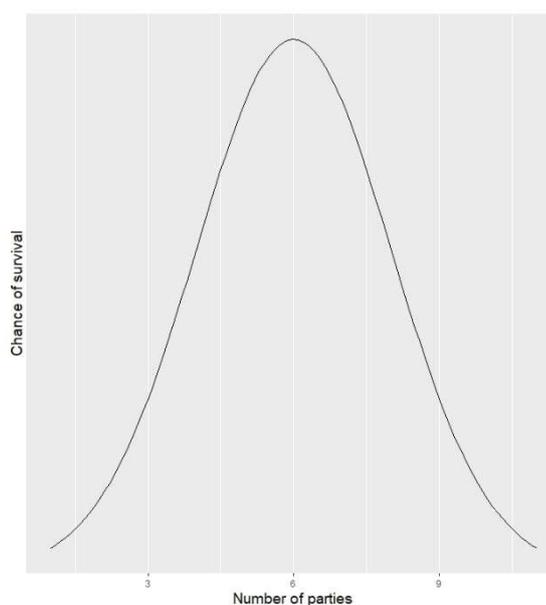
Neste capítulo, sigo a tradição de entender que não existe diferença significativa entre as democracias parlamentar e presidencialista no que diz respeito a como o sistema partidário influencia a relação executivo-legislativo (HOROWITZ, 1990; CHEIBUB, PRZEWORSKI & SAIEGH, 2002; CHEIBUB, 2007) e que a heterogeneidade dentro desses dois grupos torna impossível considerar que todas as democracias se comportam da mesma forma apenas porque estão inseridas no mesmo grupo (SIAROFF, 2003; CHEIBUB, ELKINS & GINSBUG, 2014). Também entendo que a linha que separa a eficácia dos sistemas bipartidários e multipartidários é relativamente tênue, dependendo de quantos partidos um sistema tem exatamente. Sistemas multipartidários podem funcionar (RAILE, PEREIRA & POWER, 2011), desde que a fragmentação não seja extensa.

Também trabalho com a ideia de institucionalização partidária elaborada por Bizzarro, Hickens and Self (2017). Embora a característica de sobrevivência da institucionalização seja extremamente importante, está longe de ser a única característica relevante da ordem

partidária. A maneira como se organizam externamente e mantêm um relacionamento com seus partidários, tornam públicas suas posições e também se organizam internamente são todos componentes cruciais da institucionalização partidária.

Então, reconsiderando a figura 48, espero um equilíbrio em seu ponto médio. Para torná-lo mais explícito, a figura 49 ilustra a relação esperada entre a chance de sobrevivência e o número de partidos.

Figura49 – Sobrevivência x n°de partidos¹²³



Fonte: autor.

Finalmente, uma vez que os possíveis resultados dos sistemas multipartidários e bipartidários são levados em consideração e como eles interagem com a institucionalização partidária, apresento formalmente as principais hipóteses:

H.1: Existe uma relação não linear em forma de sino entre o n° de partidos e a chance de sobrevivência democrática;

H.2: A relação em H.1 é moderada pela institucionalização de partidos políticos.

4.2 O CONSENSO ECONÔMICO: O QUE A LITERATURA NOS DIZ ATÉ AGORA?

¹²³ Os valores apresentados no gráfico são simulados pelo autor, apenas para ilustrar a forma da relação esperada entre as duas variáveis.

Todo o ciclo de um regime democrático - do processo de democratização aos mecanismos de sua sobrevivência - está fortemente ancorado no desempenho econômico dos países. Trabalhos empíricos mostram que a chance de uma democracia ser mantida é maior nos países ricos (PRZEWORSKI et al., 2000; SVOLIK, 2008).

Assim como na literatura sobre “transitologia” (LIPSET, 1959; PRZEWORSKI et al., 2000; BOIX, 2003; ACEMOGLU & ROBINSON, 2006), as variáveis econômicas desempenham papel de destaque na manutenção do regime (PRZEWORSKI & LIMONGI, 1997; PRZEWORSKI et al., 2000; SVOLIK, 2008). A ideia de que enquanto “a democracia é frágil nos países pobres, é inexpugnável nos países desenvolvidos” (PRZEWORSKI & LIMONGI, 1997, p. 166) é lugar-comum nesta literatura. Embora o argumento de que o desempenho econômico não ajuda na transição de regimes autoritários para regimes democráticos seja um tanto contestado (PRZEWORSKI et al., 2000; BOIX & STOKES, 2003; PERSSON & TABELLINI, 2009), o pilar econômico das democracias sustentáveis já foi estabelecido (PRZEWORSKI & LIMONGI, 1997; EPSTEIN et al., 2006; SVOLIK, 2008; PRZEWORSKI, 2019).

A história diz que em países mais desenvolvidos o conflito distributivo é menos problemático (LIPSET, 1960). A parcela da população pobre parece acreditar que pode promover sua agenda por meio de instituições democráticas e que um movimento para subjugar a democracia e impor sua vontade custaria muito mais caro do que eles estão dispostos a apoiar.

O impacto do desenvolvimento econômico, entretanto, pode ser revertido. Isso acontece quando o desenvolvimento econômico é acompanhado por um alto nível de desigualdade econômica. Essa combinação de bom desempenho econômico e privação faz com que os cidadãos percebam a desigualdade com mais clareza. O “excedente social” faz com que a sociedade considere a privação mais inaceitável e pode gerar demandas radicais por justiça redistributiva. Assim, a “distribuição socioeconômica regressiva” pode ameaçar a sobrevivência democrática (REENOCK, BERNHARD & SOBEK, 2007). Esses resultados estão de acordo com pesquisas anteriores sobre o impacto da desigualdade de renda na democracia. A expectativa de vida da democracia em países com desigualdade decrescente é de 84 anos. Para aqueles com desigualdade crescente, 22 anos (ALVAREZ et al., 1996).

4.3 DADOS E MÉTODOS

Segue-se a divisão feita nesta seção: (1) apresento os dados sobre democracia e sobre a variável dependente; (2) então as variáveis independentes e de controle; (3), e por fim, os modelos a serem utilizados e o intervalo de tempo.

4.3.1 Análise de sobrevivência

Em seu cerne, a principal preocupação da análise de sobrevivência é compreender os determinantes da ocorrência de um determinado evento; é o “*study of survival time and of the factors that influence them*” (MOORE, 2016, p. 1). Aqui, o evento de interesse é um revés institucional: O fracasso democrático. A variável dependente neste tipo de método estatístico é ligeiramente diferente das dos métodos mais convencionais. São necessários dois conjuntos de peças (GUO, 2010). A primeira é uma variável contínua que indica o tempo (aqui esta variável é medida em anos) e a segunda é uma variável binária que indica a presença do evento de interesse (aqui, 0 = país ainda democrático; 1 = país tornou-se ditatorial).

A análise de sobrevivência também pode lidar com dois tipos de dados incompletos: Censurados e truncados. Uma observação é considerada censurada quando os eventos iniciais ou finais não são observados com precisão (GUO, 2010; MOORE, 2016). O tipo mais recorrente de censura nos estudos de tempo até o evento é a censura certa. Isso ocorre quando uma observação sobreviveu ao período de tempo do estudo ($T > t^-$). A única informação que o pesquisador possui é que a observação sobreviveu um determinado período de tempo, mas não sabe quando e se a observação vivenciou o evento. Diz-se que uma observação é deixada censurada quando se sabe que o evento ocorreu antes de uma hora específica. Por fim, a censura intervalar representa um evento que ocorreu dentro de um intervalo, mas o pesquisador não sabe exatamente quando (KLEINBAUM & KLEIN, 2005).

O truncamento também pode ser categorizado como truncamento à esquerda ou à direita. Truncamento à esquerda é quando as observações não são necessariamente incluídas no início do estudo, mas são consideradas em algum momento posterior. Se em uma análise de sobrevivência democrática a partir de $t = 1$ um determinado país não for democrático, mas se tornar democrático em $t = 5$, ele será incluído nos dados a partir de $t = 5$. O truncamento à direita está fortemente relacionado ao projeto de pesquisa. Ser considerado truncado à direita significa que todas as observações nos dados sofreram a falha ao final do tempo de estudo (CARVALHO et al., 2011).

Para avaliar o impacto que as covariáveis têm no resultado, o método de regressão mais comum é o modelo semiparamétrico de Cox. Para duas variáveis constantes no tempo, pode ser escrito como:

$$\log h(t) = a(t) + b_1x_1 + b_2x_2$$

Uma deficiência do modelo de Cox é que ele não funciona com covariáveis variáveis no tempo. Em estudos de democracias, onde os índices econômicos estão sempre presentes, é quase impossível construir um modelo com covariáveis que não mudam com o tempo. No entanto, o modelo de Cox estendido permite covariáveis que variam no tempo. Um modelo com uma constante e outras variáveis explicativas variáveis no tempo, o modelo é:

$$\log h(t) = a(t) + b_1x_1 + b_2x_2(t)$$

Tanto o modelo de Cox padrão quanto o estendido são baseados na necessidade de cumprir a suposição de risco proporcional: O risco de sofrer a falha deve ser constante para todas as observações em todos os momentos. Isso possibilita estimar o efeito das variáveis independentes sem a necessidade de fazer qualquer tipo de suposição sobre a distribuição do tempo de sobrevivência (CARVALHO et al., 2011).

4.3.2 Análise de sobrevivência: modelo padrão e o *split-population duration model*

Svolik (2008) inaugurou o uso do modelo de duração de divisão da população nos estudos de sobrevivência democrática. Diferentemente do modelo de duração padrão, o modelo de população dividida aceita a possibilidade de que algumas observações nunca falharão. O uso deste desenho faz sentido quando existe uma heterogeneidade não observável entre as observações. No caso dos estudos democráticos, a heterogeneidade pode ser a diferença entre as democracias consolidadas (por exemplo, democracias que nunca irão falhar) e as democracias em transição (SVOLIK, 2008).

No entanto, se considerarmos que os sintomas da doença populista estão presentes nas democracias desenvolvidas, isso significa que esses países ainda podem experimentar um colapso institucional. Conforme apresentado por Przeworski et al. (1996), “consolidação” é um termo vazio. Se uma democracia pode estar doente, ela também pode eventualmente sofrer um revés.

Isso não quer dizer que espero que todas as democracias sejam igualmente propensas ao fracasso. Se um país é uma democracia há muito tempo - como os Estados Unidos e o Reino Unido -, a probabilidade de um retrocesso democrático deve ser menor do que em países com passado instável - como Argentina ou Venezuela. Então, para os estudos de sobrevivência democrática, acredito que o uso do modelo padrão de análise de sobrevivência representa uma escolha melhor¹²⁴.

4.3.3 A variável ‘democracia’

Os dados usados para a variável dependente vêm do projeto Varieties of Democracy (V-Dem). Algumas explicações são necessárias. V-Dem tem duas características importantes que o tornam atraente para pesquisadores empíricos da democracia: (1) Vai além da definição eleitoral minimalista de democracia, mas não em detrimento da viabilidade. Isso significa que a inclusão de características como a liberdade de expressão não complica demais a medição da democracia. A segunda (2) característica está diretamente relacionada ao uso de modelos de duração. Para usar uma variável de resultado binária, é necessário dicotomizar o índice V-Dem¹²⁵. No entanto, a maioria das medidas dicotômicas de democracia, como Przeworski et al. (2000), leva em consideração apenas a abordagem eleitoral schumpeteriana. Seguindo a classificação Regimes in the World (RIW) de Lührmann, Lindberg e Tannenberg (2017) - que quebra a medida V-Dem contínua em quatro categorias -, é possível ter variável binária que também considera “*freedom of association, suffrage, clean elections, an elected executive, and freedom of expression*” (LÜHRMANN, LINDBERG & TANNENBERG, 2017, p. 6)¹²⁶. Isso aproxima o conceito de democracia utilizado neste trabalho de Schumpeter (2008) e aproxima-se de Dahl (1971).

Após proceder da forma sugerida por Lührmann e seus co-autores (2017), e também restringir o tempo para conter os anos entre 1900 e 2018, acabo com 18.426 observações-ano-país. Esse número é composto por 13.696 autoritários e 4.730 países-anos democráticos.

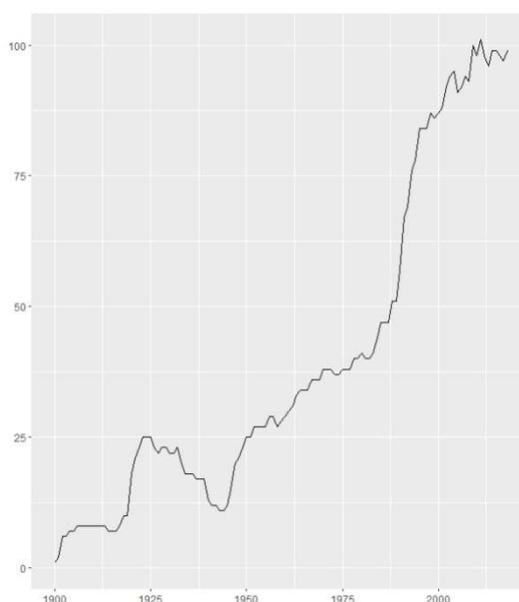
¹²⁴ Embora eu acredite que o modelo padrão de análise de sobrevivência seja preferível ao modelo de população de espeto, o apêndice 2 mostrará os resultados do modelo de duração de população dividida.

¹²⁵ Não espero que meu modelo sofra consideravelmente com a dicotomização de minha variável dependente. Conforme mostrado no primeiro capítulo, diferentes medidas de democracia não levam necessariamente a resultados diferentes significativos.

¹²⁶ Consulte o capítulo 1 para uma explicação passo a passo da categorização de Lührmann, Lindberg e Tannenberg (2017).

Esses números atestam o argumento de que as eleições são um fenômeno moderno (PRZEWORSKI, 2018). A Figura 50 mostra como todos aqueles anos-país democráticos estão distribuídos. O primeiro ano da análise (1900) foi o ano menos democrático, com apenas um país preenchendo todos os critérios para ser codificado como uma democracia: a Bélgica.

Figura50 – Contagem de anos democráticos



Fonte: autor, com dados do V-Dem.

O ano mais democrático para o mundo foi 2011, quando 101 países eram democráticos. Em 2009, 100 países eram democracias. Em 2014, 2015 e 2018, o mundo tinha 99 democracias existentes.

No entanto, a base de dados que será utilizada na análise empírica será menor. No conjunto de dados reduzido, 60 países / territórios foram cortados porque nunca experimentaram um período democrático entre 1900 e 2018. Eles são principalmente países ou territórios africanos (26), do Oriente Médio (15) e asiáticos (10). Cinco ex-repúblicas soviéticas também ficaram de fora. Nas Américas, os únicos dois representantes estão localizados no Caribe: Cuba e Haiti. Nenhum dos países atualmente existentes na Europa foi incluído na lista. O único representante da região é a antiga República Democrática Alemã (RDA). Todos os países omitidos são mostrados na tabela 14.

Tabela14 – Países deixados de fora

Ásia	África	Caribe	Europa	Oriente Médio	Ex-soviéticos
China	Argélia	Cuba	República	Afeganistão	Azerbaijão
Hong Kong	Angola	Haiti	Democrática	Bahrain	Cazaquistão
Camboja	Burundi		Alemã	Estados árabes	Tajiquistão
Laos	República			unidos	Turcomenistão
Birmânia /	Centro-Africana			Irã	Uzbequistão
Mianmar	Camarões			Iraque	
Malásia	República			Jordânia	
Coreia do Norte	Democrática do			Kuwait	
Cingapura	Congo			Omã	
República do	República do			Palestina /	
Vietname	Congo			Mandato	
Vietnã	Djibouti			Britânico	
	Egito			Palestina /	
	Eritreia			Cisjordânia	
	Etiópia			Palestina / Gaza	
	Gabão			Catar	
	Guiné			Arábia Saudita	
	Guiné Equatorial			Síria	
	Marrocos			Iêmen	
	Moçambique			Iêmen do Sul	
	Mauritânia				
	Ruanda				
	Sudão				
	Somália				
	Sudão do Sul				
	Suazilândia				
	Chade				
	Uganda				
	Zimbábue				
	Zanzibar				

Fonte: autor.

4.3.4 Número de Partidos e Institucionalização Partidária: a construção de dois modelos

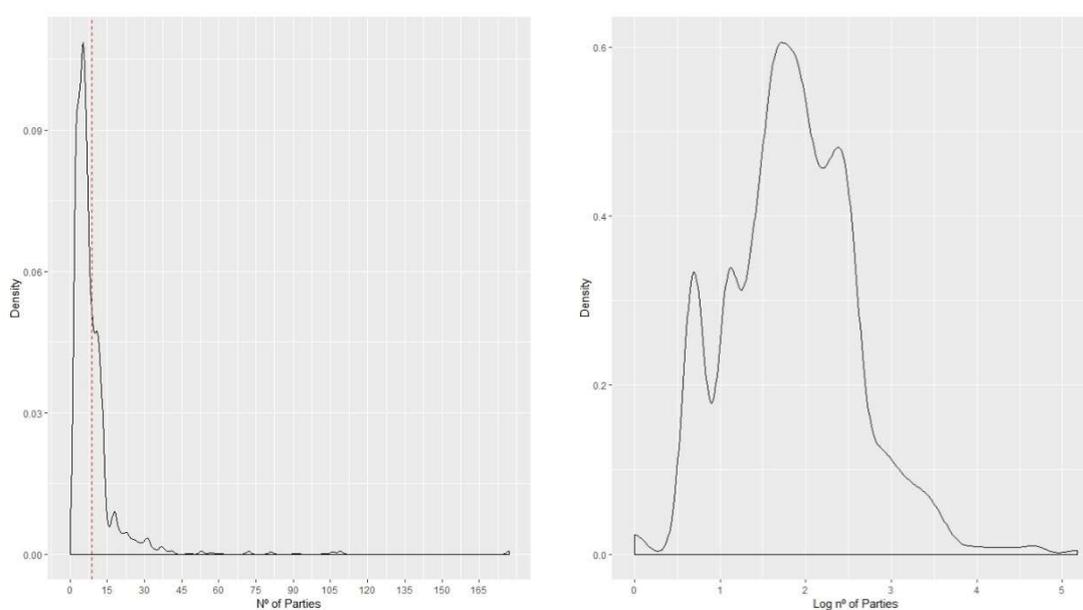
Para trabalhar especificamente com o número de partidos no Legislativo, o pesquisador precisa superar um grande retrocesso: a falta de dados disponíveis sobre o assunto. A combinação de número detalhado de festas e uma boa série temporal ainda não é uma realidade. Os pesquisadores devem escolher entre um dos dois.

Tentando superar essa falta, irei trabalhar com dois conjuntos de dados diferentes que fornecem perspectivas diferentes sobre o número de partidos políticos. Um deles é o *Political Institutions and Political Events* (PIPE), organizado por Przeworski et al. (2013). Este banco de dados possui uma longa série temporal (1900-2008), mas uma medida categórica. Com quatro grupos diferentes, as categorias são: sem legislatura (-1), nenhuma (0), se um partido (1), se houver dois ou mais (2). O grande problema dessa medida é que ela agrupa países tão

diversos quanto os Estados Unidos, que tem apenas dois grandes partidos políticos, e o Brasil, onde 30 partidos puderam eleger representantes nas eleições gerais de 2018¹²⁷.

Uma melhor avaliação é feita pelo *Database of Political Institutions* (DPI). Eles têm um conjunto de informações sobre os três partidos mais importantes (para o governo e a oposição), bem como o número do que chama de “outros partidos do governo” e “outros partidos da oposição”. Em geral, para saber quantos partidos existem em uma dada legislatura, é necessário fazer três cálculos: (1) “Número de outros partidos do governo” mais três; (2) “Número de outros partidos da oposição” mais três; (3) e a soma dos resultados anteriores¹²⁸. Embora esse conjunto de dados tenha mais informações sobre o número de partidos que um país possui, sua série temporal é mais curta, indo de 1975 a 2017. A Figura 51 mostra a densidade da variável. A linha vertical vermelha representa a média (8,73). Há uma alta concentração de anos-país entre zero e aproximadamente 15 partidos políticos.

Figura51 – Densidade do nº de partidos



Fonte: autor.

A imagem do lado direito da figura acima mostra que a densidade do número de partidos políticos é distorcida para a direita, lembrando a distribuição clássica de renda. A

¹²⁷<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>

¹²⁸ Esta é a fórmula geral. No entanto, o pesquisador precisa estar atento para o fato de que alguns países podem não ter três partidos importantes nem no governo nem na oposição antes de avançar com o montante.

imagem à esquerda é a densidade do logaritmo natural da variável. Parece estar mais perto de uma distribuição normal¹²⁹.

Vou rodar dois modelos diferentes, cada um com uma das variáveis mencionadas acima. Por causa de como o conjunto de dados do PIPE coloca regimes partidários muito diferentes no mesmo grupo, e por causa da consequente baixa variação na variável independente, espero que a diferença nos resultados seja discrepante.

Em relação à institucionalização de partidos políticos, usarei o Índice de Institucionalização do Partido, incluído no conjunto de dados V-Dem e introduzido por Bizzarro, Hicken e Self (2017). Eles se aprofundam em alguns atributos dos partidos políticos, tais como: “Nível e profundidade da organização, ligações com a sociedade civil, quadros de militantes partidários, simpatizantes partidários dentro do eleitorado, coerência das plataformas e ideologias partidárias, votação partidária entre os representantes dentro da legislatura”(V-Dem, 2019).

Para todo o período de 1900 a 2018, o nível mais baixo registrado de institucionalização partidária foi 0,003 para o Catar de 1970 a 2018. O nível mais alto foi o da Suécia, de 2002 a 2012. Durante este período, o país atingiu o maior valor possível: 1,0. O resumo é:

Tabela15 – Resumo da institucionalização do partido

Min.	1st Qu.	Median	Mean	3rd Qu.	Max.	NAs
0.003	0.305	0.553	0.539	0.782	1.000	4,704

Fonte: autor, com dados do V-Dem.

Como tanto a média quanto a mediana estão acima de 0,5, pode-se dizer que o mundo apresenta um nível médio de institucionalização partidária para o período. Os partidos políticos estão basicamente divididos em duas metades iguais. Os dados também têm 4.704 casos perdidos, deixando o conjunto de dados com 13.904 observações. No entanto, a maioria dos NAs pertence a países autoritários que foram excluídos do conjunto de dados final do modelo, diminuindo o número de NAs no banco de dados final.

¹²⁹ Decidi manter neste capítulo a análise com o número real de partidos políticos. Porém, tentando evitar resultados equivocados, o apêndice 1 mostra a análise com o logaritmo natural ao invés do número real de partidos políticos.

4.3.5 Controles econômicos e institucionais

Para controlar o desempenho econômico, utilizo dados do Maddison Project Database (MPD)¹³⁰ de 2018. De 1900 a 2016, a mediana do PIB per capita é de US \$ 4.056, enquanto a média é de US \$ 8.425. A Libéria sozinha corresponde ao PIB per capita mais baixo do “8º maior”. O pico mais baixo é em 1996, com US \$ 134. Por outro lado, o Catar domina os “19 primeiros”. O ano em que este país apresentou o maior PIB per capita foi 1974: US \$ 220.717. Todos os 45 primeiros lugares pertencem a ditaduras ricas em petróleo: Kuwait, Qatar e Emirados Árabes Unidos.

Ao trabalhar com países democráticos, outro país rico em petróleo ocupa as 12 primeiras posições: a Noruega. Em 2008, seu PIB per capita era de US \$ 81.923 - quase três vezes menor que o do Catar em 1974. O menor PIB per capita para um país democrático é de US \$ 669, no Níger, 2000.

Os modelos também controlarão o nível de presidencialismo. Seguindo a literatura, o tipo de chefe de governo é tratado como determinante relevante da sobrevivência democrática. A variável é contínua, variando de 0 a 1, e é fornecida pelo V-Dem.

Tabela16 – Resumo do Índice de Presidencialismo

Min.	1st Qu.	Median	Mean	3rd Qu.	Max.
0.0100	0.0560	0.1160	0.1657	0.2320	0.9440

Fonte: autor, com dados do V-Dem.

Quanto maior o valor, mais próximo o país está do presidencialismo. Como a mediana e a média estão mais próximas de 0 do que de 1, pode-se supor que a maioria dos países no conjunto de dados tem tipos parlamentares de governo. Observe que mesmo o terceiro trimestre está mais próximo dos sistemas parlamentar do que presidencial.

4.3.6 Resumo dos dados

¹³⁰ Para saber mais sobre o Maddison Project e sua abordagem na medição de contas nacionais históricas, consulte Bolt e van Zanden (2014). Para ver o debate sobre se as estimativas de Maddison estão corretas, consulte Deng e O'Brien (2017) e van Zanden e Ma (2017).

Em suma, vou conduzir um modelo de análise de sobrevivência, tendo a democracia como minha variável dependente. As variáveis dependentes, independentes e de controle, bem como suas fontes, são mostradas na tabela a seguir.

Tabela17 – Variáveis e fontes

Variável	Fonte
Democracia	V-Dem
Nº de partidos (categórico)	PIPE
Nº de partidos (contínuo)	DPI
Institucionalização partidária	V-Dem
PIB per capita	Maddison Project
Índice de presidencialismo	V-Dem

Fonte: author.

4.4 RESULTADOS

Depois de compilar o conjunto de dados, elaborei quatro modelos diferentes: Os dois primeiros têm como variável independente a medida contínua do DPI do número de partidos políticos e suas observações vão de 1975 a 2017. Os outros dois modelos têm a medida categórica do PIPE do número de partidos políticos e têm uma série temporal mais longa: de 1900 a 2008.

É importante notar que as colunas (2) e (4) das tabelas 4 e 5 representam o exponencial dos coeficientes. É por isso que não apresenta intervalo de confiança nem significância estatística. O exponencial dos coeficientes representa a razão de risco na análise de tempo para evento. Valores acima de 1 indicam maior risco; valores abaixo de 1 representam perigo decrescente. A Tabela 18 mostra os resultados para o modelo com a variável do DPI¹³¹.

¹³¹ A análise dos resíduos de Schoenfeld está disponível no apêndice 1.

Tabela18 – Sobrevivência de democracias (VI contínua)

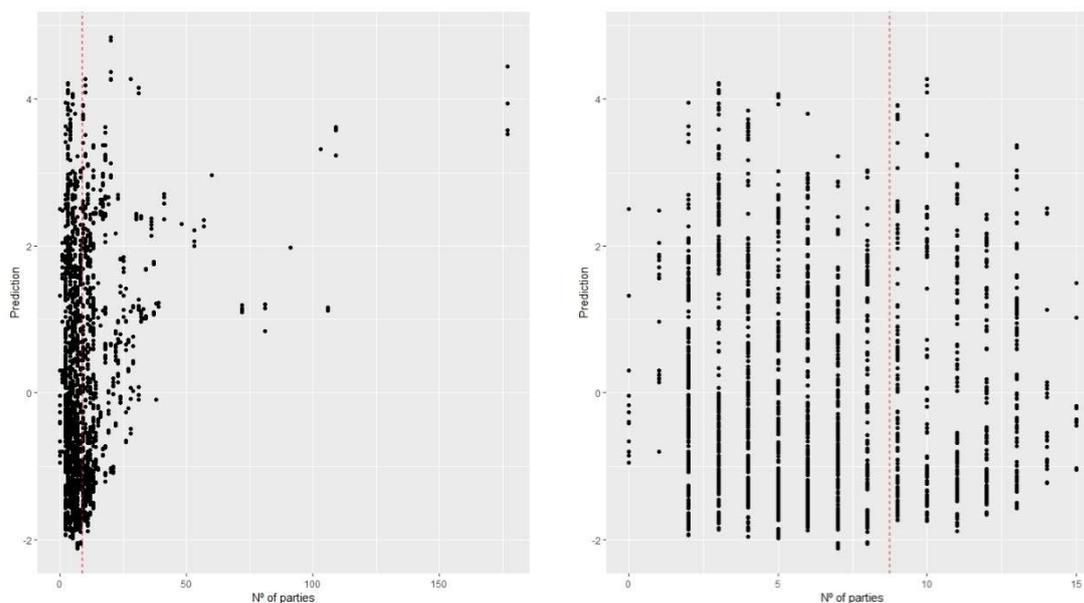
	Continuous explanatory variable			
	Coefficient (1)	Exp(Coef) (2)	Coefficient (3)	Exp(Coef) (4)
Nº of parties	0.010** (0.005)	1.010	-0.023 (0.017)	0.977
Party Institutionalization			-2.868*** (1.076)	0.057
Ln GDP per capita	-0.642*** (0.140)	0.526	-0.426** (0.166)	0.653
Presidentialism Index	4.840*** (0.695)	126.441	4.736*** (0.717)	113.956
Parties*Institutionalization			0.067** (0.029)	1.069
N	2,769	2,769	2,769	2,769
R ²	0.044	0.044	0.047	0.047
Log Likelihood	-196.228	-196.228	-192.238	-192.238
LR Test	124.581*** (df = 3)	124.581*** (df = 3)	132.563*** (df = 5)	132.563*** (df = 5)
Score (Logrank) Test	156.722*** (df = 3)	156.722*** (df = 3)	157.584*** (df = 5)	157.584*** (df = 5)

*p < .1; **p < .05; ***p < .01

Fonte: autor.

O modelo básico, mostrado na coluna (1), apresenta um resultado significativo na direção hipotetizada. Um maior número de partidos políticos com assentos no Congresso aumenta a probabilidade de colapso democrático. No entanto, o impacto não é tão importante: um aumento de um partido na legislatura representa um aumento de 1% na chance de fracasso democrático.

No que diz respeito à primeira hipótese - a relação em forma de sino entre a previsão de sobrevivência democrática e o número de partidos -, é possível visualizar que ela não se sustenta. Isso pode ajudar a explicar porque a variável não tem um efeito importante no modelo básico.

Figura52 – Partidos e sobrevivência

Fonte: autor.

A imagem do lado esquerdo na figura acima mostra o número de partidos e a previsão do colapso democrático. A linha vertical vermelha ainda representa a média dos partidos políticos no conjunto de dados. A figura à direita é um instantâneo de democracias com número específico de partidos políticos: 0 a 15. Este número representa os pontos agrupados vistos na primeira imagem. As previsões variam muito para democracias de países-anos com o mesmo número de partidos políticos.

Ainda no modelo básico, os coeficientes de ambas as variáveis de controle são estatisticamente significativos e na direção esperada. No modelo completo o sinal da variável independente muda, mas deixa de ser estatisticamente significativo. Como este modelo possui um termo interativo entre o número de partidos políticos e a institucionalização partidária, e o valor de ambas as variáveis não são centralizados, o efeito principal de uma dessas variáveis deve ser interpretado considerando que o valor da outra é 0 (WILLIAMS, 2015). Isso significa que o impacto do número de partidos políticos é de -0.023 quando o valor da institucionalização política é 0.

A institucionalização partidária mostra que o aumento de uma unidade representa uma redução de 94,3% no risco de retrocessos. Observando as variáveis de controle, um aumento de uma unidade no log do PIB per capita diminui a chance de colapso democrático em 34,7%. O risco é 114 vezes maior para cada aumento no Índice do Presidencialismo. Com relação ao

termo interativo, o efeito do número de partidos políticos é mais pronunciado entre os partidos fortemente institucionalizados.

Os resultados para o modelo com a variável explicativa categórica são apresentados na tabela 19. Conforme esperado em relação ao efeito da variável independente, há um contraste nítido entre os coeficientes dos partidos políticos nos dois modelos.

Table 19 – Sobrevivência de democracias (VI categórica)

	Categorical explanatory variable		Categorical explanatory variable	
	Coefficient (1)	Exp(Coef) (2)	Coefficient (3)	Exp(Coef) (4)
Nº of parties	-1.224*** (0.205)	0.294	0.070 (0.746)	1.072
Party Institutionalization			1.380 (2.257)	3.974
Ln GDP per capita	-0.623*** (0.171)	0.536	-0.426** (0.195)	0.653
Presidentialism Index	5.608*** (0.826)	272.528	5.252*** (0.853)	190.969
Parties*Institutionalization			-1.931* (1.133)	0.145
N	3,506	3,506	3,506	3,506
R ²	0.042	0.042	0.044	0.044
Log Likelihood	-157.265	-157.265	-153.768	-153.768
LR Test	151.686*** (df = 3)	151.686*** (df = 3)	158.681*** (df = 5)	158.681*** (df = 5)
Score (Logrank) Test	293.298*** (df = 3)	293.298*** (df = 3)	295.161*** (df = 5)	295.161*** (df = 5)

*p < .1; **p < .05; ***p < .01

Fonte: autor.

Embora eu espere que o risco de colapso democrático aumente à medida que o número de partidos políticos no legislativo aumenta, o valor no modelo básico (1) é negativo. Isso pode ser explicado pela forma como a variável é categorizada. Recordando: nenhuma

legislatura (-1), nenhuma (0), se um partido (1), se dois ou mais (2). É possível inferir que quase toda democracia se enquadra na categoria de “duas ou mais”. Nenhuma democracia pode funcionar com uma legislatura composta por apenas um país. Isso é típico de uma ditadura de partido único, como a China.

Isso significa que um país tão fragmentado como Holanda¹³² está no mesmo grupo de países tão coeso quanto o Canadá¹³³. Por isso, não é de se estranhar que o aumento da variável “número de partidos” diminua a chance de reversão institucional. Porém, no modelo completo (3), nem o efeito principal do número de partidos legislativos nem a institucionalização partidária são estatisticamente significativos. As variáveis de controle econômico e institucional, por outro lado, ainda são significativas e preservam a direção esperada. O risco de retrocesso democrático para as democracias que se inclinam mais para o presidencialismo é 190 vezes maior do que para as que estão mais próximas dos sistemas parlamentaristas.

4.5 QUALIDADE DA DEMOCRACIA

Procurando avançar no entendimento do impacto do número de partidos políticos sobre os regimes democráticos, elaborei um modelo linear tentando ver se a tendência se mantém ao olhar para a qualidade da democracia. A Tabela 20 resume os resultados.

¹³² Em janeiro de 2020, os seis maiores partidos tinham pelo menos 14 cadeiras. Juntos (118 assentos), eles não respondem por metade dos assentos legislativos (150). Informações retiradas de: https://www.houseofrepresentatives.nl/members_of_parliament/parliamentary_parties.

¹³³ Em janeiro de 2020, os dois principais partidos - Liberal e Conservador - detinham 278 assentos dos 338 (82%) disponíveis na Câmara dos Comuns canadense. Informações retiradas de: <https://www.ourcommons.ca/Members/en>.

Tabela20 – Modelo linear

	Countinuous dependent variable	
	(1)	(2)
Constant	0.567*** (0.015)	0.485*** (0.014)
Nº of parties	0.0003*** (0.0001)	0.001*** (0.0002)
Party Institutionalization		0.267*** (0.008)
Ln GDP per capita	0.028*** (0.002)	0.014*** (0.001)
Presidentialism Index	-0.756*** (0.006)	-0.633*** (0.006)
Parties*Institutionalization		-0.001** (0.0004)
N	6,004	5,612
R ²	0.806	0.848
Adjusted R ²	0.805	0.848
Residual Std. Error	0.129 (df = 6000)	0.112 (df = 5606)
F Statistic	8,285.920*** (df = 3; 6000)	6,244.919*** (df = 5; 5606)

*p < .1; **p < .05; ***p < .01

Fonte: autor.

O efeito dos partidos políticos sobre a democracia, tanto no modelo básico quanto no completo, é estatisticamente significativo. O sinal, entretanto, não está na direção esperada. Como a variável dependente varia de 0 a 1, sendo 1 uma democracia perfeita, pode-se esperar dos resultados que quanto maior o número de partidos políticos, melhor para a democracia. Mas, como já aconteceu nos modelos Cox estendidos, o impacto é pequeno. O aumento de um partido político apenas aumenta o nível de qualidade democrática em 0,001. As demais variáveis mantiveram sua significância estatística e a direção de seus sinais.

4.6 DEFICIÊNCIAS

A principal lacuna desta pesquisa é a quase inexistência de dados com boas séries temporais sobre o número de partidos políticos com assento no legislativo.¹³⁴ Essa dificuldade torna difícil para um pesquisador elaborar hipóteses e, posteriormente, testá-las. Um esforço nessa direção pode trazer benefícios não só para o próprio pesquisador, mas para a comunidade acadêmica como um todo.

Trabalhar com uma série temporal significativa também impõe um limite para o número de variáveis de controle. Como esta pesquisa lida exclusivamente com dados secundários, é difícil montar um conjunto de dados abrangente com variáveis de controle importantes. Nesse caso, importantes variáveis de controle deixadas de fora incluem: Desigualdade de renda; recessão econômica; institucionalização do sistema partidário; relevância da classe média; histórico de experiência autoritária; controles regionais; regimes vizinhos (teoria da disseminação); fragmentação social, como raça, idioma e religião (teoria do fracionamento); entre outros.

Um grande revés é a dificuldade em lidar com covariáveis que variam no tempo nos modelos de análise de sobrevivência, tanto estatisticamente quanto na programação. Embora não haja nenhuma dificuldade especial em elaborar o modelo de Cox estendido, há pouca literatura sobre como lidar com a interação neste tipo de modelos, bem como sobre como apresentar essas relações graficamente. Ao trabalhar com R, o mais perto que se pode chegar é por meio do pacote `simPH`. Oferece ajuda na interação gráfica entre covariáveis ou variáveis que variam no tempo. Mas não o termo de interação entre covariáveis que variam no tempo.

Outro possível retrocesso nesse tipo de estudo é que a reversão dos regimes democráticos não ocorre com força total como costumava ser no passado. As reversões agora são tratadas como uma erosão, onde um político democrático eleito dá pequenos passos na direção de um governo autoritário (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018; PRZEWORSKI, 2019). É o caso de Orbán na Hungria e Erdogan na Turquia. Grande parte da literatura sobre retrocesso democrático - ou subversão furtiva - ainda está focada em uma análise ex-post (LUO & PRZEWORSKI, 2019). Ferramentas metodológicas para lidar com a deterioração gradual das instituições democráticas ainda estão sendo desenvolvidas. A principal dificuldade é conceitual. Como ser capaz de identificar uma ação legal de um líder em exercício e determinar o quão maléfica ela será para a democracia no futuro?

¹³⁴ Em uma troca pessoal de e-mail, Adam Przeworski expressou sua crença de que tais dados não existem.

Por fim, a breve análise do impacto dos partidos políticos na qualidade das democracias apenas molhou o pé nas águas densas dessa área de pesquisa. É necessária uma análise muito mais robusta. Para estudar a qualidade da democracia, outras variáveis relevantes precisam ser levadas em consideração, especialmente aquelas relacionadas às instituições públicas. A corrupção, por exemplo, costuma ser tratada como um importante proxy da qualidade da democracia (DIAMOND & MORLINO, 2004; ROTHSTEIN, 2011).

4.7 CONCLUSÃO

Os partidos políticos têm um impacto muito marginal - se é que o têm - na sobrevivência dos regimes democráticos. Estão longe de ser determinantes não apenas na sobrevivência, mas também no colapso das democracias. Conforme já mencionado, a previsão de colapso democrático varia muito em todos os números de partidos políticos incluídos neste trabalho. Portanto, isso pode ser entendido muito claramente como uma não relação entre os dois.

Não só isso, mas o efeito da variável deixa de ser estatisticamente significativo quando se contabiliza a institucionalização dos partidos políticos. A institucionalização parece ser uma variável muito mais relevante para entender a dinâmica dos retrocessos institucionais nos países democráticos. Seu impacto é favorável à democracia em todos os modelos elaborados nesta pesquisa.

Ao olhar para as variáveis de controle, os resultados estão fortemente de acordo com a literatura. A riqueza funciona como um antibiótico na luta contra o risco de retrocesso democrático. Os sistemas presidencialistas, por outro lado, podem ser vistos como uma forte doença para as democracias, podendo aumentar as chances de colapso democrático em níveis alarmantes.

Essas descobertas não esgotam o estudo dos partidos políticos e sua relação com a sobrevivência e o fim das democracias. Como visto na última seção, muito ainda pode ser feito, tanto para melhorar a qualidade do presente trabalho quanto para orientar a hipótese de “número de partidos políticos” para o estudo de uma perspectiva mais matizada de retrocesso democrático, onde o ponto de não retorno determinante é menos claro.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve um objetivo importante: compreender a dinâmica da sobrevivência democrática. Para tanto, parti de uma análise de como a democracia deve ser tratada nas pesquisas empíricas. Apesar do debate em curso sobre como medir as democracias, o capítulo 1 mostrou que nenhuma grande diferença surge do uso de diferentes medidas de democracia. Correlações entre quatro medidas diferentes apontaram nessa direção. ACLP, Freedom House, Polity IV e Varieties of Democracy foram todos correlacionados. Não só isso: os modelos de inferência com essas diferentes medidas tiveram resultados muito semelhantes. Mesmo ao dicotomizar todas essas variáveis, seus resultados ainda foram muito próximos.

No capítulo 2, tentei apresentar o debate atual sobre a situação democrática no mundo. Um ponto de vista mais alarmista argumenta que o apoio à democracia entre a população está em declínio e isso pode levar ao ressurgimento de políticas populistas. Líderes usando os sentimentos de quem ficou para trás para promover mudanças relevantes na cultura, política e economia. Mas, como mostrou o capítulo 2, essa ascensão de um “novo populismo” poderia ser fomentada pelo fraco desempenho econômico da última década. O sentimento em relação ao regime democrático pode ser apenas um efeito colateral não intencional.

Se os líderes populistas podiam fazer mal à democracia, o que poderia realmente fazer bem ao regime? A hipótese apresentada no capítulo 3 argumentava que o número de partidos políticos com assentos no parlamento deveria ter um papel importante no estado dos regimes democráticos. Foi hipotetizado que a relação entre a chance democrática de sobrevivência e o número de partidos políticos deveria ter uma forma em forma de sino. Por um lado, ter muitos partidos pode levar à ineficiência. Por outro lado, um partido ou menos é um sinal claro de ditaduras. Essa hipótese foi moderada pela institucionalização dos partidos políticos. Essa institucionalização deve enfraquecer o efeito do número de partidos políticos. Mas os resultados não corroboraram minha hipótese. O efeito dos partidos políticos em um modelo básico - sem considerar a institucionalização - foi apenas moderado. No modelo completo, o efeito não foi significativo, por exemplo, o número de partidos políticos não desempenha nenhum papel real no perigo dos regimes democráticos. O efeito da institucionalização, no entanto, foi significativo. Ter partidos políticos institucionalizados é bom para a democracia.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Z. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. In: *Arquipélago*, 2ª série, vol. 6, p. 443-469. 2002.
- ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A., YARED, Pierre. Reevaluating the Modernization Hypothesis. In: *Journal of Money and Economics*, vol. 56, p. 1043-1058. 2009.
- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*. New York: Cambridge University Press. 2006.
- ACHEN, Christopher H. Measuring Representation: perils of correlation coefficient. In: *American Journal of Political Science*, vol. 21, nº 4, p. 805-815. 1977.
- ACHEN, Christopher H.; BARTELS, Larry M. *Democracy by Realists – why elections do not produce responsive government*. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2016.
- ADCOCK, Robert; COLLIER, David. Measurement Validity: A shared standard for qualitative and quantitative research. In: *American Political Science Review*, vol. 95, nº 3, p. 529-546. 2001.
- ALARCÓN, Benigno; ÁLVAREZ, Ángel E.; HIDALGO, Manuel. Can Democracy Win in Venezuela? In: *Journal of Democracy*, vol. 27, nº 2, p. 20-34. 2016.
- ALEXANDER, Amy C.; WELZEL, Christian. The Myth of Deconsolidation: rising liberalism and the populist reaction. In: *Journal of Democracy – Web Exchange*. 2017.
- ALLCOTT, Hunt; KESSLER, Judd B. The Welfare Effects of Nudges: a case study of energy use social comparison. *National Bureau of Economic Research Working Paper*, nº 21671. 2015.
- ALLISON, Paul D. *Event History Analysis – Regression for Longitudinal Event Data*. Newbury Park, CA: Sage Publications. 1984.
- ALTINDAG, Duha; MOCAN, Naci. Joblessness and Perception about the Effectiveness of Democracy. In: *Journal of Labor Research*, vol. 31, nº 2, p. 99-123. 2010.
- ALTMAN, David. Measuring the Potential of Direct Democracy Around the World (1900-2014). In: *V-Dem Working Paper*, Series 2015:17. 2015.
- ALVAREZ, Michael.; CHEIBUB, Jose Antonio; LIMONGI, Fernando; PRZEWORSKI, Adam. Classifying Political Regimes. In: *Studies in Comparative International Development*, vol. 31, nº 2, p. 3-36. 1996.
- AMES, Barry. *The Deadlock of Democracy in Brazil*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press. 2001.

- AMORIM NETO, Octavio; COX, Gary W. Electoral Institutions, Cleavage Structures, and the Number of Parties. In: *American Journal of Political Science*, vol. 41, nº 1, p. 149-174. 1997.
- ANDUIZA, Eva; GUINJOAN, Marc; RICO, Guillem. Populism, Participation, and Political Equality. In: *European Political Science Review*, vol. 11, nº 1, p. 109-124. 2019.
- ARAT, Zehra F. *Democracy and Human Rights in Developing Countries*. Colorado: Lynne Rienner. 1991.
- ARMINGEON, Klaus; GUTHMANN, Kai. Democracy in Crisis? The declining support for national democracy in European countries, 2007-2011. In: *European Journal of Political Research*, vol. 53, p. 423-442. 2014.
- ARORA, Satish K. Political Participation: Deprivation and protest. In: *Economic and Political Weekly*, vol. 6, nº 3/5, p. 341-350. 1971.
- ARZHEIMER, Kai; CARTER, Elisabeth. Political Opportunity Structures and Right-Wing Extremist Party Success. In: *European Journal of Political Research*, vol. 45, p. 419-433. 2006.
- BANDALOS, Deborah L. *Measurement and Theory for the Social Sciences*. New York: The Guilford Press. 2018.
- BARRO, Robert J. Democracy and Growth. In: *Journal of Economic Growth*, vol. 1, nº 1, p. 1-27. 1996.
- _____. Determinants of Democracy. In: *Journal of Political Economy*, vol. 107, nº S6, p. S158-S183. 1999.
- BARTELS, Larry M. *Unequal Democracy: the political economy of the new Gilded Age*. Princeton: Princeton University Press. 2008.
- BATISTA, Mariana. A Conexão Ministerial: governo de coalizão e viés partidário na alocação de emendas parlamentares ao orçamento (2004-2010). In: *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, nº 4, p. 3-16. 2015.
- BEGER, Andreas; HILL Jr., Daniel W.; METTERNICH, Nils W.; MINHAS, Shahryar; WARD, Michael D. Splitting It Up: The spduration split-population duration regression for time-varying covariates. In: *The R Journal*, vol. 9/2, p. 474-486. 2017.
- BELLIN, Eva. Reconsidering the Robustness of Authoritarianism in the Middle East. In: *Comparative Politics*, vol. 44, nº 2, p. 127-149. 2012.
- BELLUCCI, Paolo; MEMOLI, Vincenzo. The Determinants of Democracy Satisfaction in Europe. In: SANDERS, David; MAGALHÃES, Pedro; TÓKA, Gábor. *Citizens and the*

European Polity: mass attitudes towards the European and national polities. Oxford University Press. 2012.

BENARTZI, Shlomo; BESHEARS, John; MILKMAN, Katherine L.; SUSTEIN, Cass R.; THALER, Richard H.; SHANKAR, Maya; TUCKER-RAY, Will; CONGDON, William J.; GALING, Steven. Should Government Invest More in Nudging? In: *Psychology Science*, vol. 28, n° 8, p. 1041-1055. 2017.

BERNHARD, Michael; HICKEN, Allen; REENOCK, Christopher; LINDBERG, Staffan I. Institutional Subsystem and the Survival of Democracy: do political and civil society matter? In: *V-Dem Working Paper*, Series 2015:4. 2015.

BIZZARRO, Fernando; HICKEN, Allen; SELF, Darin. The V-Dem Party Institutionalization Index: a global indicator (1900-2015). In: *V-Dem Working Paper*, Series 2017:48. 2017.

BLAIS, André. What Affects Voter Turnout? In: *Annual Review of Political Science*, n° 9, p. 111-125. 2006.

BLAIS, André; RUBENSON, Daniel. The Source of Turnout Decline: New values or new context? In: *Comparative Political Studies*, vol. 46, n° 1, p. 95-117. 2013.

BOIX, Carles. *Democracy and Redistribution*. New York: Cambridge University Press. 2003.
 _____. *Democratic Capitalism at the Crossroads – Technological Change and the Future of Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2019.

BOIX, Carles; MILLER, Michael; ROSATO, Sebastian. A Complete Data Set of Political Regimes, 1800-2007. In: *Comparative Political Studies*, vol. 46, n° 12, p. 1523-1554. 2012.

BOIX, Carles; STOKES, Susan C. Endogenous Democratization. In: *World Politics*, vol. 55, n° 4, p. 517-549. 2003.

BOLLEN, Kenneth A. Issues in the Comparative Measurement of Political Democracy. In: *American Sociological Review*, vol. 45, n° 3, p. 370-390. 1980.

_____. Political Democracy: conceptual and measurement traps. In: *Studies in Comparative International Development*, vol. 25, n° 1, p. 7-24. 1990.

BOLT, Jutta; VAN ZANDEN, Jan Luiten. The Maddison Project: collaborative research on historical national accounts. In: *The Economic History Review*, vol. 67, n° 3, p. 627-651. 2014.

BOSLAUGH, Sarah. *Statistics in a Nutshell*. 2nd Ed. Sebastopol, CA: O'Reiley. 2012.

BRENNAN, Jason. *Against Democracy*. New Jersey: Princeton University Press. 2016.

BRINKS, Daniel; COPPEDGE, Michael. Diffusion Is No Illusion: neighbor emulation in the Third Wave of Democracy. In: *Comparative Political Studies*, vol. 49, n° 4, p. 463-489. 2006.

- BUGARIC, Bojan; GINSBURG, Tom. The Assault of Postcommunist Courts. In: *Journal of Democracy*, vol. 27, nº 3, p. 69-82. 2016.
- BUENO DE MESQUITA, Bruce; SMITH, Alastair; SIVERSON, Randolph M.; MORROW, James D. *The Logic of Political Survival*. Cambridge, MA: MIT Press. 2003.
- BUENO DE MESQUITA, Bruce; SMITH, Alastair. *The Dictator's Handbook – Why bad behavior is almost Always good politics*. New York, NY: Publicaffairs. 2011.
- BUTLER, David; KAVANAGH, Dennis. *The British General Election of 1987*. London, UK: Palgrave Macmillan. 1988.
- CAAMAÑO, José Rama; BÉRTOA, Fernando Casal. Are Anti-Political-Establishment Parties a Peril for European Democracy? A longitudinal study from 1950 till 2017. In: *Representation*. 2019.
- CARAZZA, Bruno. *Dinheiro, Eleições e Poder. As engrenagens do sistema político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.
- CARMINES, Edward R.; ZELLER, Richard A. *Reliability and Validity Assessment*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications. 1979.
- CARNES, Nicholas. *White-Collar Government: the hidden role of class in economic policy making*. Chicago, IL: The University of Chicago Press. 2013.
- _____. Why Are There So Few Working-Class People in Political Office? Evidence from state legislatures. In: *Politics, Groups, and Identities*, vol. 4, nº 1, p. 84-109. 2016.
- CARVALHO, Marília Sá; ANDREOZZI, Valeska Lima; CODEÇO, Claudia Torres; CAMPOS, Dayse Pereira; BARBOSA, Maria Tereza Serrano; SHIMAKURA, Silvia Emiko. *Análise de Sobrevivência – Teoria e aplicação em saúde*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz. 2011.
- CASPER, Gretchen; TUFIS, Claudiu. Correlation Versus Interchangeability: the limited robustness of empirical findings on democracy using highly correlated data sets. In: *Political Analysis*, vol. 11, nº 2, p. 196-203. 2003.
- CHAISTY, Paul; CHEESEMAN, Nic; POWER, Timothy. Rethinking the ‘Presidential Debate’: conceptualizing coalitional politics in cross-regional perspective. In: *Democratization*, vol. 21, nº 1, p. 72-94. 2014.
- CHAPMAN, Annabelle. *Pluralism under Attack: the assault on press freedom in Poland*. Freedom House Report. 2017. Available at: <https://freedomhouse.org/report/special-reports/assault-press-freedom-poland> (accessed in 05/22/2018).
- CHEIBUB, José Antonio. *Presidentialism, Parliamentarism and Democracy*. New York, NY: Cambridge University Press. 2007.

- CHEIBUB, José Antonio; ELKINS, Zachary; GINSBURG, Tom. Beyond Presidentialism and Parliamentarism. In: *British Journal of Political Science*, vol. 44, nº 3, p. 515-544. 2014.
- CHEIBUB, José Antonio; GANDHI, Jennifer; e VREELAND, James Raymond. Democracy and Dictatorship revisited. In: *Public Choice*, vol. 143, p. 67-101. 2010.
- CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. Democratic Institutions and Regime Survival: Parliamentary and Presidential Democracies Reconsidered. In: *Annual Review of Political Science*, vol. 5, p. 151-179. 2002.
- CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. From Conflict to Coordination: Perspectives on the study of executive-legislative relations. In: *RIEL – Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, vol. 1, nº 1, p. 38-53. 2010.
- CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian M. Governos de Coalizão nas Democracias Presidencialistas e Parlamentaristas. In: *DADOS*, vol. 45, nº 2, p. 187-218. 2002.
- CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian M. Government Coalition and Legislative Success Under Presidentialism and Parliamentarism. In: *British Journal of Political Science*, vol. 34, p. 565-587. 2004.
- CHRISTENSEN, Henrik Serup. All the Same? Examining the link between three kinds of political dissatisfaction and protest. In: *Comparative European Politics*, vol. 14, nº 6, p. 781-801. 2016.
- COHEN, Jacob. The Cost of Dichotomization. In: *Applied Psychological Measurement*, vol. 7, nº 3, p. 249-253. 1983.
- _____. *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences*. Hillsdale, NJ: Earlbaum. 1988.
- COLLIER, David; ADCOCK, Robert. Democracy and Dichotomies: a pragmatic approach to choices about concepts. In: *Annual Review of Political Science*, vol. 2, p. 537-565. 1999.
- COLLIER, David; LEVISTSKY, Steven. Democracy with Adjectives: conceptual innovation in comparative research. In: *World Politics*, vol. 49, nº 3, p. 430-451. 1997.
- COLLIER, Ruth Berins. *Paths Toward Democracy – The working class and elites in Western Europe and South America*. New York, NY: Cambridge University Press. 1999.
- COLOMER, Joseph M.; NEGRETTO, Gabriel L. Can Presidentialism Work Like Parliamentarism? In: *Government and Opposition*, vol. 40, nº 1, p. 60-89. 2005.
- COLOSIMO, Enrico Antônio; GIOLO, Suely Ruiz. *Análise de Sobrevivência Aplicada*. São Paulo, SP: Blucher. 2006.

COPPEDGE, Michael. Thickening Thin Concepts: issues in large-n data generation. In: MUNCK, Gerardo (ed.). *Regimes and Democracy in Latin America: theories and methods*. New York: Oxford University Press. 2007.

_____. *Democratization and Research Methods*. New York: Cambridge University Press. 2012.

_____. Eroding Regimes: what, where, and when? *V-Dem Working Paper*, Series 2017: 57. 2017.

COPPEDGE, Michael; ALVAREZ, Angel; MALDONADO, Claudia. Two Persistent Dimensions of Democracy: contestation and inclusiveness. In: *The Journal of Politics*, vol. 70, n° 3, p. 632-647. 2008.

COPPEDGE, Michal; GERRING, John. Conceptualizing and Measuring Democracy: a new approach. In: *Perspectives on Politics*, vol. 9, n° 2, p. 247-267. 2011.

COPPEDGE, Michael; GERRING, John; KNUSTEN, Carl Henrik; LINDBERG, Staffan I.; TEORELL, Jan; ALTMAN, David; BERNHARD, Michael; FISH, Steven; GLYNN, Adam; HICKEN, Allen; LÜHRMANN, Anna; MARQUARDT, Kyle L.; MCMANN, Kelly; PAXTON, Pamela; PEMSTEIN, Daniel; SEIM, Brigitte; SIGMAN, Rachel; SKAANING, Svend-Erik; STATON, Jeffrey; WILSON, Steven; CORNELL, Agnes; GASTALDI, Lisa; GJERLOW, Haakon; ILCHENKO, Nina; KRUSELL, Joshua; MAXWELL, Laura; MECHKOVA, Valeriya; MEDZIHORSKY, Juraj; PERNES, Josefina; VON RÖMER, Johannes; STEPANOVA, Natalia; SUNDSTRÖM, Aksel; TZELGOV, Eitan; WANG, Yi-ting; WIG, Tore; ZIBLATT, Daniel. V-Dem [Country-Year/Country-Data] Dataset v9. *Varieties of Democracy (V-Dem)*. 2019.

COPPEDGE, Michael; LINDBERG, Staffan; SKAANING, Svend-Erik; TEORELL, Jan. Measuring High Level Democratic Principles Using the V-Dem Data. In: *International Political Science Review*, vol. 37, n° 5, p. 580-593. 2016.

CORDERO, Guillermo; SIMÓN, Pablo. Economic Crisis and Support for Democracy in Europe. In: *West European Politics*. 2015.

CORNIA, Giovanni Andrea. Inequality Trends and their Determinants. In: *WIDER Working Paper*, n° 2012/09. 2012.

COSTABLE, Pamela; VALENZUELA, Arturo. *A Nation of Enemies: Chile under Pinochet*. New York, NY: W. W. Norton & Company. 1993

CRIBB, Jonathan; EMMERSON, Carl. What Happens When Employers Are Obligated to Nudge? Automatic enrolment and pension saving in the UK. In: *Institute for Fiscal Studies Working Paper*, W 16/19, 2016.

- DAHL, Robert A. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven, CT: Yale University Press. 1971.
- _____. *Democracy and its Critics*. New Haven, CT: Yale University Press. 1989.
- _____. *On Democracy*. New Haven, CT: Yale University Press. 1998.
- DAHLUM, Sirianne; KNUTSEN, Carl Henrik. Democracy by Demand? Reinvestigating the effect of self-expression values on political regime type. In: *British Journal of Political Science*, vol. 47, n° 2, p. 437-461. 2017.
- DANCEY, Christine P.; REIDY, John. *Statistics without Math to Psychology*. 5th ed. Essex, UK: Pearson. 2011.
- DAWSON, Neal V.; WEISS, Robert. Dichotomizing Continuous Variables in Statistical Analysis: a practice to avoid. In: *Medical Decision Making*, vol. 32, p. 225-226. 2012.
- DEACON, David; GOLDING, Peter. *Taxation and Representation: The media, political communication and the Poll Tax*. London, UK: John Liberty. 1994.
- DECOSTER, Jamie; ISELIN, Anne-Marie R.; GALLUCCI, Marcello. A Conceptual and Empirical Examination of Justifications for Dichotomization. In: *American Psychological Association*, vol. 14, n° 4, p. 349-366. 2009.
- DENG, Kent; O'BRIEN, Patrick. Why Maddison Was Wrong. The Great Divergence between Imperial China and the West. In: *World Economics*, vol. 18, n° 2, p. 21-41. 2017.
- DENNY, Kevin; DOYLE, Orla. Political Interest, Cognitive Ability and Personality: Determinants of Voter Turnout in Britain. In: *British Journal of Political Science*, vol. 38, n° 2, p. 291-310. 2008.
- DEUTSCH, Karl. Social Mobilization and Political Development. In: *The American Political Science Review*, vol. 55, n° 3, p. 493-514. 1961.
- DI PALMA, Giuseppe. *To Craft Democracies: an essay on democratic transitions*. Berkeley: University of California Press. 1990.
- DIAMOND, Larry. *Developing Democracy: toward consolidation*. Baltimore: John Hopkins University Press. 1999.
- _____. Facing Up to Democratic Recession. In: *Journal of Democracy*, vol. 26, n° 1, p. 141-155. 2015.
- _____. *Ill Winds: Saving Democracy from Russian Rage, Chinese Ambition, and American Complacency*. New York, NY: Penguin Press. 2019.
- DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. The Quality of Democracy: an overview. In: *Journal of Democracy*, vol. 15, n° 4, p. 20-31. 2004.

- DIX, Robert H. Democratization and the Institutionalization of Latin American Political Parties. In: *Comparative Political Studies*, vol. 24, n° 4, p. 488-511. 1992.
- DORNBUSH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian. Macroeconomic Populism in Latin America. In: *National Bureau of Economic Research* (n° w2986). 1989.
- DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy*. New York, NY: Harper and Row. 1957.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1970.
- ELKINS, Zachary. Gradations of Democracy? Empirical tests of alternative conceptualizations. In: *American Journal of Political Science*, vol. 44, n° 2, p. 293-300. 2000.
- ELSTER, Jon (ed.). *Deliberative Democracy*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1998.
- ENOS, Ryan D.; KAUFMAN, Aaron R.; SANDS, Melissa L. Can Violent Protest Change Local Policy Support? Evidence from the aftermath of the 1992 Los Angeles Riot. *American Political Science Review*, p. 1-17. 2019.
- EPSTEIN, David L.; BATES, Robert; GOLDSTONE, Jack; KRISTENSEN, Ida; O'HALLORAN, Sharyn. Democratic Transitions. In: *American Journal of Political Science*, vol. 50, n° 3, p. 551-569. 2006.
- ESEN, Berk; GUMUSCU, Sebnem. Turkey: How the Coup Failed? In: *Journal of Democracy*, vol. 28, n° 1, p. 59-73. 2017.
- EVERITT, B. S.; SKRONDAL, A. *The Cambridge Dictionary of Statistics*. 4th edition. New York: Cambridge University Press. 2010.
- FATKE, Matthias; FREITAG, Markus. Direct Democracy: Protest catalyst or protest alternative. In: *Political Behavior*, vol. 35, p. 237-260. 2013.
- FELD, Lars P.; MATSUSAKA, John G. Budget Referendums and Government Spending: Evidence from Swiss cantons. In: *CESifo Working Paper Series n° 323*. 2000.
- FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. Rule of Democracy and Rule of Law. In: MARAVALL, José María; PRZEWORSKI, Adam. *Democracy and the Rule of Law*. New York: Cambridge University Press. 2003.
- FISMAN, Ray; GOLDEN, Miriam A. *Corruption— what everyone needs to know*. New York: Oxford University Press. 2017.
- FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The Democratic Disconnect. In: *Journal of Democracy*, vol. 27, n° 3, p. 5-17. 2016.
- _____ ; _____. The Signs of Deconsolidation. In: *Journal of Democracy*, vol. 28, n° 1, p. 5-15. 2017a.

- _____ ; _____. The End of the Consolidation Paradigm: a response to our critics. In: *Journal of Democracy – Web Exchange*. 2017b.
- FOMINA, Joanna. The Unlikely Eurosceptics: the undercurrent anti-European attitudes among the young Poles and the role of the domestic context. In: *Polish Sociological Review*, vol. 198, p. 151-165. 2017.
- FOMINA, Joanna; KUCHARCZYK, Jacek. The Specter Haunting Europe: populism and protest in Poland. In: *Journal of Democracy*, vol. 27, n° 1, p. 58-68. 2016.
- FOMINAYA, Cristina Flesher. The Madrid Bombings and Popular Protest: Misinformation, counter-information, mobilization and elections after '11-M'. *Contemporary Social Science*, vol. 26, n° 3, p. 289-307. 2011.
- FORD, Robert; GOODWIN, Matthew. Britain after Brexit: a nation divided. In: *Journal of Democracy*, vol. 28, n° 1, p. 17-30. 2017.
- FRANTZ, Erica. *Authoritarianism: what everyone needs to know*. New York, NY: Oxford University Press. 2018.
- FUKUYAMA, Francis. *Identity: The demand for dignity and the politics of resentment*. New York, NY: Farrar, Straus and Giroux. 2018.
- _____. *The End of History and the Last Man*. New York, NY: Free Press. 1992.
- _____. *Political Order and Political Decay: from the industrial revolution to the globalization of democracy*. New York, NY: Farrar, Straus and Giroux. 2014.
- _____. Why Is Democracy Performing So Poorly? In: *Journal of Democracy*, vol. 26, n° 1, p. 11-20. 2015.
- GALLIE, Walter Bryce. Essentially Contested Concepts. In: *Proceedings of the Aristotelian Society*, vol. 56, p. 167-198. 1955.
- GALSTON, William A. The Populist Challenge to Liberal Democracy. In: *Journal of Democracy*, vol. 29, n° 2, p. 5-19. 2018.
- GANDHI, Jennifer. *Political Institutions under Dictatorship*. New York: Cambridge University Press. 2008.
- GANDHI, Jennifer; LUST-OKAR, Ellen. Elections under Authoritarianism. In: *Annual Review of Political Science*. Vol. 12, p. 403-422. 2009.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2015.
- GEDDES, Barbara; WRIGHT, Joseph; FRANTZ, Erica. *How Dictatorships Work*. New York: Cambridge University Press. 2018.
- GERRING, John. What Makes a Concept Good? A criterial framework to understanding concept formation in the Social Sciences. In: *Polity*, vol. 31, n° 3, p. 357-393. 1999.

- _____. *Social Science Methodology: A unified framework*. New York: Cambridge University Press. 2012.
- GILENS, Martin. *Affluence and Influence: economic inequality and political power in America*. Princeton: Princeton University Press. 2012.
- GRAHAM, Matthew; SVOLIK, Milan W. Democracy in America? Partisanship, polarization, and the robustness of support for democracy in the United States. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3354559>. 2019.
- GREENE, Jamal. Trump as a Constitutional Failure. In: *Indiana Law Journal*, vol. 93, n° 1, p. 93-109. 2018.
- GROFMAN, Bernard; OWEN, Guillermo; COLLET, Christian. Rethinking the Partisan Effects of Higher Turnout: So what's the question? In: *Public Choice*, vol. 99, p. 357-376. 1999.
- GROSE, Christian R.; MALHOTRA, Neil; VAN HOUWELING, Robert Parks. Explaining Explanation: how legislators explain their policy positions and how citizens react. In: *American Journal of Political Science*, vol. 59, n° 3, p. 724-743. 2015.
- GUNITSKY, Seva. Democratic Waves in Historical Perspective. In: *Perspectives on Politics*, vol. 16., n° 3, p. 634-651. 2018.
- GUO, Shenyang. *Survival Analysis*. New York, NY: Oxford University Press. 2010.
- GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. *Why Deliberative Democracy?* Princeton, NJ: Princeton University Press. 2004.
- HACKER, Jacob S.; PIERSON, Paul. *Winner-Take-All Politics: How Washington made the rich richer – and turned its back on the middle class*. New York: Simon & Schuster Paperbacks. 2010.
- HADENIUS, Axel. *Democracy and Development*. New York: Cambridge University Press. 1992.
- HADENIUS, Axel; TEORELL, Jan. Assessing Alternative Indices of Democracy. In: *Concepts & Methods Working Paper6*, IPSA. 2005.
- HADENIUS, Axel; TORELL, Jan. Cultural and Economic Prerequisites for Democracy: reassessing recent evidence. In: *Studies of Comparative International Development*, vol. 39, n° 4, p. 87-106. 2005.
- HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert R. *Dictators and Democrats: masses, elites and regime change*. New Jersey: Princeton University Press. 2016.
- HALPERN, David. *Inside the Nudge Unit: how small changes can make a big difference*. London, UK: Ebury Press. 2016.

- HANDELMAN, Howard. Labor-Industrial Conflict and the Challenge of Uruguayan Democracy. In: *Journal of International Studies and World Affairs*, vol. 23, n° 4, p. 371-394. 1981.
- HANSFORD, Thomas G.; GOMEZ, Brad T. Estimating the Electoral Effect of Voter Turnout. In: *American Political Science Review*, vol. 104, n° 2, p. 268-288. 2010.
- HAWKINS, Kirk A. Is Chávez Populist? Measuring Populist Discourse in Comparative Perspective. In: *Comparative Political Studies*, vol. 42, n° 8, p. 1040-1067. 2009.
- HAWKINS, Kirk A.; AGUILAR, Rosario; JENNE, Erin; KOCIJAN, Bojana; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal; CASTANHO SILVA, Bruno. *Global Populism Database: Populism Dataset for Leaders 1.0*. Available for download at populism.byu.edu. 2019.
- HEALY, Andrew; MALHOTRA, Neil. Retrospective Voting Reconsidered. In: *Annual Review of Political Science*, vol. 16, p. 285-306. 2013.
- HEATH, Oliver; GOODWIN, Matthew. The 2017 General Election, Brexit and the Return to Two-Party Politics: An aggregate-level analysis of the result. In: *The Political Quarterly*, vol. 88, n° 3, p. 345-358. 2017.
- HELD, David. *Models of Democracy*. Cambridge, UK: Polity Press. 2006.
- HERZOG, Hanna. Minor Parties: The Relevancy Perspective. In: *Comparative Politics*, vol. 19, n° 3, p. 317-329. 1987.
- HIBBING, John R.; THEISS-MORSE, Elizabeth. *Stealth Democracy: America's belief about how government should work*. New York: Cambridge University Press. 2004.
- HÖGSTRÖM, John. Does the Choice of Democracy Measure Matter? Comparisons between the two leading democracy indices, Freedom House and Polity IV. In: *Government and Opposition*, vol. 48, n° 2, p. 201-221. 2013.
- HOROWITZ, Donald L. Presidents vs. Parliaments: Comparing democratic systems. In: *Journal of Democracy*, vol. 1, n° 4, p. 73-79. 1990.
- HOULE, Christian; KENNY, Paul D. The Political and Economic Consequences of Populist Rule in Latin America. In: *Government and Opposition*, vol. 53, n° 2, p. 256-287. 2018.
- HUQ, Aziz; GINSBURG, Tom. How to Lose a Constitutional Democracy. In: *UCLA Law Review*. Available at: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=13666&context=journal_articles. 2018.
- HUNTINGTON, Samuel P. *Political Order in Changing Societies*. New Haven, CT: Yale University Press. 1968.

_____. Democracy's Third Wave. In: *Journal of Democracy*, vol. 2, n° 2, p. 12-34. 1991a.

_____. *The Third Wave: democratization in the late twentieth century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press. 1991b.

IMMERZEEL, Tim; PICKUP, Mark. Populist Radical Right Parties Mobilizing 'the People'? The role of populist radical right success in voter turnout. In: *Electoral Studies*, vol. 40, p. 347-360. 2015.

INGLEHART, Ronald F. How Much Should We Worry? In: *Journal of Democracy*, vol. 27, n° 3, p. 18-23. 2016.

INGLEHART, Ronald; HAERPFER, A.; MORENO, A.; WELZEL, C.; KIZILOVA, K.; DIEZ-MEDRANO, J.; LAGOS, M.; NORRIS, P.; PONARIN, E.; PURANEN, B. World Values Survey: round six – country-pooled. 2014.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. New York: Cambridge University Press. 2005.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Regional Economic Outlook. Western Hemisphere: seizing the momentum*. Washington, DC. 2018.

IRWIN, Julie R.; MCCLELLAND, Gary H. Negative Consequences of Dichotomizing Continuous Predictor Variables. In: *Journal of Marketing Research*, vol. 40, n° 3, p. 366-371. 2003.

IVALDI, Gilles; LANZONE, Maria Elisabetta; WOODS, Dwayne. Varieties of Populism across a Left-Right Spectrum: The case of the Front National, the Northern League, Podemos and Five Star Movement. In: *Swiss Political Science Review*, vol. 23, n° 4, p. 354-376. 2017.

IVERSEN, Torben; SOSKICE, David. *Democracy and Prosperity – Reinventing capitalism through a turbulent century*. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2019.

JAGERS, Jan; WALGRAVE, Stefaan. Populism as Political Communication Style: An empirical study of parties' discourses in Belgium. In: *European Journal of Political Research*, vol. 46, p. 319-345. 2007.

KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. *Fundamentos da Pesquisa em Ciência Política*. São Paulo, SP: Blucher. 2015.

KENDALL-TAYLOR, Andrea; FRANTZ, Erica. Mimicking Democracy to Prolong Autocracies. In: *The Washington Quarterly*. Winter 2015.

_____.; _____. How Democracies Fall Apart: Why populism is a pathway to autocracy. In: *Foreign Affairs*. Available at: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2016-12-05/how-democracies-fall-apart>. 2016.

KIM, HeeMin; POWELL Jr., Bingham; FORDING, Richard C. Electoral System, Party System, and Ideological Representation – An analysis of distortion in Western democracies. In: *Comparative Politics*, vol. 42, n° 2, p. 167-185. 2010.

KLEINBAUM, David G.; KLEIN, Mitchel. *Survival Analysis: a self-learning text*. New York: Springer. 2005.

KLEIS NIELSEN, Rasmus. Hegemony, Radical Democracy, Populism. In: *Distinktion: Scandinavian Journal of Social Theory*, vol. 7, n° 2, p. 77-97. 2006.

KORNAI, János. Hungary's U-Turn: retreating from democracy. In: *Journal of Democracy*, vol. 26, n° 3, p. 34-48. 2015.

KOTZIAN, Peter. Public Support for Liberal Democracy. In: *International Political Science Review*, vol. 32, n° 1, p. 23-41. 2010.

KRIESI, Hanspeter. Direct Democracy: The Swiss experience. In: GEISSEL, Brigitte; NEWTON, Kennet. *Evaluating Democratic Innovations. Curing the democratic malaise?* London, UK: Routledge. 2012.

KUSS, Oliver. The Danger of Dichotomizing Continuous Variables: a visualization. In: *Teaching Statistics*, vol. 35, vol. 2, p. 78-79. 2013.

KYLE, Jordan; MOUNK, Yascha. The Populist Harm to Democracy: An empirical assessment. Available at: <https://institute.global/insight/renewing-centre/populist-harm-democracy>. 2018.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. “Effective” Number of Parties – A measure with Application to West Europe. In: *Comparative Political Studies*, vol. 12, n° 1, p. 3-27. 1979.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a radical democratic politics*. 2nd ed. London, UK: Verso. 2014.

LAGOS, Marta. Between stability and crisis in Latin America. *Journal of Democracy*, vol. 12, n° 1, p. 137-145. 2001.

LEHOUCQ, Fabrice; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Breaking Out of the Coup Trap: Political competition and military coups in Latin America. In: *Comparative Political Studies*, vol. 47, n° 8, p. 1105-1129. 2014.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. Elections without Democracy: the rise of competitive authoritarianism. In: *Journal of Democracy*, vol. 13, n° 2, p. 51-65. 2002.

- LEVITSKY, Steven; WAY, Lucas. The Myth of Democratic Recession. In: *Journal of Democracy*, vol. 26, nº 1, p. 45-58. 2015.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How Democracies Die*. New York: Crown. 2018.
- LIJPHART, Arend. *Electoral Systems and Party Systems – A study of twenty-seven democracies, 1945-1990*. Oxford, UK: Oxford University Press. 1994.
- _____. *Patterns of Democracy – Government forms and performance in thirty-six countries*. New Haven, CT: Yale University Press. 1999.
- LINS, Rodrigo. O Que é Democracia? Uma visão exploratória na Ciência Política. In: *Revista Espaço Acadêmico*, vol. 17, nº 195, p. 9-22. 2017.
- LINZ, Juan J. *The Breakdown of Democratic Regime: Crisis, Breakdown, and Reequilibration*. Baltimore: John Hopkins University Press. 1978.
- _____. The Perils of Presidentialism. In: *Journal of Democracy*, vol. 1, nº 1, p. 51-69. 1990.
- LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred. *Problems of Democratic Transition and Consolidation – Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore, MD: The John Hopkins University Press. 1996.
- LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. New York: Macmillan Co. 1922.
- _____. *The Phantom Public*. New York: Macmillan Co. 1927.
- LIPSET, Seymour Martin. Some Social Requisites of Democracy. In: *The American Political Science Review*, vol. 53, nº 1, p. 69-105. 1959.
- _____. *Political Man: the social bases of politics*. New York: Anchor Books. 1960.
- LOU, Zhaotian; PRZEWORSKI, Adam. Subversion by Stealth: Dynamics of Democratic Backsliding. Working Paper, Department of Politics, New York University. 2019.
- LU, Xun; WHITE, Halbert. Robustness Checks and Robustness Tests in Applied Economics. In: *Journal of Econometrics*, vol. 178, p. 194-206. 2014.
- LÜHRMANN, Anna; LINDBERG, Staffan I.; TANNENBERG, Marcus. Regimes In the World (RIW): a robust regime type measure based on V-Dem. *V-Dem Working Paper*, Series 2017:47. 2017.
- LÜHRMANN, Anna; LINDBERG, Staffan I. A Third Wave of Autocratization is Here: What is new about it? In: *Democratization*, available at: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13510347.2019.1582029>. 2019.
- LUST, Ellen; WALDNER, David. Unwelcome Change: Understanding, evaluating, and extending theories of democratic backsliding. In: USAID, available at: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PBAAD635.pdf. 2015.

- MACCALLUM, Robert C.; ZHANG, Shaobo; PREACHER, Kristopher J.; RUCKER, Derek D. On the Practice of Dichotomization of Quantitative Variables. In: *Psychological Methods*, vol. 7, n° 1, p. 19-40. 2002.
- MAGALONI, Beatriz; KRICHELI, Ruth. Political Order and One-Party Rule. In: *Annual Review of Political Science*, vol. 13, p. 123-143. 2010.
- MAGNI, Gabriele. It's the emotions, Stupid! Anger about the economic crisis, low political efficacy, and support for populist parties. In: *Electoral Studies*, vol. 50, p. 91-102. 2017.
- MAINWARING, Scott. Presidentialism, Multipartyism, and Democracy: the difficult combination. In: *Comparative Political Studies*, vol. 26, n° 2, p. 198-229. 1993.
- MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Classifying Political Regimes in Latin America, 1945-1999. In: *Studies in Comparative Political Development*, vol. 36, n° 1, p. 37-65. 2001.
- MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Democracies and Dictatorships in Latin America: emergence, survival, and fall*. New York: Cambridge University Press. 2013.
- MAIR, Peter. *Ruling the Void: the hollowing of Western democracy*. London, UK: Verso. 2013.
- MAQUIAVEL, Nicolas. 1st edition 1532. São Paulo: Martins Fontes. 1996.
- MELO, Marcus André; PEREIRA, Carlos. *Making Brazil Work – checking the President in a multiparty system*. New York: Palgrave Macmillan. 2013.
- MILLER, Steven V. Economic Threats or Societal Turmoil? Understanding Preferences for Authoritarian Political Systems. In: *Political Behavior*, vol. 39, n° 2, p. 457-478. 2017.
- MONTECINO, Juan Antonio. Decreasing Inequality under Latin America's "Social Democrats" and "Populist" Governments: Is the difference real? In: *International Journal of Health Services*, vol. 42, n° 2, p. 257-275. 2012.
- MOORE, Dirk F. *Applied Survival Analysis Using R*. Springer International Publishing Switzerland. 2016.
- MOORE Jr., Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: lord and peasant in the making of the modern world*. Boston: Beacon Press. 1966.
- MOUNK, Yascha. *The People vs. Democracy – why our freedom is in danger & how to save it*. Cambridge, MA: Harvard University Press. 2018.
- MUDDE, Cas. The Populist Zeitgeist. In: *Government and Opposition*, vol. 39, n° 4, p. 541-563. 2004.
- _____. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press. 2007.

- _____. The Populist Radical Right: A pathological normalcy. In: *West European Politics*, vol. 33, n° 6, p. 1167-1186. 2010.
- MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. *Populism in Europe and the Americas: Threat or corrective for democracy?* New York: Cambridge University Press. 2012.
- MUNCK, Gerardo. *Measuring Democracy – a bridge between scholarship & politics*. Baltimore: The John Hopkins University Press. 2009.
- MUNGIU-PIPPIDI, Alina. Corruption: diagnosis and treatment. In: *Journal of Democracy*, vol. 17, n° 3, p. 86-99. 2006.
- NASCIMENTO, Willber; SILVA JR., José Alexandre; PARANHOS, Ranulfo; SILVA, Denisson; FIGUEIREDO FILHO, Dalsón Britto. Does Size Matter? Electoral performance of small parties in Brazil. In: *Brazilian Political Science Review*, vol. 10, n° 2, p. e0005 – 1/26. 2016.
- NEGRETTO, Gabriel. Replacing and Amending Constitutions: the logic of constitutional change in Latin America. In: *Law & Society Review*, vol. 46, n° 4, p. 5-34. 2012.
- NEUMAYER, Eric; PLÜMPER, Thomas. *Robustness Tests for Quantitative Research*. New York: Cambridge University Press. 2017.
- NOHLEN, Dieter. *Elections in the Americas: A data handbook, vol. 1: North America, Central America, and the Caribbean*. Oxford, UK: Oxford University Press. 2005.
- NORRIS, Pippa (ed.). *Critical Citizens – Global support for democratic government*. Oxford, UK: Oxford University Press. 1999.
- _____. *Electoral Engineering: Voting rules and political behavior*. New York: Cambridge University Press. 2004.
- _____. *Driving Democracy: do power-sharing institutions work?* New York: Cambridge University Press. 2008.
- _____. Is Western Democracy Backsliding? Diagnosing the Risks. In: HKS Faculty Research Working Paper Series RWP17-012. 2017.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural Backlash – Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. New York: Cambridge University Press. 2019.
- NORRIS, Pippa; WALGRAVE, Stefaan; VAN AELST, Peter. Who Demonstrates? Antistate Rebels, Conventional Participants, or Everyone? In: *Comparative Politics*, vol. 37, n° 2, p. 189-205. 2005.
- NORTH, Douglass. *Institutions*. In: *Journal of Economic Perspective*, vol. 5, n° 1, p. 97-112. 1997.

- OCAMPO, José Antonio. Commodity-Led Development in Latin America. In: *International Development Policy*, vol. 9, p. 51-76. 2017.
- O'DONNELL, Guillermo. Illusions about Consolidation. In: *Journal of Democracy*, vol. 7, n° 2, p. 34-51. 1996.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. *Transition from Authoritarian Rule: tentative conclusion about uncertain democracies*. The John Hopkins University Press. 1986.
- OGDEN, Charles Kay; RICHARDS, Ivor Armstrong. *The Meaning of Meaning*. New York: Harverst Book. 1923.
- OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. São Paulo: Edusp. [2011(1965)].
- OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.
- OTJES, Simon; LOUWERSE, Tom. Populists in Congress: Comparing Left-Wing and Right-Wing Populism in the Netherlands. In: *Political Studies*, vol. 63, p. 60-79. 2015.
- PANEBIANCO, Angelo. *Political Parties: organization and power*. New York, NY: Cambridge University Press. 1988.
- PASSARELLI, Gianluca; TUORTO, Dario. The Five Star Movement: Purely a matter of protest? The rise of a new party between political discontent and reasoned voting. In: *Party Politics*, vol. 24, n° 2, p. 129-140. 2018.
- PEREIRA, Carlos; MELO, Marcus André. The Surprising Success of Multiparty Presidentialism. In: *Journal of Democracy*, vol. 23, n° 3, p. 156-170. 2012.
- PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. A Democracia Conseguirá Sobreviver ao Século XXI? In: *Nueva Sociedad especial em português*, p. 60-71. 2017.
- _____. Democracia, Radicalización, y Agencia Política en America Latina. In: *Revista Debates*, vol. 10, n° 1, p. 11-30. 2016.
- _____. Impeachment or Backsliding? Threats do democracy in the twenty-first century. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, n° 98, p. 1-14. 2018.
- _____. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. New York: Cambridge University Press. 2007.
- PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. Democratic Capital: The nexus of political and economic change. In: *American Economic Journal: Macroeconomics*, vol. 1, n° 2, p. 88-126. 2009.
- PITKIN, Hanna. *The Concept of Representation*. Berkeley, CA: University of California Press. 1967.
- PLATO. *The Republic*. Dove Publication. 2000.

- POMPER, Gerald M. Toward a More Responsible Two-Party System? What, Again? In: *The Journal of Politics*, vol. 33, n° 4, p. 916-940. 1971.
- PROSSER, Christopher. The Strange Death of Multi-Party Britain: the UK general election of 2017. In: *West European Politics*, vol. 41, n° 5, p. 1226-1236. 2018.
- PRZEWORSKI, Adam. Conquered or Granted? A history of suffrage extensions. In: *British Journal of Political Science*, vol. 39, n° 2, p. 291-321. 2008.
- _____. Democracy: A Never-Ending Quest. In: *Annual Review of Political Science*, vol. 19, p. 1-12. 2017.
- _____. Minimalist Conception of Democracy: a defense. In: SHAPIRO, Ian; HACKER-CORDÓN, Casiano. *Democracy's Value*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.
- _____. Money, Politics, and Democracy. *Working Paper*: New York University. 2011.
- _____. *Crises of Democracy*. New York: Cambridge University Press. 2019.
- _____. Democracy as an Equilibrium. In: *Public Choice*, vol. 123, n° 253-273. 2005.
- _____. *Democracy and the Market: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. New York: Cambridge University Press. 1991.
- _____. *Why Bother with Elections?* Cambridge, UK: Polity. 2018.
- PRZEWORSKI, Adam.; ALVAREZ; Michael E.; CHEIBUB, Jose Antonio; LIMONGI, Fernando. *Democracy and Development: political institutions and well-being in the world, 1950-1990*. New York: Cambridge University Press. 2000.
- PRZEWORSKI, Adam.; ALVAREZ; Michael E.; CHEIBUB, Jose Antonio; LIMONGI, Fernando. What Makes Democracy Endure? In: *Journal of Democracy*, vol. 7, n° 1, p. 39-55. 1996.
- PRZEWORSKI, Adam; et al. *Political Institutions and Political Events (PIPE) Data Set*. Department of Politics, New York University. 2013.
- PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. Political Regimes and Economic Growth. In: *The Journal of Economic Perspective*, vol. 7, n° 3, p. 51-69. 1993.
- _____.; _____. Modernization: theories and facts. In: *World Politics*, vol. 49, n° 2, p. 155-183. 1997.
- PUDDINGTON, Arch. The Pushback Against Democracy. In: *Journal of Democracy*, vol. 19, n° 2, p. 125-137. 2007.
- PUTNAM, Robert D. *Making Democracy Work – Civic tradition in Modern Italy*. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1993.

_____. *Bowling Alone: The collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster. 2000.

RAILE, Eric D.; PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy J. The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime. In: *Political Research Quarterly*, vol. 64, n° 2, p. 323-334. 2011.

RAMA, José; SANTANA, Andrés. In the Name of the People: left populism versus right populism. In: *European Politics and Society*. 2019.

RASMUSSEN, Magnus B.; KNUSTEN, Carl Henrik. Party Institutionalization and Welfare State Development. In: *British Journal of Political Science*. doi:10.1017/S0007123419000498. 2019.

REENOCK, Christopher; BERNHARD, Michal; SOBEK, David. Regressive Socioeconomic Distribution and Democratic Survival. In: *International Studies Quarterly*, vol. 51, n° 3, p. 677-699. 2007.

RICE, Tom W.; SUMBERG, Alexander F. Civic Culture and Government Performance in the American States. In: *Publius: The Journal of Federalism*, vol. 27, n° 1, p. 99-114. 1997.

ROODUIJN, Matthijs. State of the Field: How to study populism and adjacent topics? A plea for both more and less focus. In: *European Journal of Political Research*, vol. 58, p. 362-372. 2019.

ROODUIJN, Matthijs; AKKERMAN, Tjitske. Flank Attacks: Populism and left-right radicalism in Western Europe. In: *Party Politics*, vol. 23, n° 3, p. 193-204. 2017.

ROODUIJN, Matthijs; PAUWELS, Teun. Measuring Populism: Comparing two methods of content analysis. In: *West European Politics*, vol. 34, n° 6, p. 1272-1283. 2011.

ROSE, Richard; MACKIE, Thomas. Do Parties Persist or Fail? The big trade-off facing organization. In: LAWSON, Kay; MERKL, Peter. *When Parties Fail*. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1988.

ROTHSTEIN, Bo. Corruption and Social Trust: why the fish rots from the head down. In: *Social Research*, vol. 80, n° 4, p. 1009-1032. 2013.

_____. *The Quality of Government: Corruption, social trust, and inequality in international perspective*. Chicago, IL: University of Chicago Press. 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *The Social Contract and the First and Second Discourses*. 1st edition 1762. Yale University Press. 2002.

ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. The Ambivalence of Populism: Threat and corrective for democracy. In: *Democratization*, vol. 19, n° 2, p. 184-208. 2012.

- ROYSTON, Patrick; ALTMAN, Douglas G.; SAUERBREI, Willi. Dichotomizing Continuous Predictors in Multiple Regression: a bad idea. In: *Statistics in Medicine*, vol. 25, p. 127-141. 2006.
- RUESCHEMEYER, Dietrich; STEPHENS, Evelyn Huber; STEPHENS, John D. *Capitalist Development and Democracy*. Chicago: The University of Chicago Press. 1992.
- RUSTOW, Dankwart A. Transitions to Democracy: toward a dynamic model. In: *Comparative Politics*, vol. 2, n° 3, p. 337-363. 1970.
- RUTH-LOVELL, Saskia P.; LÜHRMANN, Anna; GRAHN, Sandra. Democracy and Populism: Testing a contentious relationship. In: *V-Dem Working Paper*, Series 2019:91. 2019.
- SABETTI, Filippo. Democracy and Civic Culture. In: BOIX, Cales; STOKES, Susan C. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*, p. 340-362. 2007.
- SANCHÉZ PRADA, Fernando; MEDELLÍN, Nadin. *How Does Más Familia em Acción Work? Best practice in the implementation of Conditional Cash Transfer Programs in Latin America and the Caribbean*. Inter-American Development Bank. 2015.
- SARTORI, Giovanni. Concept Misformation in Comparative Politics. In: *American Political Science Review*, vol. 64, n° 4, p. 1033-1053. 1970.
- _____. *Comparative Constitutional Engineering: An inquiry into structures, incentives and outcomes*. MacMillan Press. 1994.
- _____. *The Theory of Democracy Revisited. Part One: The contemporary debate*. Chatham, NJ: Chatham House Publishers. 1987.
- _____. *Parties and Party Systems: A framework for analysis*. Colchester, UK: ECPR Press. 2005.
- SCHEDLER, Andreas. The Menu of Manipulation. In: *Journal of Democracy*, vol. 13, n° 2, p. 36-50. 2002.
- _____. Judgment and Measurement in Political Science. In: *Perspectives in Politics*, vol. 10, n° 1, p. 21-36. 2012.
- SCHMIDT, Peter; WITTE, Ann Dryden. Predicting Criminal Recidivism using ‘split population’ survival models. In: *Journal of Econometrics*, n° 40, 141-159. 1989.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Harper Perennial. 2008.
- SCHUSSMAN, Alan; SOULE, Sarah A. Process and Protest: Accounting for individual protest participation. In: *Social Forces*, vol. 84, n° 2, p. 1083-1108. 2005.

- SIAROFF, Alan. Comparative Presidencies: The inadequacy of the presidential, semi-presidential and parliamentary distinction. In: *European Journal of Political Research*, vol. 42, p. 287-312. 2003.
- SOLEDA, Catoggio Maria. The Last Military Dictatorship in Argentina (1976-1983): the mechanism of State terror. Available at: <https://www.sciencespo.fr/mass-violence-war-massacre-resistance/en/document/last-military-dictatorship-argentina-1976-1983-mechanism-state-terrorism>. 2010.
- SOLINGER, Dorothy J. Ending One-Party Dominance: Korea, Taiwan, Mexico. In: *Journal of Democracy*, vol. 12, n° 1, p. 30-42. 2001.
- SOLT, Frederick. Economic Inequality and Democratic Political Engagement. In: *American Journal of Political Science*, vol. 52, n° 1, p. 48-60. 2008.
- SPOON, Jae-Jae. *Political Survival of Small Parties in Europe*. Ann Arbor, MI: The University of Michigan Press. 2011.
- STEPAN, Alfred. Tunisia's Transition and the Twin Toleration. In: *Journal of Democracy*, vol. 23, n° 2, p. 89-103. 2012.
- _____. *The Military in Politics: changing patterns in Brazil*. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1971.
- STEPAN, Alfred; SKACH, Cindy. Constitutional Frameworks and Democratic Consolidation: Parliamentarism versus Presidentialism. In: *World Politics*, vol. 46, n° 1, p. 1-22. 1993.
- STOCKEMER, Daniel. What Affects Voter Turnout? A review article/meta-analysis of aggregate research. In: *Government and Opposition*, vol. 52, n° 4, p. 698-722. 2016.
- SVOLIK, Milan. Authoritarian Reversals and Democratic Consolidation. In: *American Political Science Review*, vol. 102, n° 2, p. 153-168. 2008.
- _____. *The Politics of Authoritarian Rule*. New York: Cambridge University Press. 2012.
- _____. Which Democracies Will Last: coups, incumbent takeovers, and dynamic of democratic consolidation. In: *British Journal of Political Science*, vol. 45, n° 4, p. 715-738. 2014. 2015.
- TAROUCO, Gabriela. Institucionalização Partidária no Brasil (1982-2006). In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 4, p. 169-186. 2010.
- TEORELL, Jan. *Determinants of Democracy: explaining regime change in the world, 1972-2006*. New York: Cambridge University Press. 2010.

- TEORELL, Jan; DAHLBERG, Stefan; HOLMBERG, Sören; ROTHSTEIN, Bo; PACHON ALVARADO, Natalia; SVENSSON, Richard. *The Quality of Government Dataset*, version Jan. 2019. University of Gothenburg: The Quality of Government Institute. 2019.
- THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. *Nudge: Improving Decisions about Health, Wealth, and Happiness*. Penguin Books. 2008.
- THODE, Henry C. *Testing for Normality*. New York: Marcel Dekker. 2002.
- THOMPSON, Dennis F. Deliberative Democratic Theory and Empirical Political Science. In: *Annual Review of Political Science*, vol. 11, p. 497-520. 2008.
- TILLY, Charles. *Democracy*. New York: Cambridge University Press. 2007.
- TREISMAN, Daniel. The Causes of Corruption: a cross-national study. In: *Journal of Public Economics*, vol. 76, p. 399-457. 2000.
- TUCKER, Harvey J.; VEDLITZ, Arnold; DENARDO, James. Does Heavy Turnout Help Democrats in Presidential Elections? In: *American Political Science Review*, vol. 80, n° 4, p. 1291-1304. 1986.
- VALENZUELA, Arturo. Latin America: Presidentialism in crisis. In: *Journal of Democracy*, vol. 4, n° 4, p. 3-16. 1993.
- VAN ZANDEN, Jan Luiten; MA, Debin. What Makes Maddison Right: Chinese Historic Economic Data. In: *World Economics*, vol. 18, n° 3, p. 203-204. 2017.
- VAN WALRAVEN, Carl; HART, Robert G. Leave 'em Alone – Why continuous variables should be analyzed as such. In: *Neuro-epidemiology*, vol. 30, p. 138-139. 2008.
- VANHANEN, Tatu. A New Dataset for Measuring Democracy, 1810-1998. In: *Journal of Peace Research*, vol. 37, p. 251-265. 2000.
- VATTER, Adrian. Legislative Party Fragmentation in the Swiss Cantons. A function of cleavages structures or electoral institutions? In: *Party Politics*, vol. 9, n° 4, p. 445-461. 2003.
- VOETEN, Erik. Are People Really Turning Away from Democracy? *Working Paper SSRN*. 2016. Available at: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2882878 (accessed in: 05/22/2018).
- WALDNER, David; LUST, Ellen. Unwelcome Change: Coming to terms with democratic backsliding. In: *Annual Review of Political Science*, vol. 21, p. 93-113. 2018.
- WATSON, Joel. *Strategy – An introduction to Game Theory*. 3rd ed. New York: W. W. Norton & Company. 2013.
- WEBER, Hannes. Demography and Democracy: the impact of youth cohort size on democratic stability in the world. In: *Democratization*, vol. 20, n° 2, p. 335-357. 2013.

- WELZEL, Christian. *Freedom Rising: human empowerment and the quest of emancipation*. New York: Cambridge University Press. 2013.
- WEYLAND, Kurt. Clarifying a Contested Concept: Populism in the study of Latin America Politics. In: *Comparative Politics*, vol. 34, n° 1, p. 1-22. 2001.
- _____. Latin American Populism. In: *Third World Quarterly*, vol. 24, n° 6, p. 1095-1115. 2003.
- _____. Populism: A Political-Strategic Approach. In: ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal; TAGGART, Paul; OCHOA ESPEJO, Paulina; OSTIGUY, Pierre. *The Oxford Handbook of Populism*. 2017.
- WILLIAMS, Richard. Interaction Effects between Continuous Variables (optional). Available at: <https://www3.nd.edu/~rwilliam/stats2/155.pdf>. 2015.
- ZELLER, Richard A.; CARMINES, Edward G. *Measurement in the Social Sciences: the link between theory and data*. New York: Cambridge University Press. 1980.

APÊNDICE 1 – RELATÓRIO ESTATÍSTICO COMPLETO

--

Informação complementar sobre os modelos

--

Rodrigo Lins

February 2020

--

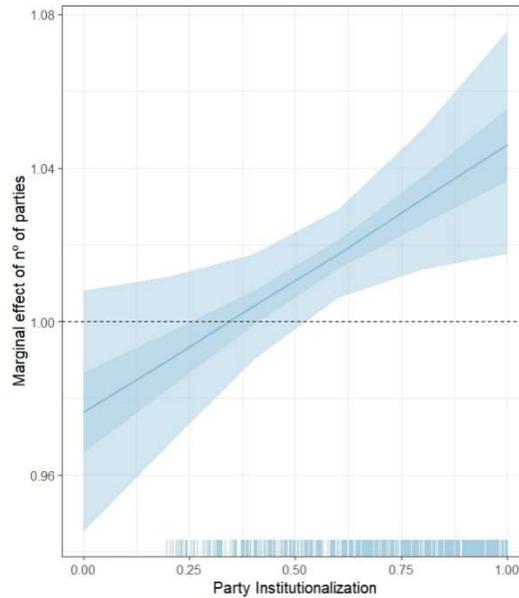
Este apêndice está dividido em quatro seções. Primeiro, mostro o gráfico para o termo de interação do modelo contínuo no capítulo três. O segundo mostra os resultados de uma correlação de Spearman e os testes de Hausman da regressão logística no capítulo 1. O terceiro mostra a análise estatística dos resíduos de Schoenfeld para as regressões de Cox estendidas. Esta terceira seção é dividida da seguinte forma: primeiro, os resíduos do modelo básico com variável independente contínua; Em segundo lugar, os resíduos do modelo completo para a variável independente contínua. Terceiro, os resíduos do modelo básico com variável independente categórica e; Quarto, os resíduos do modelo completo com variável independente categórica.

A quarta seção mostra uma análise completa do modelo com o logaritmo natural do número de partidos políticos. Apresenta as regressões de Cox estendidas (básicas e completas) e sua análise de resíduos de Schoenfeld. Tentando ser menos redutor, explicarei a maneira de interpretar os resíduos do primeiro modelo. Os outros resíduos podem ser interpretados seguindo as mesmas regras.

a) INTERAÇÃO: Nº DE PARTIDOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA

A Figura 53 mostra o efeito marginal do aumento de uma unidade no número de partidos políticos, dados os diferentes valores de institucionalização partidária.

Figura53 – Interação



Fonte: autor.

Uma vez que os partidos políticos se tornam mais institucionalizados (em torno de 0,30), o efeito marginal dos partidos políticos passa de negativo para positivo, por exemplo, os partidos políticos começam a ser ruins para as democracias.

b) CORRELAÇÃO DE SPEARMAN E TESTES DE HAUSMAN

Tabela21 – Correlação de Spearman

	ACLP	Freedom House	Polity IV	V-Dem
ACLP	1			
Freedom House	-0.753	1		
Polity IV	0.811	-0.828	1	
V-Dem	0.794	-0.837	0.911	1

Fonte: autor.

Análise – part1

-

Teste de Hausman (ACLP)

hausman fe

chisq = 27.92, df = 3, p-value = 0.000

alternative hypothesis: one model is inconsistent

Teste de Hausman (Polity IV)

data: polity2 ~ gdp_pc + urb_pop + tensys

chisq = 203.3, df = 3, p-value = 0.000

alternative hypothesis: one model is inconsistent

Teste de Hausman (V-Dem)

data: vdem ~ gdp_pc + urb_pop + tensys

chisq = 72.802, df = 3, p-value = 0.000

Alternative hypothesis: one model is inconsistent

-

Model – part2

logit

-

Tabela22 – Teste de Hausman (FH, logit)

---- Coefficients ----				
	(b)	(B)	(b-B)	sqrt(diag(V_b-V_B))
	fe	re	Difference	S.E.
gdp_pc	.0004423	.0003052	.0001371	.0000446
urb_pop	.0756989	.0792225	-.0035236	.0091707
tensys	-.0616784	-.0305245	-.0311539	.0086881

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtlogit

B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtlogit

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

$$\text{chi2}(3) = (b-B)'[(V_b-V_B)^{-1}](b-B)$$

$$= 17.07$$

$$\text{Prob}>\text{chi2} = 0.0007$$

Tabela23 – Teste de Hausman (Polity IV, logit)

	---- Coefficients ----			
	(b)	(B)	(b-B)	sqrt(diag(V_b-V_B))
	fe	re	Difference	S.E.
gdp_pc	.0005007	.0002694	.0002313	.0000794
urb_pop	.2196234	.2116153	.0080081	.0101225
tensys	-.0348607	-.0197491	-.0151117	.0039297

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtlogit
 B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtlogit

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

$$\begin{aligned} \text{chi2}(3) &= (b-B)'[(V_b-V_B)^{-1}](b-B) \\ &= 19.45 \\ \text{Prob}>\text{chi2} &= 0.0002 \end{aligned}$$

Tabela24 – Teste de Hausman (V-Dem, logit)

	---- Coefficients ----			
	(b)	(B)	(b-B)	sqrt(diag(V_b-V_B))
	fe	re	Difference	S.E.
gdp_pc	.0001471	.0001261	.000021	.0000619
urb_pop	.4014153	.3900518	.0113635	.0171033
tensys	-.0005249	-.0002287	-.0002963	.

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtlogit
 B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtlogit

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

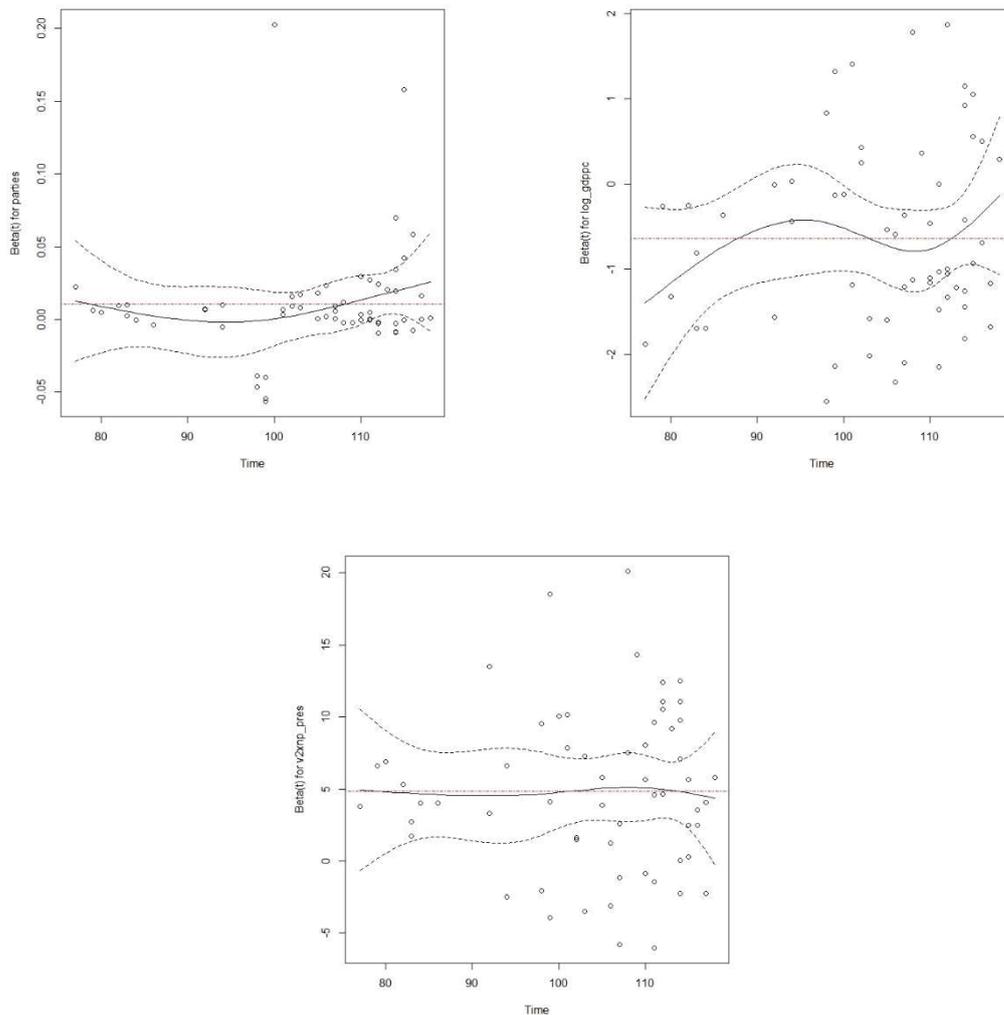
$$\begin{aligned} \text{chi2}(3) &= (b-B)'[(V_b-V_B)^{-1}](b-B) \\ &= 0.88 \\ \text{Prob}>\text{chi2} &= 0.8294 \\ &(\text{V}_b\text{-V}_B \text{ is not positive definite}) \end{aligned}$$

c) RESÍDUOS DE SCHOENFELD

Uma suposição muito importante dos modelos de Cox é a proporcionalidade do perigo. Isto é: O perigo para uma dada observação deve ser o mesmo para todos os períodos dentro do escopo da pesquisa. O mais simples de analisar isso é fazer uma correlação entre os parâmetros e o tempo. Se a correlação não for significativa, pode-se afirmar que os coeficientes não são dependentes do tempo. Essa correlação para o modelo básico com a variável independente contínua pode ser vista na tabela 25.

A proporcionalidade também pode ser vista visualmente, conforme figura 54. A linha tracejada vermelha representa o coeficiente das variáveis independentes e de controle. Se se encaixa no intervalo de confiança; e se a linha suavizada também está dentro do I.C. intervalo, é possível atestar que a premissa foi respeitada.

**Figura54 – Resíduos de Schoenfeld para variável contínua
(Modelo multivariado)**



Fonte: autor.

A figura mostra que todos os parâmetros estão dentro do intervalo de confiança. Eles são todos constantes, confirmando a suposição de risco proporcional.

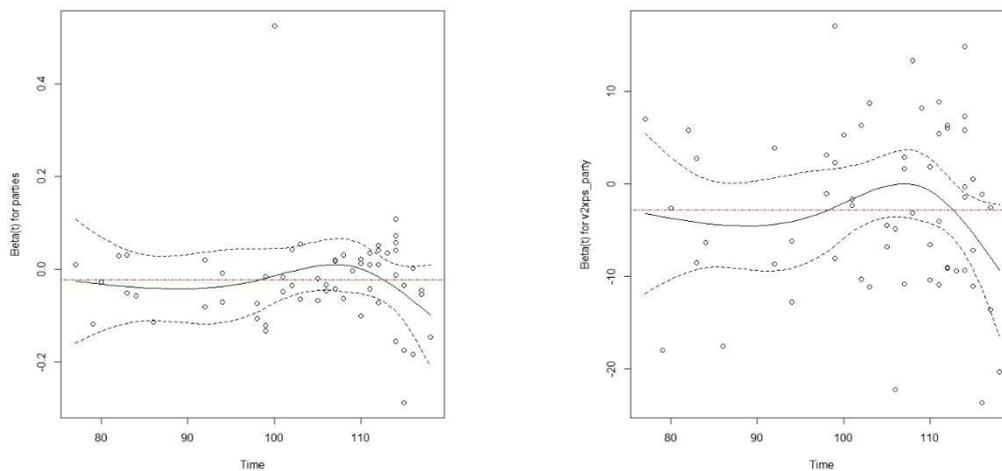
Table 25 – Correlação (básica – VI contínua)

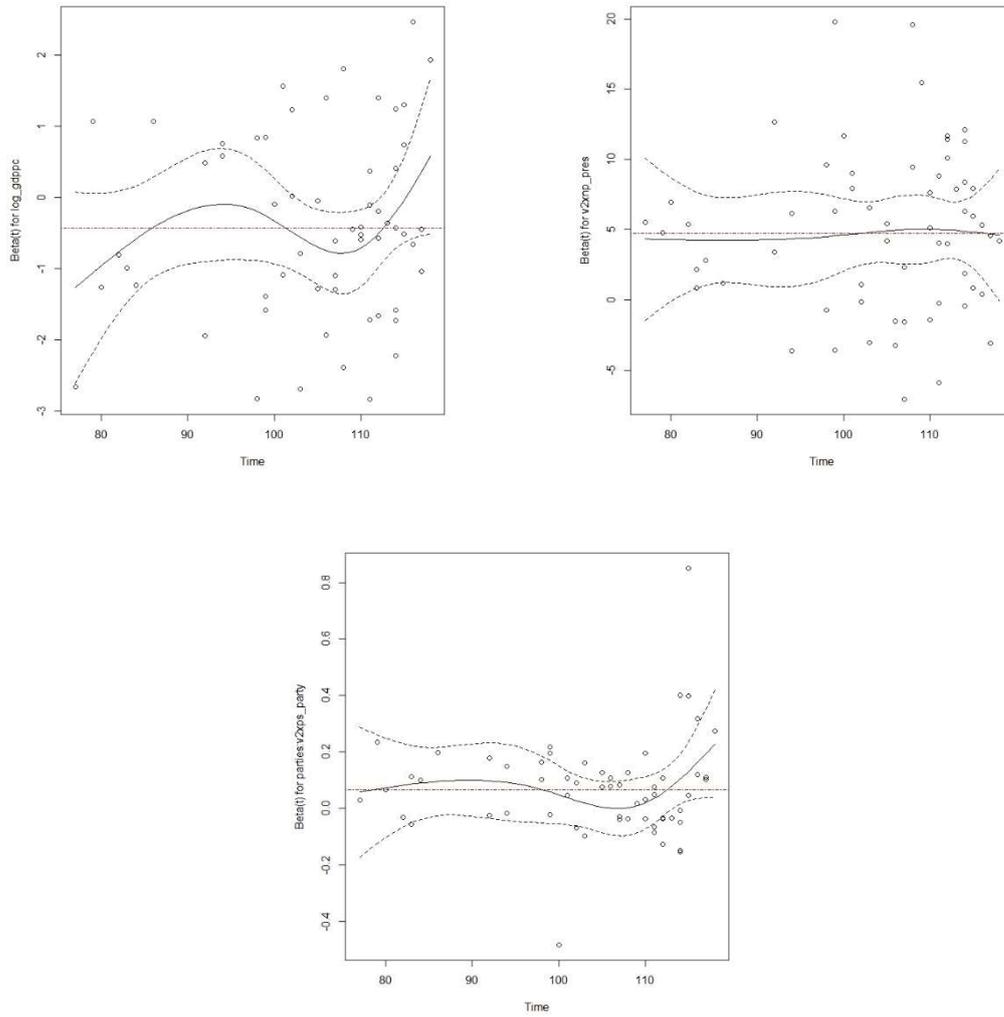
	rho	chisq	p
parties	0.14638	1.1908	0.275
log_gdppc	0.12685	0.9452	0.331
v2xnp_pres	0.00715	0.0033	0.954
Global	NA	2.3052	0.512

Fonte: autor.

Como é possível ver pelos valores de p, nenhuma das covariáveis é dependente do tempo. Nenhuma das correlações pareadas foi estatisticamente significativa. Em outras palavras: O pressuposto de proporcionalidade foi observado, representando a qualidade do ajuste do modelo elaborado. As mesmas regras são aplicáveis às outras análises de resíduos neste apêndice.

**Figura55 – Resíduos de Schoenfeld para variável contínua
(Modelo completo)**





Fonte: autor.

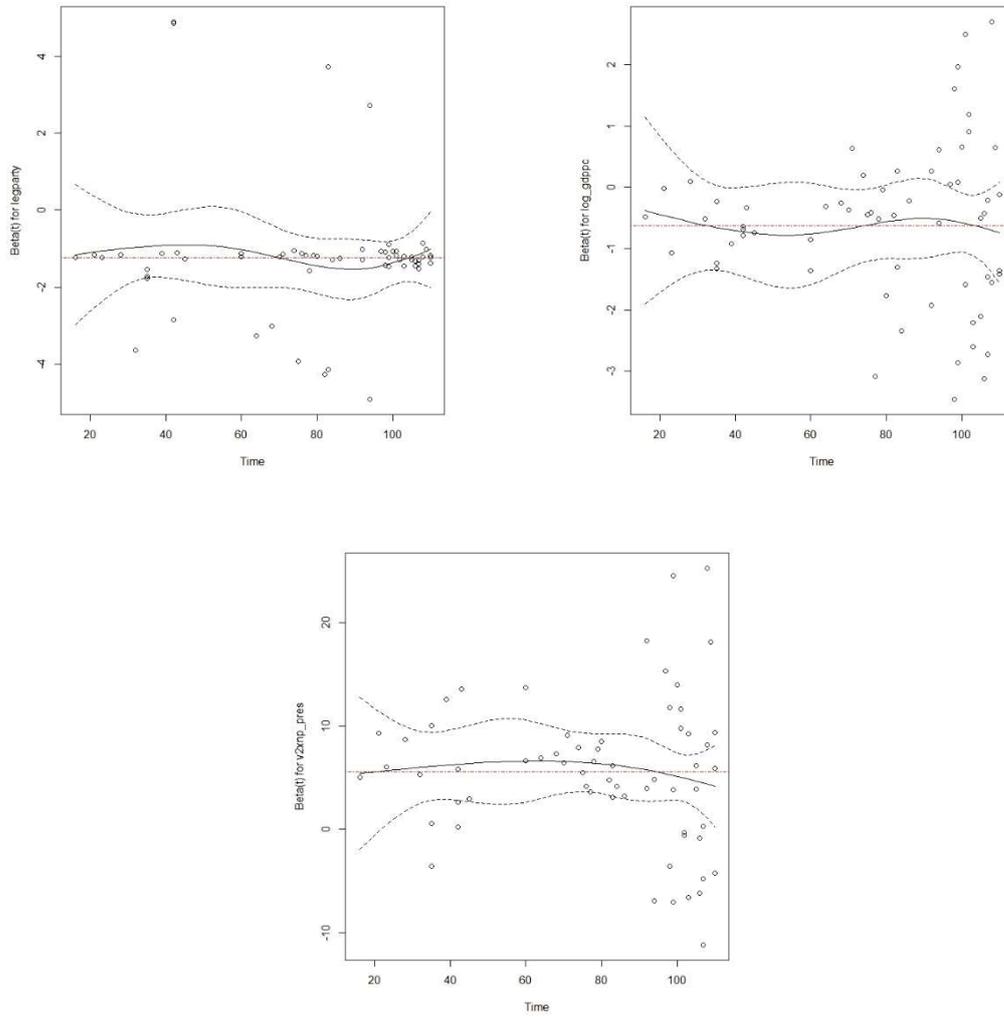
Tabela26 – Correlação (completo – VI contínua)

	rho	chisq	P
parties	-0.0204	0.0155	0.901
v2xps_party	-0.0145	0.0146	0.904
log_gdppc	0.1255	0.9436	0.331
v2xnp_pres	0.0397	0.0992	0.753
parties:v2xps_party	0.0503	0.0937	0.760
Global	NA	1.6145	0.899

Fonte: autor.

Figura56 – Resíduos de Schoenfeld para variável categórica

(Modelo multivariado)



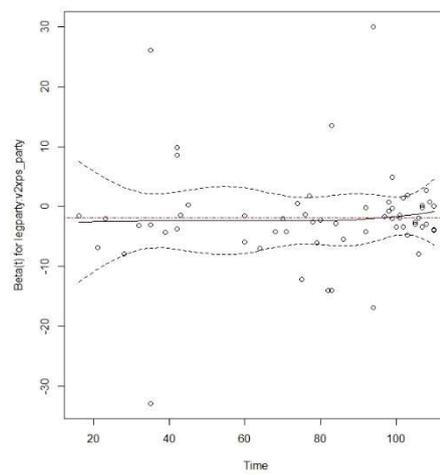
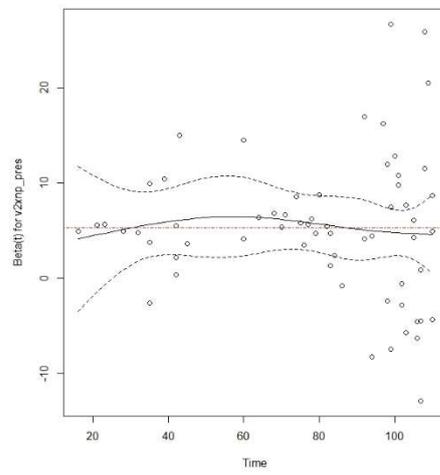
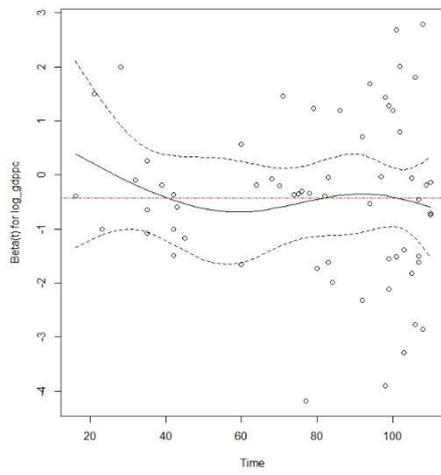
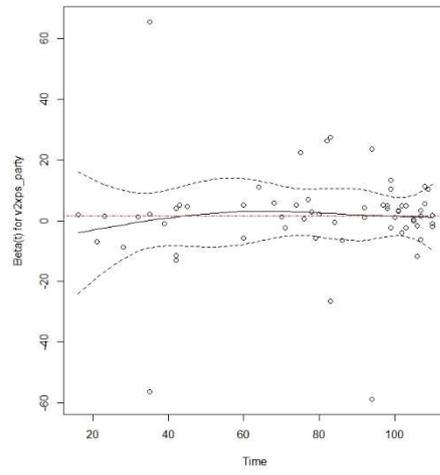
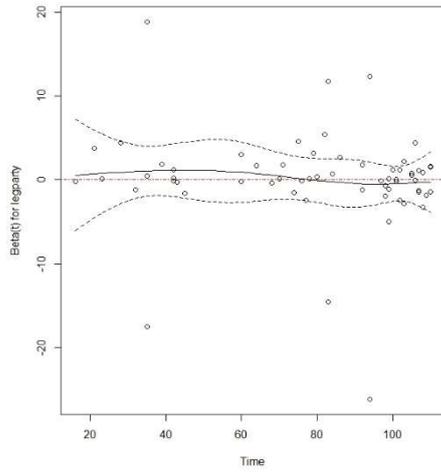
Fonte: autor.

Tabela27 – Correlação (básica – VI categórica)

	rho	chisq	P
legparty	-0.06257	0.255799	0.613
log_gdppc	-0.00294	0.000475	0.983
v2xnp_pres	-0.07414	0.405536	0.524
Global	NA	0.637777	0.888

Fonte: autor.

**Figura57 – Resíduos de Schoenfeld para variável categórica
(Modelo completo)**



Fonte: autor.

Tabela28 – Correlação (completo – VI categórica)

	rho	chisq	p
legparty	-0.0935	0.5297	0.467
v2xps_party	0.0388	0.0756	0.783
log_gdppc	-0.0678	0.2711	0.603
v2xnp_pres	-0.0433	0.1411	0.707
legparty:v2xps_party	0.0514	0.1409	0.707
Global	NA	3.4893	0.625

Fonte: autor.

d) ANÁLISE DO MODELO DE LOG E SEUS RESÍDUOS

Como o número de partidos políticos prediz uma densidade assimétrica à direita, decidi rodar o mesmo modelo da tabela 5 do capítulo 3, mas com o logaritmo natural do número de partidos políticos como variável explicativa. A Tabela 29 mostra que os resultados não mudam muito.

Tabela29 – Sobrevivência de democracias (modelo log)

	Log model			
	Coefficient (1)	Exp(Coef) (2)	Coefficient (3)	Exp(Coef) (4)
Log nº of parties	0.165 (0.157)	1.180	-0.390 (0.466)	0.677
Party Institutionalization			-3.993* (2.153)	0.018
Log GDP per capita	-0.634*** (0.140)	0.530	-0.460*** (0.164)	0.632
Presidentialism Index	5.056*** (0.704)	156.953	4.784*** (0.724)	119.587
Parties*Institutionalization			1.001 (0.861)	2.721
N	2,756	2,756	2,756	2,756
R ²	0.044	0.044	0.046	0.046
Log Likelihood	-191.425	-191.425	-189.008	-189.008
LR Test	125.431*** (df = 3)	125.431*** (df = 3)	130.265*** (df = 5)	130.265*** (df = 5)
Score (Logrank) Test	157.574*** (df = 3)	157.574*** (df = 3)	157.815*** (df = 5)	157.815*** (df = 5)

*p < .1; **p < .05; ***p < .01

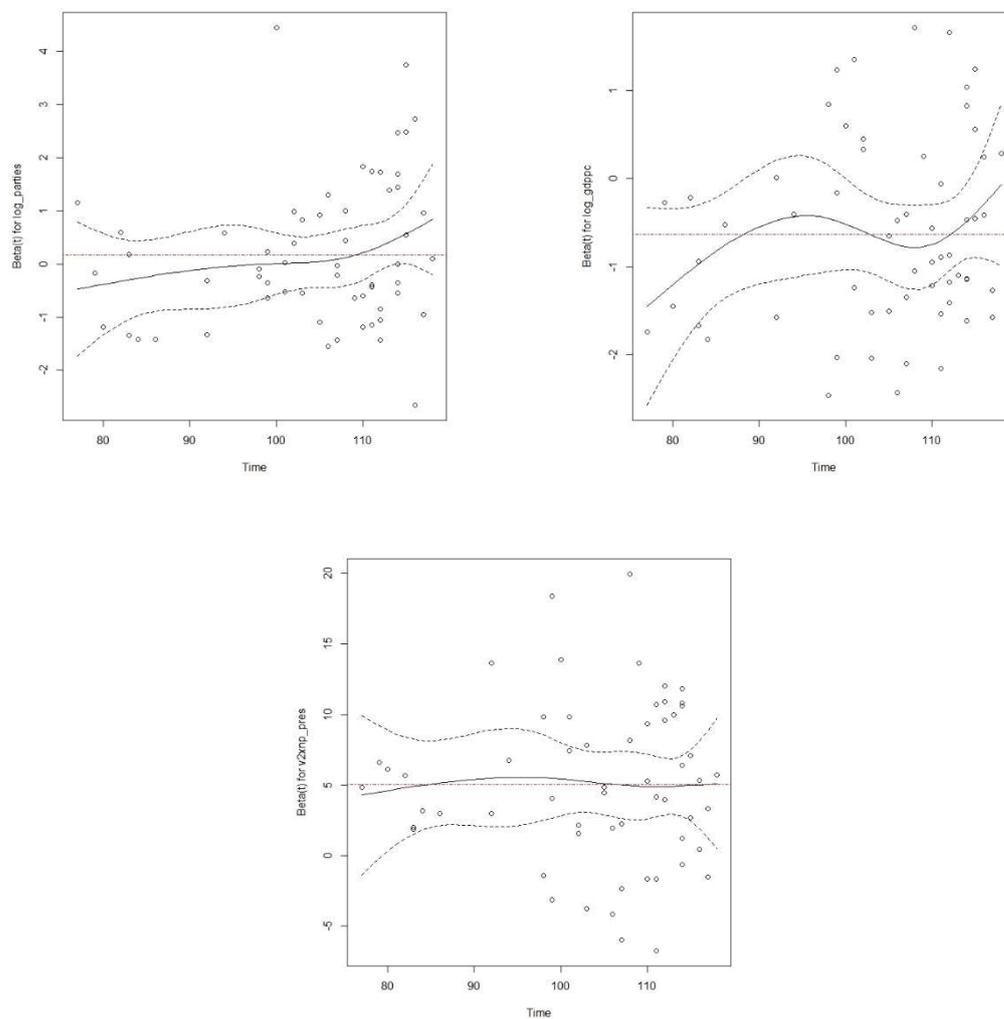
Fonte: autor.

Olhando para o modelo completo nas colunas (3) e (4), os parâmetros que eram estatisticamente significativos no modelo não log ainda são significativos. O mesmo pode ser

dito sobre o não estatisticamente significativo: Nenhum tornou-se significativo. Os coeficientes - e seus respectivos exponenciais - também são muito semelhantes. Por exemplo, o exp (coef) do log do PIB per capita foi de 0,653 no capítulo anterior. Aqui está 0,632.

As conclusões extraídas dos modelos log e não log são as mesmas. O número de partidos políticos não desempenha nenhum papel no colapso das democracias. No entanto, a institucionalização partidária e o alto PIB per capita atuam na defesa do regime. O presidencialismo, por outro lado, é muito prejudicial.

Figura58 – Resíduos de Schoenfeld para o modelolog



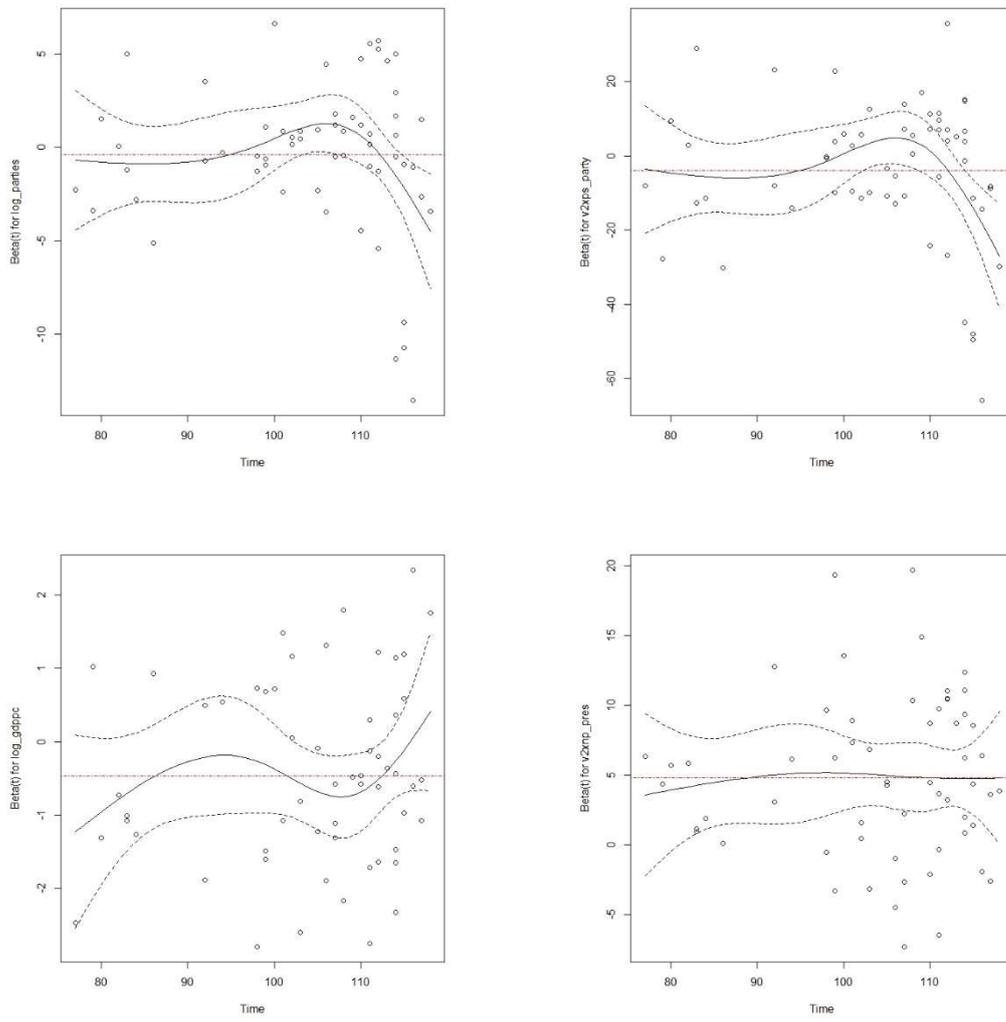
Fonte: autor.

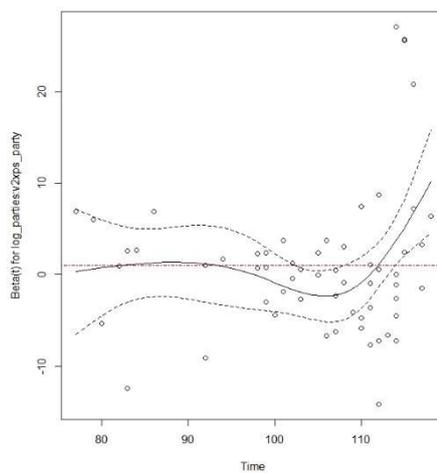
Tabela30 – Correlação (básico – modelo log)

	rho	chisq	p
log_parties	0.20836	3.2478	0.0715
log_gdppc	0.15729	1.4084	0.2353
v2xnp_pres	0.00014	0.0000	0.9991
Global	NA	4.6582	0.1986

Fonte: autor.

**Figura59 – Resíduos de Schoenfeld para o modelo *log*
(Modelo completo)**





Fonte: autor.

Table 31 – Correlação (completo – modelo *log*)

	rho	chisq	p
log_parties	-0.0787	0.4585	0.498
v2xps_party	-0.1167	1.0554	0.304
log_gdppc	0.1280	0.9421	0.332
v2xnp_pres	0.0266	0.0452	0.832
log_parties:v2xps_party	0.1390	1.6717	0.196
Global	NA	5.8876	0.317

Fonte: autor.

APENDICE 2 - *SPLIT-POPULATION DURATION MODEL*

--

Rodrigo Lins

Janeiro 2020

--

Apesar do raciocínio de que todas as democracias estão constantemente em risco de revés institucional, o uso de modelos de duração de divisão da população ganhou uma atenção merecida por meio do trabalho de Svolik (2008).

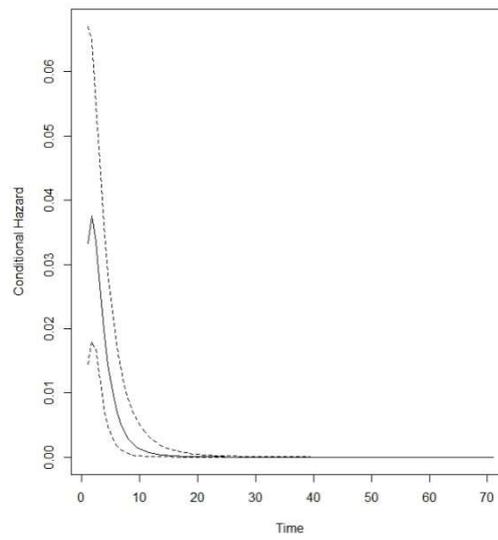
Tabela32 – Split-population model

Parameter	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
Dur_(Intercept)	5.71	1.01	5.63	0.00
Dur_parties	0.01	0.02	0.43	0.66
Dur_v2xps_party	0.94	0.82	1.15	0.25
Dur_log_gdppc	-0.53	0.13	-4.13	0.00
Dur_v2xnp_pres	-1.03	0.57	-1.82	0.07
Dur_parties:v2xps_party	-0.01	0.03	-0.23	0.82
log(alpha)	-0.59	0.11	-5.55	0.00
Risk_(Intercept)	6.63	3.83	1.73	0.08
Risk_parties	-0.10	0.06	-1.72	0.08
Risk_v2xps_party	-3.23	2.29	-1.41	0.16
Risk_log_gdppc	-0.79	0.46	-1.72	0.09
Risk_v2xnp_pres	10.93	2.84	3.84	0.00
Risk_parties:v2xps_party	0.19	0.12	1.58	0.11

Fonte: autor.

Conforme explicado por Beger et al. (2017), o componente de duração do modelo está em “*accelerated failure time format and the coefficients estimates are the log of expected time failures*” (BEGER et al., 2017, p. 479). Concentrando-se na equação de risco, os valores positivos indicam maior risco de colapso democrático. A única variável que aumenta esse risco é o nível de presidencialismo. É também o único estatisticamente significativo.

O perigo condicional (probabilidade de sobrevivência condicional às covariáveis nas equações de risco e duração) pode ser visto na figura a seguir.

Figura60 – Risco Condicional

Fonte: autor.

De acordo com a figura, a chance de sobrevivência aumenta ligeiramente com o tempo, antes de diminuir e diminuir a probabilidade de sobrevivência. Depois de apenas 10 anos, a chance de sobrevivência democrática diminui significativamente.

APÊNDICE 3 – ANÁLISE DE SOBREVIVÊNCIA EM R

--

Para variáveis explicativas dependentes do tempo

E do realmente básico

--

Rodrigo Lins

Janeiro 2020

--

Resumo

Esta é uma tentativa de produzir um documento muito básico, mas útil para aqueles interessados em realizar uma análise de sobrevivência. A apresentação das estatísticas em si será rara e curta, pois meu principal objetivo é ajudar os pesquisadores que buscam uma abordagem mais prática. Para tanto, este documento pode ser entendido como uma abordagem amigável do R para a realização de uma análise de sobrevivência. Começarei com o básico, mas o foco é o modelo de Cox estendido para variáveis explicativas dependentes do tempo. Apresentarei também o modelo de duração de divisão da população.

Palavras-chave: análise de sobrevivência; linguagem R; modelo de Cox.

Introdução

Se você está aqui, provavelmente se enquadra em um dos dois perfis: (1) você é meu orientador ou membro da banca, o que significa que a leitura desta dissertação é obrigatória (ou deveria ser); ou (2) você está pelo menos um pouco interessado em realizar uma análise de sobrevivência em sua própria pesquisa. Então aqui está o negócio: tentarei explicar meu entendimento da análise de sobrevivência (por meio das lentes de um usuário do R) de uma maneira muito simples (algo como *Survival Analysis without Math for Social Sciences*¹³⁵).

A análise de sobrevivência é uma criatura de muitos nomes: análise de duração, análise de histórico de eventos, análise de tempo para evento, análise de confiabilidade. Mas, basicamente, significa que queremos entender quanto tempo leva para algo acontecer. E como algumas covariáveis podem influenciar este evento. Nas ciências sociais, estamos repletos de exemplos, como o estudo da reincidência criminal (SCHMIDT & WITTE, 1989) e o fracasso da democracia (SVOLIK, 2015).

¹³⁵ Sim. Esta é uma referência direta ao livro de Dancey e Reidy.

E se você pedir ajuda ao Google, pode ser muito útil. Mas também apresenta resultados com deficiências. Um padrão comum das documentações online sobre análise de sobrevivência para usuários de R é que sempre usa um conjunto de dados que já contém a variável “tempo”. Dois bons exemplos são os conjuntos de dados “lung” e “pbc” do pacote “survival”. É muito comum ver o uso deste conjunto de dados em “noções básicas de análise de sobrevivência”. Mas a variável “tempo” está bem aqui! Segunda coluna da esquerda. Se você quer começar do básico (!!!), este artigo é para você. No final deste documento, deixarei uma pequena lista de leituras sugeridas.

Estrutura dos dados

Algumas informações precisam ser claras desde o início. A variável dependente em um modelo de sobrevivência não é a mesma que em qualquer outra análise de regressão. Você precisará da combinação de duas ou três variáveis para compor seu resultado, dependendo se você está executando um modelo de Cox clássico ou um modelo de Cox estendido. Mas, primeiro, dê uma olhada na estrutura de dados. Usando o conjunto de dados desta pesquisa, você pode usar o dataset3.

```
> head(dataset3)
```

A função acima retornará as primeiras cinco linhas do conjunto de dados. Como esta pesquisa lidou com covariáveis que variam no tempo, você pode ver que todas as cinco linhas representam a mesma observação.

```
country year country_text_id country_id
16035 Afghanistan 1900 AFG 36
16766 Afghanistan 1901 AFG 36
15673 Afghanistan 1902 AFG 36
16038 Afghanistan 1903 AFG 36
16039 Afghanistan 1904 AFG 36
12760 Afghanistan 1905 AFG 36
```

Os dados têm outras colunas, mas não cabem na largura desta página. Mas as variáveis que importam são:

```
start stop
1      2
2      3
3      4
4      5
5      6
6      7
```

Essas duas indicam o início e o fim dos intervalos em que covariáveis variáveis no tempo realmente mudaram. Como este trabalho tem o PIB per capita como variável de controle, ele muda a cada ano (e, conseqüentemente, a cada linha). Finalmente, precisamos de uma variável de resposta dicotômica:

```
democracy
NA
NA
NA
NA
NA
1
```

Esta é a variável de “status”. Uma variável de resposta dicotômica que indica se um determinado evento ocorreu (= 1) ou não (= 0). Portanto, se sua variável de variação de tempo muda a cada ano (ou mês, dia ou qualquer outra medida de tempo), você precisará de uma nova linha para cada país-ano.

Modelo de Cox estendido

Agora que você está pronto, vamos executar um modelo Cox estendido. Primeiro você precisa chamar o pacote de sobrevivência. Se ainda não o instalou, faça-o agora. Basta fazer isso:

```
> install.package(“survival”)
> library(“survival”)
```

Se você estiver usando esta tese de doutorado como guia, você pode executar o seguinte modelo:

```
> vdempci <- coxph(Surv(start, stop, democracy) ~ parties*v2xps_party + log_gdppc + v2xnp_pres,
data=vdem_dpi)
> vdempci
```

“vdemdpi” é o como estamos chamando de modelo. A função `coxph` significa que você deseja um perigo proporcional de Cox. Neste pacote, talvez a coisa mais importante a aprender seja a função “`Surv ()`”. É composto por três peças: (1) a variável que indica o início do período; (2) a variável que indica o fim do período; e (3) a variável que indica o estado da observação. As variáveis independentes e de controle aparecem entre “~” e vírgula. Após a vírgula, você indica seu conjunto de dados. Os resultados são:

```
Call:
coxph(formula = Surv(start, stop, democracy) ~ parties * v2xps_party +
      log_gdppc + v2xnp_pres, data = vdem_dpi)

              coef exp(coef) se(coef)      z      p
parties      -0.02304   0.97723  0.01652 -1.395  0.1631
v2xps_party  -2.86776   0.05683  1.07610 -2.665  0.0077
log_gdppc    -0.42647   0.65281  0.16629 -2.565  0.0103
v2xnp_pres   4.73581  113.95619  0.71704  6.605 0.0000000000398
parties:v2xps_party 0.06675   1.06903  0.02864  2.331  0.0198

Likelihood ratio test=132.6 on 5 df, p< 0.00000000000000022
n= 2769, number of events= 60
(573 observations deleted due to missingness)
>
```

Na coluna do coeficiente, valores positivos indicam maior risco de sofrer a falha e negativos, menor risco. Na coluna exponencial do coeficiente, a mesma lógica pode ser aplicada para valores acima e abaixo de 0, respectivamente. Você também pode convertê-lo para que possa lê-lo como porcentagem. Vamos pegar o log do PIB per capita, por exemplo. O `exp (coef)` é 0,65. Você pode aplicar a fórmula muito simples:

$$(1 - \exp(\text{coef})) * 100$$

Portanto, você terá $1 - 0,65 = 0,35$. E então $0,35 * 1000 = 35\%$. Portanto, todo aumento no logaritmo do PIB per capita diminui em 35% o risco de um colapso democrático. O limite de significância não muda das regressões mais comuns. Então, a única variável que não é significativa é a primeira: Partes.

Se você quiser imprimir o resultado de uma forma mais profissional, pode usar o pacote “`stargazer`” e similar as tabelas da *American Political Science Review*! Aqui está como:

```
> stargazer(vdemdpi, dep.var.labels=c("Continuous explanatory variable"),
+ column.labels = c("coefficient", "Exp(Coeff)", "coefficient", "Exp(Coeff)"), column.separate = c(1,1,1,1),
+ omit.stat = c("max.rsq", "wald"), intercept.bottom = FALSE, intercept.top=TRUE,
+ type = "latex", style = "apsr") ## Stargazer output ##
```

Em “type” você pode escolher LaTeX, então R irá imprimir o script para você copiar e colar no software LaTeX ou no verso. Você também pode escolher “html”.

Análise de resíduos

Tanto o modelo de Cox padrão quanto o estendido são baseados na suposição de perigo proporcional. Então, o que isso significa exatamente? Que o risco que as observações enfrentam é constante ao longo do tempo. Se você está bêbado, sua chance de desenvolver cirrose deve ser constante ao longo dos anos. Então, pode-se saber se os parâmetros do modelo atendem à suposição proporcional? Pela análise dos resíduos de Schoenfeld. “E como eu faço isso?”, Você pode perguntar. Apenas tenha paciência comigo:

```
> res.vdemdpi <- cox.zph(vdemdpi, transform = "identity")
> res.vdemdpi
```

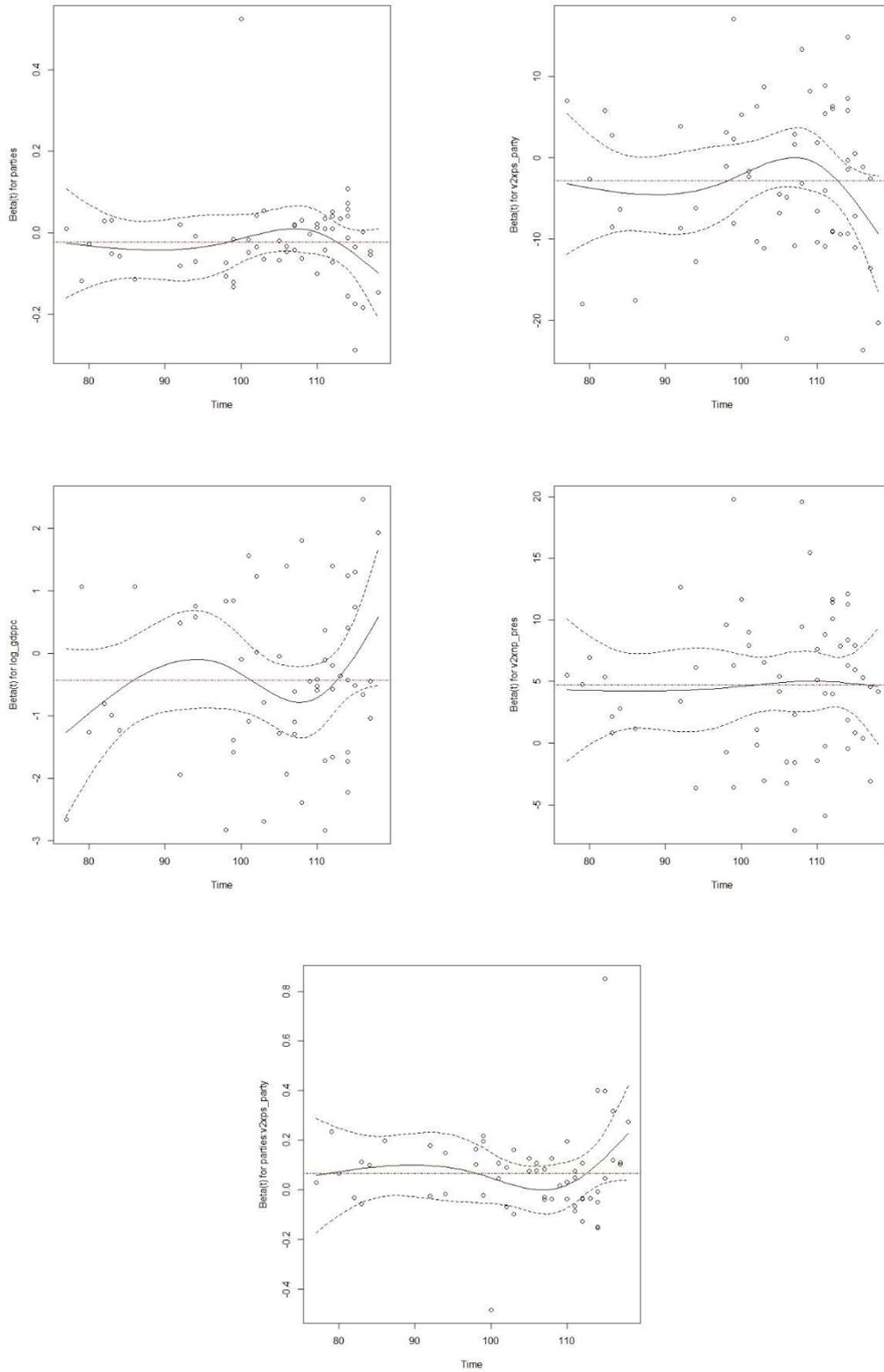
Este exemplo é específico para o modelo Cox estendido. Para analisar os resíduos de Schoenfeld para o modelo de Cox tradicional, você deve descartar tudo após a vírgula. Em outras palavras, o parêntese deve ser fechado após você especificar - neste exemplo - o modelo vdemdpi. Na primeira linha, você está criando as informações no ambiente. No segundo, você está imprimindo os resultados da correlação.

O bloco a seguir plota os resíduos.

```
> plot(res.vdemdpi[1])
> abline(h=vdemdpi$coefficients[1], lty=4, col=2) ## parties ##
> plot(res.vdemdpi[2])
> abline(h=vdemdpi$coefficients[2], lty=4, col=2) ## party institutionalization ##
> plot(res.vdemdpi[3])
> abline(h=vdemdpi$coefficients[3], lty=4, col=2) ## GDP per capita ##
> plot(res.vdemdpi[4])
> abline(h=vdemdpi$coefficients[4], lty=4, col=2) ## presidentialism ##
> plot(res.vdemdpi[5])
> abline(h=vdemdpi$coefficients[5], lty=4, col=2) ## interaction ##
```

Deve ser parecido com isto:

Figura61 – Resíduos de Schoenfeld (apêndice)



Fonte: autor.

No gráfico acima, você já tem uma boa notícia: todos os parâmetros estão dentro do intervalo de confiança. Mas isso não acabou. Para confirmar se a suposição de proporcionalidade foi atendida, você ainda precisa correlacionar os parâmetros e a variável de tempo. Se você não encontrar nenhuma correlação, a suposição de risco proporcional é atendida. Para fazer isso, basta atingir a quarta linha. O resultado é o seguinte:

Tabela33 – Correlação (apêndice)

	rho	chisq	p
parties	-0.0204	0.0155	0.901
v2xps_party	-0.0145	0.0146	0.904
log_gdppc	0.1255	0.9436	0.331
v2xnp_pres	0.0397	0.0992	0.753
parties:v2xps_party	0.0503	0.0937	0.760
Global	NA	1.6145	0.899

Fonte: autor.

Observe que nenhum dos parâmetros está correlacionado com o tempo. Isso significa que fomos capazes de atender à suposição de risco proporcional. Bom para nós!

Split-Population models

Para quem trabalha com democracia e sobrevivência democrática, é comum ver o uso de modelos logit, probit e sobrevivência. Esses métodos requerem o uso de uma variável de resposta binária e funcionam com probabilidade / chance de um revés institucional. No entanto, a forma “padrão” de análise de sobrevivência afirma que todas as observações - neste caso, as democracias - estão em risco e irão, eventualmente, experimentar o fracasso.

Nos estudos democráticos, há uma palavra que tem sido usada (muito!) Para designar países onde a democracia parece segura: Consolidação. E se uma democracia se consolidar em um determinado país, não faz sentido acreditar que esse país esteja em risco, muito menos que acabará por sofrer o fracasso. O modelo de divisão da população existe para superar esse problema. A “divisão da população” significa que este modelo divide todas as observações em dois grupos: aqueles que estão, de fato, em risco de experimentar o fracasso da democracia; e aquelas que estão consolidadas e nunca sofrerão o regime da ditadura. Entre os estudiosos da democracia, esse modelo foi popularizado por Svolik (2008).

Beger et al. (2017) tornou a vida daqueles que tentam trabalhar com modelos de divisão de população muito mais fácil. Eles criaram o pacote “spduration”, que permite a elaboração exatamente desses modelos.

Primeiro, instale e abra o pacote:

```
install.packages("spduration")
```

```
library("spduration")
```

Depois de fazer isso, você precisa criar as variáveis que “*capture the survival characteristics of the data*” (BEGER et al., 2017). Proceda da seguinte forma:

```
spmodel <- add_duration(spmodel, "democracy", unitID = "country_id", tID = "year", freq = "year", ongoing = TRUE)
```

O “spmodel” antes da seta é o conjunto de dados e a variável “democracia” indica a variável dependente binária que usei para elaborar o modelo. É importante prestar atenção especial à discussão em andamento. Se o seu painel de dados categorizar todos os anos de um período autoritário como 1, você deve colocar “VERDADEIRO”. No entanto, se cada vez que o número 1 aparecer em seus dados significar uma nova falha, o argumento em andamento deve ser “FALSE”. Para deixar mais claro, vamos pegar o exemplo do Brasil. O país esteve sob regime militar de 1964 a 1985. Portanto, o conjunto de dados registrará “1” para todos esses anos. Neste caso, o argumento em curso deve ser “VERDADEIRO”, porque é a mesma ditadura que está em curso. Sacou?!

Finalmente, você pode executar seu modelo. Observe que a função `spdur` apresentará as estimativas para as equações de duração e risco.

```
>sploglog <- spdur(
+ duration ~ parties + v2xps_party + rgdpnapc + v2xnp_pres,
+ atrisk ~ parties + v2xps_party + rgdpnapc + v2xnp_pres,
+ data = spmodel, distr = "loglog", silent = TRUE)
```

Para ter o resultado de forma legível, Beger et al. (2017) sugere que você use o pacote `xtable`. Então, aqui está como você elabora sua tabela:

```
>tbl <- xtable(sploglog, caption = "Split_population model",
+ label = "SP_table")
```

E “imprima”:

```
>print(tbl, type = "latex", caption.placement = "top", comment = FALSE, include.rownames = FALSE)
```

Veja que o “type” aqui também é LaTeX, então com um código que você pode copiar e colar em seu editor de LaTeX. Aqui está o resultado final:

Tabela34 – Split-population model (exemplo)

Parameter	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
Dur_(Intercept)	5.71	1.01	5.63	0.00
Dur_parties	0.01	0.02	0.43	0.66
Dur_v2xps_party	0.94	0.82	1.15	0.25
Dur_log_gdppc	-0.53	0.13	-4.13	0.00
Dur_v2xnp_pres	-1.03	0.57	-1.82	0.07
Dur_parties:v2xps_party	-0.01	0.03	-0.23	0.82
log(alpha)	-0.59	0.11	-5.55	0.00
Risk_(Intercept)	6.63	3.83	1.73	0.08
Risk_parties	-0.10	0.06	-1.72	0.08
Risk_v2xps_party	-3.23	2.29	-1.41	0.16
Risk_log_gdppc	-0.79	0.46	-1.72	0.09
Risk_v2xnp_pres	10.93	2.84	3.84	0.00
Risk_parties:v2xps_party	0.19	0.12	1.58	0.11

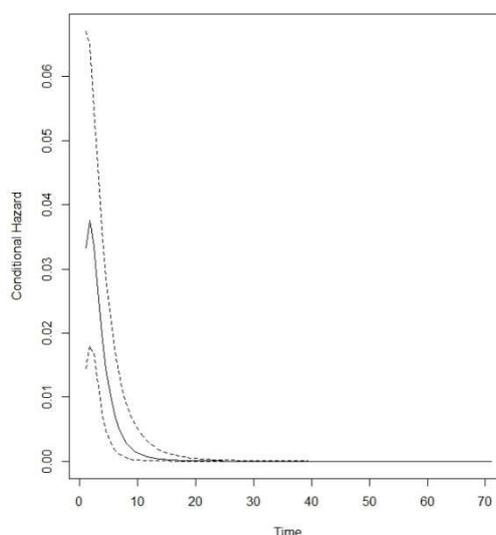
Fonte: autor.

Também é possível plotar o risco condicional para o modelo. Aqui está como:

```
plot(sploglog, type="hazard", main="")
```

E o resultado:

Figura62 – Risco condicional (apêndice)



Fonte: autor.

Sugestão de lista de leitura:

Inglês:

BEGER, Andreas et al. Splitting It Up: The *spduration* Split-Population Duration Regression Package for Time-Varying Covariates. In: *The R Journal*, vol. 9/2, p. 474-486. 2017.

BOX-STEFFENSMEIER, Janet M; JONES, Bradford S. *Event History Modeling – A guide for Social Scientists*. New York, NY: Cambridge University Press. 2004.

SVOLIK, Milan. Authoritarian Reversals and Democratic Consolidation. In: *American Political Science Review*, vol. 102, nº 2, p. 153-168. 2008.

Português:

CARVALHO, Marília Sá; ANDREOZZI, Valeska Lima; CODEÇO, Claudia Torres; CAMPOS, Dayse Pereira; BARBOSA, Maria Tereza; SHIMAKURA, Silvia Emiko. *Análise de Sobrevivência – Teoria e aplicações em saúde*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2011.

COLOSIMO, Enrico Antônio; GIOLO, Suely Ruiz. *Análise de Sobrevivência Aplicada*. São Paulo, SP: Blucher. 2006.